

REITOR

Prof. Dr. Armando Octávio Ramos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Raphael Lia Rolfsen

CENTRO DE PUBLICAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS

DIRETOR: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Conselho Consultivo:

Presidente: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Membros: Prof. Dr. Antonio Christofolletti

Prof. Dr. Dilermando Perecin

Prof. Dr. Francisco Habermann

Prof. Dr. Irineu de Moura

ALFA VOL. 25 - 1981
ERRATA

ONDE SE LÊ:

LEIA-SE:

p. 34

Deste modo, a média observada \bar{f} é obtida por:

Deste modo, a média observada $\bar{f} = \frac{N}{V}$ é obtida por:

p. 34

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{(1 - \frac{V}{J})} - \frac{1}{(\frac{N}{V} - 1)} - 1} \quad (\text{VII})$$

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{(1 - \frac{V}{J})} - \frac{1}{(\frac{N}{V} - 1)} - 1} \quad (\text{VII})$$

p. 35

$$d = \frac{1,5 (+ \hat{p}_1 - 1)}{c}$$

$$d = \frac{1,5 (b + \hat{p}_1 - 1)}{c}$$

p. 42, nota*

... índice $R = (25 - W)/1,5$, tal que $0 < R > 10$; ...

... índice $R = (25 - W)/1,5$, tal que $0 < R < 10$; ...

p. 45

Os parâmetros μ_1 e σ_2 (populacionais) podem ser estimados por μ_1 e s^2 (amostrais).

Os parâmetros μ_1 e σ^2 (populacionais) podem ser estimados por $\hat{\mu}_1$ e s^2 (amostrais).

p. 47

que é igual a

que é igual a

$$x = \frac{\frac{1}{q_1}}{1 - \frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1}$$

$$x = \frac{\frac{1}{q_1}}{\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1}$$

TABELA 3: Considerar a abaixo:

Valores observados e calculados para os nomes comuns do *Corpus Tibullianum*
(Livro III)

Dados: $N = 4282$, $V = 1360$, $V_1 = 709$, $V_2 = 249$, $V_3 = 137$

Frequências i	Valores observados V_i	Valores calculados Estimadores de Irwin $E(V_i)$	Valores calculados Estimadores de Herdan $E(V_i)$	Valores calculados Estimadores de Ratko- wsky $E(V_i)$
1	709	709,00	709,00	709,00
2	249	261,36	247,85	259,62
3	137	127,19	120,88	126,38
4	76	72,18	69,81	71,89
5	45	45,21	44,71	45,17
6	24	30,34	30,72	30,41
7	23	21,43	22,21	21,55
8	19	15,74	16,69	15,88
9	19	11,93	12,93	12,07
10	8	9,28	10,27	9,41
11	3	7,37	8,32	7,50
12	6	5,96	6,86	6,08
≥ 13	42	43,01	59,75	45,04
\hat{a}		1,60344	1,29620	1,55805
\hat{x}		3,34974	2,70789	3,25491
χ^2_{10} g.l.		10,64	16,66	12,28
distribuição		0,61376	0,91777	0,73325
probabilidade		38,62	8,22	26,68
resultado		não rej. H_0	não rej. H_0	não rej. H_0

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA

Revista de Linguística

0313040619



ISSN 0002-5216
ALFA D5

Alfa	São Paulo	v.25	p.1.-109	1981
------	-----------	------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados à:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

Comissão de Redação de "Alfa"

A/C do Centro de Publicações Culturais e Científicas
Praça da Sé, 108 — Centro
C. P. 30919
01001 — São Paulo — SP — Brasil

Comissão de Redação

Alceu Dias Lima
Eli Nazareth Bechara
Erminio Rodrigues
Francisco da Silva Borba
Ieda Maria Alves
Rafael Eugenio Hoyos-Andrade

Diretor da Revista

Erminio Rodrigues

Publicação anual/Annual publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Universidade Estadual Paulista) São Paulo, SP - Brasil, 1962-1977; 1980-

1962-1977, 1-23

Publicação interrompida de 1978 a 1979.

1980-1981, 24-25

ISSN 0002-5216

ALFA D5

SUMÁRIO/CONTENTS
ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

O VOCABULÁRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS OBRAS DE JOSÉ LINS DO REGO	
Le vocabulaire de la canne-à-sucre dans les oeuvres de José Lins do Rego Ieda Maria Alves	5
UMA CRIAÇÃO LINGÜÍSTICA DE FILINTO ELÍSIO	
A linguistic creation of Filinto Elísio Evanildo Bechara	15
NORMA, IDEOLOGIA E A TEORIA DA LINGUAGEM	
Norm, ideology and language theory Roberto Gomes Camacho	19
O CORPUS TIBULLIANUM: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA	
Le Corpus Tibullianum: une analyse quantitative Enzo Del Carratore e Cíclia Yuko Wada	31
MARCAS LINGÜÍSTICAS DO NARRADOR	
The narrator's linguistic traits Ismael Angelo Cintra	49
A TEORIA LINGÜÍSTICA EM ARISTÓTELES	
The linguistic theory in Aristotle Maria Helena de Moura Neves	57
PORTUGUÊS DO BRASIL E PORTUGUÊS DE PORTUGAL: DIFERENÇAS	
The Portuguese language as spoken in Portugal and Brazil: some idiomatic usages Ermínio Rodrigues	69
ÍNDICE DE ASSUNTOS	103
SUBJECT INDEX	105
ÍNDICE DE AUTORES/AUTOR INDEX.....	107
RESENHAS/REVIEWS	109

O VOCABULÁRIO DA CANA-DE-AÇUCAR NAS OBRAS DE JOSÉ LINS DO REGO

Ieda Maria ALVES*

RESUMO: Este trabalho propõe-se descrever o vocabulário da cana-de-açúcar na região da Paraíba por meio das obras de José Lins do Rego, autor nascido e criado em engenho do referido Estado. Aborda o vocabulário relativo ao cultivo da cana-de-açúcar, sua moagem e a transformação dos engenhos em usinas.

UNITERMOS: Cana-de-açúcar (vocabulário).

1. Introdução

Escreve E. Coutinho (2, p.19) que *ciclo do açúcar* é a denominação para uma parte da produção literária brasileira que se inicia com o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, em 1926, e de que resultou a obra de J. Lins do Rego. Como características dessa produção literária, o A. cita (p.7) o amor à terra e ao homem, o interesse e o culto pelas tradições, além da tentativa de criação de nova linguagem, que busca aproximar-se da língua falada, mais rural que urbana.

Peregrino Júnior (7, p.16) divide a obra romanesca de J. Lins do Rego em três ciclos: ciclo da *cana-de-açúcar* (*Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê, O Moleque Ricardo e Fogo Morto*); ciclo do *lirismo erótico* (*Pureza, Água Mãe, Riacho Doce e Eurídice*); ciclo dos *beatos e cangaceiros* (*Pedra Bonita e Cangaceiros*). Segundo J. Lins, o ciclo da cana-de-açúcar compreende *Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê, o Moleque Ricardo e Usina*. (cit. por E. Coutinho, 2, p. 20-1)

Na verdade, *O Moleque Ricardo* é considerado romance dissociado do ciclo:

“/.../ O Moleque Ricardo é um romance satélite do ciclo da cana-de-açúcar. Mudou o cenário, mudaram as personagens secundárias, deslocou-se o fulcro da narrativa para homens, mulheres, assuntos e problemas urbanos.” (8, p. 441)

Outros romances de J. Lins são associados ao ciclo da cana-de-açúcar. Para J. Aderaldo Castello, *Pureza*, é um romance escrito com reaproveitamento desse ciclo, muito mais do que *O Moleque Ricardo* (1, p. 164). Para Álvaro Lins (5, p. 46), *Fogo Morto*, representa, do ponto de vista do assunto, uma volta aos temas do ciclo da cana-de-açúcar. A obra de memórias *Meus Verdes Anos*, segundo W. Martins (6, p. 273), explica em grande parte todo o ciclo da cana-de-açúcar.

As obras de J. Lins do Rego ligadas à cana-de-açúcar são consideradas (54, p.41), como indispensáveis para o conhecimento da história do engenho, da sua decadência e do advento da usina.

Neste trabalho, propomo-nos descrever o vocabulário relativo à cana-de-açúcar por meio das obras de José Lins do Rego. Tal estudo visa a inventariar, através de fontes literárias, um vocabulário específico, o da cana-de-açúcar, em uma

* Professora Assistente-Doutora do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras, História e Psicologia — Campus de Assis, UNESP.

zona determinada (o estado da Paraíba). A escolha de J. Lins do Rego não é arbitrária: nascido e criado num engenho da Paraíba, conhecia plenamente o meio social que descreveu em suas obras: “Em obra nenhuma, como na de J. Lins do Rego, no nosso país, existe a reconstrução dum meio social. Essa reconstrução, para cuja fidelidade contribuiu o seu extraordinário poder evocativo, dos maiores que possuímos, dá o sentido de eternidade aos seus livros. Eles ficarão. Quando os anos tiverem passado, é ainda à sua obra que os pósteros terão de recorrer para o estudo do meio social do nordeste, dum sociedade inteira. cujas relações ele pintou com um vigor incomparável e cujos desequilíbrios soube reconstituir com um colorido dos mais vivos” (17, p.140) Além dos romances que José Lins considerou como pertencentes ao ciclo da cana-de-açúcar, incluímos *Pureza*, *Fogo Morto* e o romance de memórias *Meus Verdes Anos**.

II. Descrição do vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego

II.1. O engenho

Engenho designa especificamente a moenda da cana-de-açúcar: “Minha atenção foi desviada para o mecanismo do engenho”. (12, p.18)

Por extensão, nomeia toda a propriedade onde se cultiva a cana e se fabrica o açúcar:

“Para lá iam umas lavadeiras bater roupa na água doce do rio que corria nos confins do engenho”. (9, p. 299)

“O Santa Rosa fizera o mesmo com outras engenhocas que confinavam com ele.” (9, p. 333)

“Pau-d’Arco é um engenhão, com água corrente e muita mata.” (13, p. 181)

“Todos correram para a beira do rio — os moleques, os meninos, os trabalhadores do engenho, o meu avô.” (12, p. 43)

Neste sentido, *engenho* e *bangüê* constituem termos sinônimos, embora o emprego de *bangüê* seja pouco freqüente: “Aquela vida de *bangüê* podia ser miserável, mas temiam a usina, /.../.” (9, p. 405)

“Aquela maquinaria não tinha nada da mansidão dos *bangüês*.” (16, p. 62)

A casa do proprietário do engenho, o senhor de engenho, é chamada de *casa-grande* ou simplesmente de *casa do engenho*:

“Quando cheguei, com o meu tio Juca, no pátio da casa-grande, o alpendre estava cheio de gente”. (11, p. 12)

“A casa-grande do Engenho Corredor quase que não tinha dono.” (13, p. 15)

“A lua iluminava o curral da casa do engenho, as cajazeiras cheirosas.” (11, p. 202)

Um dos elementos constituintes do engenho, freqüentemente enfatizado por J. Lins do Rego, é o *bueiro*. Constitui a chaminé do engenho e é a parte que se avista de longe, a que mais ressalta:

“O bueiro do Santa Rosa avistava-se de longe.” (8, p. 301)

“Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal.” (12, p.18)

II.2 O cultivo da cana-de-açúcar

As terras do engenho cultivadas com cana-de-açúcar constituem as *várzeas* que são planícies férteis e cultiváveis:

“Olhavam os cortes, as *várzeas*, os partidos de cana, os engenhos que passavam, /.../” (15, p. 152)

“Viera do nada, dum sítio de camumbembe, e nas mãos do capitão dava como um grande engenho de *várzea*.” (11, p. 138)

* W. Giese, em 1956 (3, p. 1-17), descreve “El proceso de la caña de azúcar en Paraíba”. Limita-se o A., entretanto, a três obras de J. Lins do Rego (*Menino de Engenho*, *Doidinho e Bangüê* e *A Bagacera*, de José Americo de Almeida).

O A. refere-se à *cova de cana*, abertura para lançamento da *semente de cana*: “Viu chegar os meses de plantio, dias de chuva, a terra mole para cova de cana.” (9, p. 406)

“As secas puxadas podiam até extinguir as sementes de cana.” (13, p. 79)

à *folha de cana*:

“Mais adiante o sol espelhava pelos partidos, esquentando, a folha da cana ainda pingando de orvalho.” (12, p. 114-5)

ao *pé de cana*:

“O rio chegou no batente da cozinha. Ninguém não vê nem um pé de cana”. (12, p. 49)

às *plantas de cana*:

“Casas novas de moradores, o bueiro maior do que o meu, e plantas de cana pela várzea.” (9, p. 405-6)

Touceira de cana designa a parte da cana que permanece viva no solo, depois de cortado o caule:

“As enxadas tiniam no massapê, as foices cantavam nas touceiras de cana, abrindo os aceiros para esbarrar a carreira das chamas” (12, p. 153)

Olho de cana denomina o broto da cana:

“Só fazia cachaça para vender de contrabando e vivia brigando com o velho Feliciano até por causa de olho de cana.” (9, p. 332)

Três espécies de cana são citadas nos romances de José Lins: *cana de pendão*, *flor-de-cuba* e *cana-caiana*:

“Cana de pendão não prestava, amadurecia antes do tempo.” (14, p. 5)

“Semente de cana viria do Gameleira do Tio Lourenço, uma nova espécie chamada ‘flor-de-cuba’. Afinal a seca servira para isto. Ia ficar livre da cana-caiana tão sujeita aos bichos.” (13, p. 82)

A plantação da cana-de-açúcar é denominada *plantação de cana*, *canavial* e, mais freqüentemente, *partido*:

“Os senhores de engenho da redondeza, de meia e chinela ño pé, falavam de safras, de preço de açúcar, de bois-de-carro,

de inverno, de plantações de cana.” (12, p. 194)

“A valsa encheu a casa-grande, saiu de portas afora, foi estender-se pelo canavial verde./ . . /” (11, p. 145)

“As várzeas estavam cheias de partidos.” (16, p. 72)

Partido refere-se tanto a *cana* quanto à *soca*, que constitui a segunda produção de cana, depois de cortada a primeira:

“O partido de cana cobria tudo de verde.” (16, p. 99)

“Saiu para ver os partidos de soca.” (9, p. 358)

O desbastamento da cana-de-açúcar constitui o *corte*:

“No partido da Paciência, os cabras estavam no corte.” (9, p. 301)

“Diga a ele que prá semana começa o corte da cana.” (12, p. 66)

Também é chamado de *derrubada*, ainda que esporadicamente:

“Um, mais dentro do canavial, tirava um coco. E quase que não se ouvia nada com o barulho da derrubada.” (9, p. 301)

O tratamento das canas requer a limpeza do canavial, isto é, a retirada da *junça* dos partidos, da erva que cresce nas plantações:

“A planta da Paciência deu-me seiscentos pães de açúcar ordinário. Fazia agora cálculos com a soca. Precisava de trato, raspar a junça que crescia vertiginosamente.” (9, p. 357)

Durante a época da colheita da cana-de-açúcar, a *safra corre*, o *engenho safreja*:

“Corria a safra daquele ano” (11, p. 157)

“O engenho não parou de safrejar porque para lá mandou um feitor de confiança.” (13, p. 238)

Nessa ocasião, o senhor de engenho *colhe a safra* ou o engenho *tira a safra*:

“Também, me amedrontava sem ver de quê. Colhesse a safra.” (9, p. 388)

“Mas o engenho tirava as suas safras.” (11, p. 166)

O espaço de tempo entre as duas safras constitui a *vaga da safra*:

“Seu Firmino carpina, Pixito tanoeiro, seu Rodolfo mecânico, tomavam conta da casa do engenho na vaga da safra.” (12, p. 125)

Moer a safra produzida indica que o engenho progride, está em ascensão:

“Moia as suas safras, criava a sua família com fartura.” (9, p. 386)

Parar a safra, ao contrário, implica o declínio do engenho:

“O Santa Fê não parara uma safra se-quer.” (11, p. 233)

O ato de produzir cana é também chamado por J. Lins do Rego de *dar cana* ou *botar cana*:

“Os dentes se enterravam no chão, no barro que dava a cana do Coronel José Paulino.” (11, p. 86)

“Engenhos, que botavam cana para a São Félix, se preparavam para experimentar a usina mais moça.” (16, p. 78)

II.3. O transporte da cana-de-açúcar

O transporte da cana-de-açúcar dos partidos para os picadeiros* é geralmente realizado por meio de *carros de boi*, também chamados de *carros* ou de *carroças*.

“Viu Miguel Targino entrando com o carro de boi carregado de cana.” (9, p. 302)

“Depois mandou jogar em touro, porque boi era quem puxava carro de cana.” (14, p. 10)

“Um homem numa alavanca fazia as carroças de cana se despejarem na esteira.” (16, p. 107)

A parte principal do carro de boi é a *mesa*, estrado de madeira em forma pentagonal:

“Cobriam o carro com uma esteira de piri-piri e forravam as táboas de sua mesa com um colchão.” (12, p. 112)

Os bois que puxam os carros de boi são chamados de *bois-de-carro*:

“Os senhores de engenho da redondeza, de meia e chinela no pé, falavam de safras, de preços de açúcar, de bois-de-carro, de inverno, de plantações de cana.” (12, p. 194)

O carro de boi produz um ruído próprio, caracterizado como chiado, gemido ou cantiga:

“Chiavam os carros carregados de cana madura,/. . ./” (13, p. 249)

“Os carros de boi gemendo nos eixos de pau-darco,/. . ./” (12, p. 187)

“Do meu quarto ouvia o barulho da moenda quebrando cana, a gritaria dos cambiteiros, a cantiga dos carros que vinham-dos partidos.” (12, p. 146)

Os condutores de carros de boi são denominados *mestres carreiros* ou *carreiros*. Guiam os bois com o auxílio de *macaca*, chicote de cabo curto, e *vara* com ponta de ferro:

“/. . ./ ser mestre carreiro como Miguel Targino.” (9, p. 315)

“Os carreiros faziam as suas manobras, agitando a macaca, de vara de ferrão em punho.” (9, p. 302-3)

O ato de conduzir um carro é designado *carrear*:

“Os moleques trepados nas mesas dos carros, aprendendo a carrear com os mestres carreiros.” (12, p. 187)

O transporte da cana-de-açúcar é também efetuado pelos *cambiteiros*, assim chamados porque a conduzem das plantações ao engenho sobre *cambitos* (gancho de madeira duplo colocado sobre a cangalha de animais):

“Este sujeito daqui — me dizia o primo — foi cambiteiro, andou em cima de carga de aguardente.” (9, p. 332)

Com o advento das usinas, o transporte da cana passa a ser realizado por *trens*:

* *Picadeiro* é definido no cap. II.4.

“O engenho com safras grandes e ainda fornecendo para a usina, trem de cana comprido saindo dos meus partidos.” (9, p. 378)

“A usina gemia, quebrando cana, as máquinas apitavam, puxando os trens carregados.” (16, p. 199)

II.4. A moagem da cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é transportada dos partidos para o local onde se encontra a moenda. Lá, os *montes* ou os *feixes* de cana são colocados sobre *picadeiros*, lugar em que permanecem guardadas as canas por moer:

“Atrás deles ficavam os montes de cana.” (9, p. 301)

“Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa das caldeiras.” (12, p. 18)

O início da moagem nos engenhos constitui a *botada*:

“E o Santa Fé quando bota, Passarinho?” (11, p. 290)

“A vida da casa-grande mudava de centro com a botada” (13, p. 61)

A máquina que realiza a moagem da cana-de-açúcar é a *moenda* ou o *engenho**:

“Fiquei a olhar a máquina do engenho, a moenda.” (9, p. 318)

“Minha atenção foi desviada para o mecanismo do engenho.” (12, p. 18)

O movimento giratório da moenda é realizado por animais, que rodam as *almanjarras*, ou por *roda* hidráulica:

“O Santa Fé moía pouco, mas as bestas rodavam as almanjarras para os poucos pães de açúcar.” (11, p. 233)

“Entrou de engenho adentro, parou a moagem e cortou os arreios da almanjarras.” (12, p. 128)

“Um dia quis parar a roda d’água do engenho com as mãos.” (10, p. 71)

“Ouvia-se o barulho da moenda quebrando a cana e o ruído metálico dos dentes da roda gigante.” (9, p. 303)

Tombar cana consiste em introduzir a cana-de-açúcar na moenda:

“E no pé da moenda: Tomba cana, negro, eu já tombei” (12, p. 187)

“Via no engenho os negros tombando cana, feixe por feixe.” (10, p. 69)

Tal trabalho é efetuado pelo *maquinista* ou *tombador de cana*:

“O filho era maquinista de seu engenho/. . ./” (15, p. 173)

“/. . . / a dar gritos para os tombadores de cana, para o mestre de açúcar.” (9, p. 309)

A função da moenda consiste em *moer cana*:

“O coronel Pedrinho vivia de grande no seu bangüê, o maior bangüê de Amaragi, em Pernambuco, moendo as suas canas com a força de uma roda d’água.” (16, p. 220)

Esta ação da moenda recebe outras designações: *quebrar*, *comer* e *esmagar cana*:

“E todas as moendas da Paraíba quebrariam cana para ele.” (16, p. 256)

“E as viagens, as corridas de automóvel e as noites em claro, vendo a moenda comendo cana,/. . ./” (16, p. 53)

“Nos dias de moagem, nos poucos dias do ano em que as moendas de Seu Lula esmagavam cana,/. . ./” (11, p. 192)

O suco da cana-de-açúcar espremida pela moenda é o *caldo*, que é colocado numa vasilha, o *cocho*:

“Vi os homens tombando cana, cantando uma loa qualquer, o volante correndo e o caldo a descer bem escuro para o cocho fundo.” (9, p. 302)

Ao chegar o final da moagem, o engenho *pára a moagem* ou *peja*:

* Cf. cap. II.1.

“O engenho parava a moagem, com a bagaceira ensopada.” (9, p. 317)
“Quando o engenho pejava, a última têmpera era quase toda dada aos amigos.” (13, p. 133)

II.5. *A casa das caldeiras*

O suco obtido pela moenda, o *mel*, é purificado na *casa das caldeiras*. De lá sai uma fumaça branca, que espalha o cheiro de mel:

“Parecia que sentia o cheiro do mel, aquele cheiro doce de mel que subia pelas telhas do engenho moendo, uma fumaça branca da casa das caldeiras.” (16, p. 42)

Na casa das caldeiras, domina a figura do *mestre-de-açúcar* ou *mestre*, encarregado de purificar o suco obtido pela moenda:

“Onde encontrar mestre de açúcar, caldeireiros, purgador?” (11, p. 168)

“Num domingo, o mestre saiu para dar umas voltas nos arredores.” (12, p. 127)

Em vasos de metal ou de barro, as *tachas*, o caldo da moenda é cozinhado e em seguida revolvido por *talhadeiras* (instrumentos de metal destinados a cortar):

“Uma vez, quando se furara a tacha do cozinhamento, alarmara-se.” (11, p. 198)

“As tachas ferviam, as talhadeiras cortavam a espuma dourada do mel.” (9, p. 302)

Os *fornalheiros* da casa das caldeiras aquecem a fornalha que cozinha o mel:

“E o mel descendo da boca da fornalha abaixo. E o fornalheiro todo queimado.” (9, p. 356)

O fogo da fornalha é alimentado por meio de *bagajo* *seco:

“Na boca da fornalha os negros José Alves e Chico Preto metiam bagajo seco para fazer muito fogo aos dois assentamentos.” (13, p. 62)

“As esteiras traziam de longe cana, que aos poucos seria bagajo, que iria queimar nas caldeiras.” (16, p. 202)

O trabalho de dar ponto ao açúcar é geralmente realizado nas usinas por *químicos* especializados. Entretanto, pode também, ficar ao encargo de um *cozinheiro* experiente em ponto de açúcar:

“Mas um químico custaria uma fortuna, querendo contrato, todo um luxo de cidade. Ele pagava dez mil réis a cada cozinheiro, botando para fora se não desse conta do recado. E estava livre de trazer para ali um estranho, fiscalizando o que ele fazia.” (16, p. 110)

“Lá morava Felipe, os cozinheiros da Catunda, dois cabras experimentados em ponto de açúcar, que conheciam de longe o que a cana dava.” (16, p. 110)

II.6. *A casa de purgar*

O suco obtido na casa das caldeiras, o *mel batido*, é conduzido à *casa de purgar*:

“Dois homens levavam caçambas com mel batido/.../” (12, p. 19)

A figura dominante da casa de purgar é o *purgador*:

“Ali mandava o purgador, um preto, com as mãos metidas na lama suja que cobria a boca das formas.” (12, p. 19)

O *mel batido* é transportado da casa das caldeiras para a casa de purgar em baldes, as *caçambas*; em seguida, é colocado sobre *formas*, estendidas em andaimes com furos:

“Dois homens levavam caçambas com mel batido para as formas estendidas em andaimes com furos.” (12, p. 19)

“Vi as máquinas, as formas de zinco da casa-de-purgar.” (9, p. 353)

O mel que não se cristaliza, o *mel-de-furo*, é escorrido pelos furos das formas e conservado em *tanques*:

“O açúcar do mestre Cândido tinha fama. Amarelecia nas formas e não se perdia em mel-de-furo nos tanques.” (13, p. 62)

* Cf. cap. II, 8.

O *mel-de-furo* é aproveitado para a venda, para a aguardente ou é comido com farinha pelos trabalhadores:

“Vendera o mel-de-furo dos meus tanques a um sujeito de Itabaiana.” (9, p. 421)

“E o mel-de-furo para a aguardente ficava nos tanques.” (9, p. 361);

“Trabalhavam por um nada, limpando cana a mil e duzentos por dia, comendo mel-de-furo com farinha.” (9, p. 307)

Na casa de purgar o açúcar deve ser *purgado*, isto é, alvejado. Tal purificação é obtida por meio de *barro*:

“E contava com cem sacas de lã e açúcar purgado para umas duas mil arrobas.” (9, p. 373)

“Só o mestre Francelino ficava na casa de purgar preparando o barro para a limpeza do açúcar.” (13, p. 30)

“Meu tio explicava como aquele barro preto fazia o açúcar branco.” (12, p. 19)

“Francelino enchia as formas de barro, para com aquela lama alvejar o açúcar.” (9, p. 302)

Ao contrário do *açúcar bruto*, guardado em sacos, o *açúcar purgado* é conservado em *caixões* de madeira:

“/.../ contra dois mil sacos de açúcar bruto.” (9, p. 387)

“O perigo estava na casa de purgar, pois a safra de açúcar do ano encontrava-se nos caixões de madeira e nos tanques cheios de mel de furo.” (12, p. 46)

“A casa de pugar de taipa, com os seus tanques de mel-de-furo, os caixões de maçaranduba para guardar açúcar branco/.../” (13, p. 30-1)

O tronco de cone de açúcar branco que se forma ao aparar-se, internamente, a forma de açúcar, constitui o *pão-de-açúcar*:

“Punham de pé o pão-de-açúcar e cortavam aos pedaços a parte branca, separando-a da mais escura.” (13, p. 31)

“Viu-me tomando conta das coisas, perguntou-me pela promotória, andou comigo pela casa de purgar, contando os pães de açúcar,/.../” (9, p. 309)

II.7. A destilação

O *mel-de-furo* é transformado em *aguardente* na *destilação*:

“A destilação do engenho só trabalhava para a gente da casa-grande.” (12, p. 126)

“A destilação ficava aberta de inverno a verão.” (13, p. 41)

Na casa da destilação domina o *destilador*, encarregado de *dar ponto na aguardente*, de *fazer as misturas do mel* e de *meter fogo no alambique*:

“Avelina tinha filho do Zé Ludovina, do João Miguel destilador, do Manoel Pedro purgador.” (12, p. 103)

“O mestre que dava ponto na aguardente, que fazia as misturas do mel, que sabia a hora de meter fogo no alambique, era João Miguel,/.../” (13, p. 40)

A *aguardente*, também chamada *cachaça*, é depositada em *pipas*, *tonéis* ou *ancoretas*. Nenhum desses reservatórios, segundo A. Buarque de Holanda (4), é usado exclusivamente para a conservação de aguardente: *tonel* é empregado para líquidos em geral; *pipa* destina-se a armazenar vinho e outros líquidos; *ancoreta* constitui um pequeno barril para aguardente ou vinho:

“Bateu nas pipas cheias de cachaça, abriu os caixões de açúcar branco, falando de preços.” (9, p. 309)

“Depois foram uns aguardenteiros que desciam, carregados de ancoretas peçadas de cachaça sem selo.” (9, p. 332)

“A aguardente que corria mole do alambique era depositada nos tonéis de cerejeira para tomar gosto.” (13, p. 41)

O transporte da aguardente é realizado pelos *aguardenteiros*, que muitas vezes conduzem o produto *sem selo*, isto é, sem pagamento de imposto:

“Um fiscal andou rondando para pegar uma carga de aguardente sem selo.” (9, p. 361)

“Quase sempre eram aguardenteiros contrabandistas que atravessavam, vindos dos engenhos de Itambé com destino ao sertão.” (13, p. 38)

II.8. A bagaceira

Os restos da cana-de-açúcar espremi-da pela moenda constituem o *bagaco*, que dela sai úmido e verde:

“Uma junta de bois arrastava o bagaço das moendas para secar ao sol.” (13, p. 62)

“A bagaceira era toda branca de bagaço enxugando.” (9, p. 302)

“Pela janela do meu quarto entrava o cheiro do engenho pejado, cheiro de mel, de bagaço verde.” (9, p. 313)

A *bagaceira* ou *casa de bagaço* é o lugar onde se conserva o *bagaco*:

“Pensam que isto aqui é bagaceira de engenho?” (9, p. 417)

“Entrava pela casa de purgar, pela casa de bagaço, de olhos arregalados para tudo.” (9, p. 309)

Bagaceira designa também o ambiente miserável em que vivem os trabalhadores do engenho:

“Não casaria a sua filha com gente de bagaceira de engenho.” (11, p. 174)

“Deixara a bagaceira e ia se empregar.” (14, p. 7)

II.9. A usina

Com a transformação dos engenhos em *usinas* ou *fábricas de açúcar*, observa-se uma transformação na maquinaria empregada para a fabricação do açúcar e, conseqüentemente, na terminologia designativa de tal aparelhagem.

O proprietário da usina é o *usineiro*. Sua residência constitui a *casa-grande da usina*:

“Fora senhor de engenho e era usineiro sem mudar de cara.” (16, p. 75)

“A casa-grande da usina não podia continuar a ser uma casa-grande de engenho.” (16, p. 51)

A *chaminé da usina* é muito mais imponente do que o *bueiro do engenho*:

“A chaminé da usina não se sentia bem com um bueiro de engenho por perto.” (9, p. 386)

“Mas o que era um bueiro de engenho comparado com a soberba chaminé de

usina, dominando tudo com a sua arrogância?” (16, p. 110)

Os *fornecedores* são os proprietários de áreas de cultivo da cana-de-açúcar que fornecem à usina o seu produto:

“Falavam de safras, tratavam de preço de cana, de tabela de fornecedores.” (16, p. 70)

“Fornecedores de cana procuravam mais o povo de d.^a Júlia.” (16, p. 75)

A aparelhagem da usina é constituída por *moendas* grandes e *caldeiras*, já encontradas nos engenhos, e também por *cristalizadores* (tanques onde se coloca em movimento a massa cozida do açúcar antes de centrifugado, a fim de aumentá-lhe os cristais), *turbinas* (máquinas em que, pelo processo da centrifugação, os cristais de açúcar são separados dos elementos não cristalizáveis) e *vácuos* (espaço sem pressão atmosférica):

“A Bom Jesus /usina/ se aparelhava para igualar-se à São Felix. Teria moendas, vácuos, cristalizadores novinhos em folha.” (16, p. 119)

“E me mostrou /o usineiro/ as suas instalações, as turbinas, os vácuos, a moenda enorme.” (9, p. 390)

“As caldeiras, o vácuo, as turbinas, a moenda tinham sido compradas por um preço muito baixo.” (16, p. 50)

A introdução da cana-de-açúcar na moenda não é realizada como nos engenhos: por meio de uma alavanca, os trabalhadores sacodem a cana das carroças sobre uma *esteira*, que a introduz na moenda:

“Um homem numa alavanca fazia as carroças de cana se despejarem na esteira.” (16, p. 107)

“Os cabras, que mangavam dele, muitos estavam pegados no duro, trepados nas carroças, sacudindo cana para a esteira, metidos no trabalho.” (16, p. 105)

“A maquinaria estendia-se, as moendas grandes, a roda gigante, e a esteira puxando cana.” (16, p. 52)

“E ali, onde fora a casa de purgar, estendia-se uma esteira, rolando, levando comida para as moendas.” (16, p. 90)

O produto final da usina constitui o *açúcar cristal*:

“As moendas quebravam cana de noite e de dia, as turbinas pariam açúcar cristal de noite e de dia.” (16, p. 72)

II.10. *O declínio do engenho e da usina*

Quando menciona um engenho *corrente e moente*, J. Lins do Rego refere-se a engenho em bom estado e em atividade regular e efetiva:

“José Pauliño tem nove engenhos, tudo corrente e moente, e me respeita.” (11, p. 232)

“Família criada, engenho moente e corrente, gado de primeira ordem, partidos de cana, /.../” (11, p. 139)

A usina em pleno funcionamento também é chamada *corrente e moente*:

“O dr. Pontual seria obrigado pelo contrato a entregar a usina corrente e moente.” (16, p. 175)

O declínio do engenho e da usina corrente e moente tornam-nos *de fogo morto*, isto é, fora de funcionamento, o que causa desolação aos que os vêem:

“Aquele engenho estava de fogo morto e Manuel Lopes só vinha ao Corredor para pagar o pouco que recebia dos seus foreiros.” (13, p. 121)

“E nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado.” (12, p. 138-9)

“Uma coisa mais triste ainda do que um bangüê de fogo morto era uma usina de fogo morto.” (16, p. 258)

III. Observações sobre o vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de J. Lins do Rego

Da análise do vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de J. Lins do Rego, observamos que grande parte dos termos desse vocabulário não é específica; ao contrário, aplica-se a outros vocabulá-

rios. Assim, *engenho* consiste em qualquer tipo de máquina ou aparato; *usina* refere-se a todo estabelecimento industrial equipado com máquina. Outros termos aludem a todo tipo de plantação: *derrubada; safra; várzea*; a instrumentos genéricos: *ancoreta; caçamba; caixão; caldeira; cocho; esteira; forma; moenda; pipa; talhadeira; tanque; tonel*; e a profissões não específicas: *cambiteiro; carreiro; cozinheiro; fornalheiro; maquinista; químico*.

O vocabulário da cana-de-açúcar é bastante produtivo em formações sintagmáticas nominais, em que o termo determinado é genérico e o determinante constitui o elemento específico, relacionado com a cana-de-açúcar: *bagaço de cana; carro de cana; carroça de cana; corte da cana; cova de cana; fábrica de açúcar; feixe de cana; folha da cana; junça dos partidos; monte de cana; olho de cana; pé de cana; planta de cana; ponto de açúcar; semente de cana; tombador de cana; touceira de cana; trem de cana*. Nestes exemplos, *cana* é o elemento determinante mais freqüente. Constatamos também alguns tipos de sintagmas, nos quais o elemento determinado constitui uma base freqüente: *casa de bagaço; casa das caldeiras; casa da destilação; casa do engenho; casa de purgar; mestre de açúcar**; *mestre carreiro*.

O corpus que estudamos apresenta sintagmas verbais relacionados ao cultivo da cana-de-açúcar e à produção do açúcar: *alvejar açúcar; botar cana; comer cana; dar cana; engolir cana; esmagar cana; moer cana; parar a moagem; purgar açúcar; quebrar cana; tombar cana*. Nestes exemplos, é o elemento nominal que se refere ao vocabulário da cana-de-açúcar.

Os termos pertencentes ao vocabulário da cana-de-açúcar relacionam-se à propriedade onde se cultivava a cana-de-açúcar: *bangüê*; ao proprietário da usina: *usineiro*; à plantação de cana: *canavial*;

* Em algumas edições, *mestre de açúcar* é inventariado com os elementos ligados por hífen: *mestre-de-açúcar*. “Tinha uma escravatura pequena: um negro só para mestre-de-açúcar, purgador, pé-de-moenda”. (12, p. 162)

partido; às espécies de cana: *cana-caiana*; *cana de pendão*; a recipientes para a fabricação do açúcar: *tacha*; ao produto da moagem da cana: *açúcar bruto*; *açúcar cristal*; *mel batido*; *mel-de-furo*; *pão-de-açúcar*. Outros termos, além do sentido lato, podem relacionar-se especificamente à cana-de-açúcar: *aguardente*: bebida de elevado teor alcoólico (40 a 60°) que se obtém por destilação de inúmeros frutos, cereais, raízes, sementes, tubérculos, etc.; bras.: aguardente de cana; *bagaceira*: lugar ou tulha onde se junta o bagaço da uva; bras.: lugar próximo ao engenho de açúcar onde se junta o bagaço de cana; *botada*: ato ou efeito de botar; ocasião; vez; bras.: o início da moagem nos engenhos e usinas de açúcar; *cristalizador*: recipiente baixo e cilíndrico, em que se deixa uma solução para cristalizar; bras.: tanque onde a massa cozida do

açúcar é movimentada, por meio de pás ou hélices, a fim de aumentar-lhes os cristais; *fornecedor*: aquele que fornece ou se obriga a fornecer mercadorias; bras.: proprietário de áreas produtoras de cana-de-açúcar que fornece à usina o seu produto; *pejar*: encher, carregar; bras.: parar (o engenho de açúcar) de moer; *picadeiro*: local onde se adestram cavalos, se fazem exercícios ou se ministram ensinamentos de equitação; bras.: nos engenhos de açúcar, o local onde se depositam as canas por moer; *purgador*: purgante (adj.); bras. (subst.): nos engenhos, operário encarregado de purgar o açúcar; *turbina*: máquina que transforma em trabalho mecânico a energia cinética de um fluido em movimento; restr.: aparelho em que se processa por centrifugação a separação dos cristais de açúcar dos elementos não cristalizáveis. (cf. 4)

ALVES, I.M. O vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego. *Alfa*, São Paulo, 25:5-14, 1981.

ABSTRACT: Ce travail se propose de décrire le vocabulaire de la canne à sucre dans la région de Paraíba à partir de l'oeuvre de José Lins do Rego, auteur né et élevé dans une sucrerie de la province mentionnée. Il aborde le vocabulaire qui concerne la culture de la canne à sucre, sa mouture et la transformation des sucreries en des usines à sucre.

KEY— WORDS: Canne à sucre (vocabulaire).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTELLO, J. Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo, Edart, 1961.
2. COUTINHO, Edilberto. *José Lins do Rego: antologia e crítica*. Brasília, Coordenada Editora de Brasília, 1971.
3. GIESE, Wilhelm. El proceso de la caña de azúcar en Paraíba. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, 2(1):1-17, jun. 1956.
4. HOLANDA FERREIRA, A. Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
5. LINS, Alvaro. *O romance brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ouro, 1967.
6. MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1969, v. VI.
7. PEREGRINO JUNIOR, João. *José Lins do Rego*. Rio de Janeiro, Agir, 1966.
8. PROENÇA, M. Cavalcanti. *Estudos literários*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1971.
9. REGO, J. Lins do. *Bangüê*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960.
10. ————. *Doidinho*. 9.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969.
11. ————. *Fogo morto*. 8.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1968.
12. ————. *Menino do Engenho*. 4.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1943.
13. ————. *Meus verdes anos*. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957.
14. ————. *O moleque Ricardo*. 6.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961.
15. ————. *Pureza*. 5.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956.
16. ————. *Usina*. 3.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1949.
17. SODRÉ, J. Werneck. *Orientação do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Vecchi, 1942.

UMA CRIAÇÃO LINGÜÍSTICA DE FILINTO ELÍSIO

Evanildo BECHARA *

RESUMO: Demonstra que, longe de ignorância ou descuido, Filinto Elísio soube ampliar as possibilidades de flexão verbal em língua literária.

UNITERMOS: Filologia; gramática; norma; licença poética; sistema.

Ao Prof. Dr. Isaac Salum
que sabe dosar, num conjunto harmonioso,
os dotes de amigo e mestre, filólogo e lingüista,
homem e santo.

“Em sua atividade lingüística, o indivíduo conhece ou desconhece a norma e tem maior ou menor consciência do sistema. Quando não conhece a norma, guia-se pelo sistema, podendo ou não estar de acordo com a norma (criação analógica); conhecendo-a, pode repeti-la dentro dos limites mais ou menos modestos da expressividade, ou repeli-la deliberadamente, e ir mais além dela, aproveitando as possibilidades que o sistema põe ao seu alcance.” (Eugenio Coseriu, 2)

O século XVIII oferece ao historiador da língua portuguesa numerosos exemplos de criações lingüísticas que procuraram enriquecer o idioma, depois do largo período em que esteve sob a influência direta do espanhol, durante o domínio dos Filipes.

Filinto Elísio pertenceu a esse número de literatos que intentou tais inovações. Entre essas rupturas deliberadas com finalidades expressivas, avultam duas sobre as quais os filólogos e gramáticos que as

surprenderam não se manifestaram favoravelmente, atribuindo-as à ignorância do idioma.

São injustas essas críticas imputadas a um homem que conhecia profundamente a língua materna, ao lado de, entre outras, o latim e o francês.

Estas duas inovações a que nos referimos são: a) formas reduzidas de pretéritos perfeitos de verbos irregulares derivados e b) *cujo* com valor de *o qual*.

Neste breve artigo, cingindo-nos ao primeiro tema, tentaremos mostrar que, longe de ignorância ou descuido, Filinto Elísio pretendeu ampliar as possibilidades de flexão verbal em língua literária.

Na *Ode à minha morte* usou o autor de *entreteteram* por *entretiveram*:

“Quero, entre mil saúdes,
De vermelha, faustíssima alegria
Ir passando em resenha,
Taça após taça, a lista dos amigos,
E o coro das formosas
Que a vida me *entreteteram* com agrado.” (*Obras*, I, 119-120)

* Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Educação. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

Os editores — por exemplo José Pereira Tavares — quando se dignam comentar a passagem ou semelhante, acrescentam apenas: “*entreteram: entretiveram*”. (3) Os estudiosos de língua assinalam o fato como engano de conjugação e em geral procedem tal qual a lição do mestre cearense Martinz de Aguiar, que dedicou às notas de Filinto Elísio à sua tradução das *Fábulas* de Lafontaine importante livro, embora não trate da questão objeto do presente artigo:

“Os derivados prefixais de *ter* conjugam-se, é natural, como o primitivo. Mas o povo tende a regularizá-los e não é raro ouvi-los regularmente conjugados na fala dos eruditos, que, quando dão fê do erro, os repetem com a correção devida. Com outros derivados, como os de *estar* e *vir*, se verifica a mesma coisa.” (1, p. 430)

E, depois de citar exemplos de autores outros, conclui:

“São escritores ilustres, esses e outros, que momentaneamente se esquecem de que manejam verbos irregulares.” (1, p. 431)

A lição de Aguiar toca num fenômeno certo da tendência de regularização de verbos irregulares, quer entre o povo, quer entre gente escolarizada e escritores cultos; mas há outra razão de ordem superior que pode entrar na explicação do fato. É o caso de Filinto Elísio que tem tais verbos irregulares rigorosamente conjugados em consonância com os preceitos da gramática, em numerosas páginas de sua obra, o que nos afasta a explicação cômica por erro ou ignorância.

Como Filinto em geral tinha o cuidado de avisar ao leitor, em notas de rodapé, em que consistia a inovação lingüística inserida nas suas composições, temos hoje elemento para dar outra versão ao pretenso cochilo do autor.

Dentre as inúmeras oportunidades em que Filinto justifica as notas elucidativas, selecionamos a seguinte que dá bem ao leitor destas linhas a intenção que as movia:

“Digam que amontão notas sobre notas. Eu digo que têm razão, e também digo que eu a tenho: porquanto se todos os meus leitores fossem como Antônio Diniz e N. e N., e alguns outros que não nomeio, escusada era uma só nota. Mas aí! do Poeta desgraçado que cai em mãos de pedantes ou rançosos, se não leva a espada desembainhada contra insossos reparos. Outra razão tenho. Pessoas há curiosas de ler, que não tendo obrigação de saber de cor a fábula, nem a história e mil outros requisitos, folgem muito de acharem junto à dificuldade a nota comezinha, que lha esclarece. Para essas, e não para outras tomo o trabalho enfadosíssimo de comentar versos, que me custaram menos a compor que a explicar em notas.” (*Obras*, 1, 202)

Na *Ode à feliz aclamação do nosso Monarca D. João VI* escreveu:

“Cos Sousas, cos Vieiras, Bobadelas
Discerne tens talentos e virtudes
Quão ditosos se *obteram*
De viver sob teu cetro!”

(*Obras*, III, 431),
e em nota ao *obteram* aduziu:

“Por *obtiveram*. Mil exemplos citaria (a ser preciso) de clássicos latinos e lusos que abonam esta licença poética.”

Ainda no volume XI das *Obras*, em tradução da *Farsália*, de Lucano, depois de usar um *suster*, explica: “Por *sustiver*.” (p. 66)

Estas notas nos põem de sobreaviso para dois tipos de conclusão: a forma do tipo *suster* não nasce de desconhecimento gramatical do autor que, em rodapé, contrapõe a forma correta: *suster* por *sustiver*. Por outro lado, tais formas destoantes antes nascem de uma intenção de abreviar o verso, a exemplo de muitas abreviações comuns nos “clássicos latinos e lusos.”

Antes de prosseguir nossas considerações, cabe-nos lembrar que tais formas abreviadas em Filinto reduzem-se à oposição: com a sílaba *-ve-* (forma plena: *obtiveram, sustiver, entretiveram*) / sem a sílaba *-ve-* (forma sincopada: *obteram, suster, entreteram*).

Não colhemos até agora em Filinto formas regularizadas de verbos irregulares como as que Martinz de Aguiar cita no trecho já aludido de suas *Notas: mantia* (por *mantinha*, em Garrett), *convir* (por *convier*, em Eça), *abstei* (por *abstendo*, em Cândido de Figueiredo), fato que confirma nossa hipótese de que, em Filinto, se trata de uma forma verbal a que se lhe retira a sílaba *-ve-*.

Os conhecimentos gramaticais do nosso autor limitavam-se às informações de um culto da época, de modo que hoje não podemos exigir de Filinto a técnica da comutação usada na descrição da linguística moderna, de tal modo que lhe ficasse patente que a sílaba retirada estaria longe de representar um e mesmo morfema, no caso dos clássicos latinos e no dos lusos. Mas com o poeta português os fatos não se passavam da mesma maneira; ele não era um técnico e via aí uma mesma faculdade do latim e do português, faculdade de que ele podia lançar mão para atender a exigências métricas.

Filinto conhecia, de suas leituras clássicas, as formas sincopadas do perfeito latino em *-vi*, de tanta fortuna na con-

jugação latina e nas línguas românicas: *deleverunt/delerunt, deleveram/deleram; audivisti / audisti, audivissem / audissem; amavisti / amasti, amavissem / amassem*, ao lado de muitas outras formações análogas.

O excelente repositório de Neuwagener (III, p. 478 e ss. e 433 e ss.) nos aponta numerosos exemplos de tais formas verbais sincopadas, e não é menos elucidativo para o nosso caso o fato de apontarem tais autores a lição do gramático Prisciano que se serve exatamente de Horácio para documentar em clássico tal fenômeno da flexão verbal latina. (5) Horácio foi sem dúvida um dos autores em que as formas reduzidas encontraram melhor agasalho. Tal preferência do mestre romano não poderia passar despercebida aos olhos atentos do discípulo luso que, tentando transplantar para o português a mesma possibilidade de formas sincopadas, criou sinonímias morfológicas que não tiveram tanto êxito no idioma como várias de suas inovações lexicais.

Em contrapartida, o português apresenta formas variantes como *havemos / hemos, haveis / heis*, que Filinto, documentando e anotando nas suas composições, naturalmente aproximava do fenômeno latino. Assim é que em *Obras*, VIII, 28, a respeito da expressão “hemos subido” explicita: “*Hemos, havemos, ou temos* são sinônimos.”

Ainda aqui se patenteia a síncope da sílaba *-ve-*, síncope que o escritor lusitano identificou à ocorrida com as formas verbais latinas acima aludidas, devidas a fatos fonéticos de variantes posicionais (como o *-v-* intervocálico) ou a fatos analógicos, mas, de qualquer maneira, tão queridas do seu mestre Horácio, que Filinto Elísio gostaria de vê-las revividas no idioma que tanto amou e procurou enriquecer.

* Note-se que W. HORN (4) explicava o desaparecimento de *-vi*, *-ve*, por passar a ser uma forma funcional destituída de significação gramatical.

BECHARA, E. Uma criação lingüística de Filinto Elísio. *Alfa*, São Paulo, 25:15-18, 1981.

BECHARA, E. — A linguistic creation of Filinto Elísio. *Alfa*, São Paulo, 25:15-18, 1981.

ABSTRACT: It is argued that the XVIII century Portuguese writer Filinto Elísio far from showing ignorance of the subject, or carelessness, has proficiently amplified the available possibilities in the use of verbal flections in the literary language.

KEY-WORDS: Philology; grammar; linguistic norm; poetic licence; system.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUIAR, Martins de. *Notas de português de Filinto e Odorico*. Rio de Janeiro, Simões, 1955.
2. COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 2.ed. Madrid, Gredos, 1967.
3. ELÍSIO, Filinto. *Poesias*. Seleção, prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares. Lisboa, Sá da Costa, 1941.
4. HORN, W. *Sprachkörper und Sprachfunktion*. Berlin, 1921.
5. NEUE-WAGENER, F. *Fornrenlehre der lateinischen Sprache*. 3 Aufl. Berlin, Verlag von S. Calvary, 1892-1905.

NORMA, IDEOLOGIA E A TEORIA DA LINGUAGEM

Roberto Gomes CAMACHO *

RESUMO: Este trabalho analisa o conceito de norma sob uma perspectiva estritamente teórica. Observa-se que a fixação de uma norma prescritiva está indiretamente associada a princípios de natureza ideológica, que estão também subjacentes ao enfoque teórico das principais correntes da lingüística contemporânea.

UNITERMOS: Norma pedagógica; norma prescritiva; norma culta; padrão real; padrão ideal; sistema; língua; fala; competência; desempenho; ideologia; variação social; variação estilística; sociolingüística; estruturalismo; gerativismo.

Em virtude de ser a linguagem um fato social dos mais característicos, na medida em que é o principal meio de interação entre os indivíduos de uma comunidade, as regras que governam a produção dos atos verbais participam do conjunto das regras mais gerais que governam a própria comunidade.

Consiste numa das características da atividade social o fato de ser regida por normas de comportamento, de cujo alcance, por conseguinte, a linguagem não se exclui. Fichter (8) estabelece uma relação estreita entre os conceitos cobertos pelos termos “padrão” e “norma” de comportamento.

O padrão de comportamento forma-se no momento em que uma parcela expressiva dos membros de uma sociedade age mais ou menos da mesma forma e constantemente durante um longo período de tempo. Não obstante, o padrão de conduta não se restringe ao fato de ser apenas uma forma de comportamento; torna-se também uma norma ou princípio de conduta, na medida em que pode ser usado como modelo ou guia para a ação.

Nessa perspectiva, os padrões de comportamento podem ser considerados,

por um lado, como normas implícitas, no sentido em que sua realização reflita uma aceitação geral inconsciente; é a força do hábito que exerce pressão para que os indivíduos se adaptem a eles. Por outro lado, podem ser consideradas como normas explícitas, no sentido em que constituam o conjunto formal das leis promulgadas e impostas pela sociedade e o corpo dos princípios éticos claramente expostos e compartilhados por todos os seus membros.

No que concerne ao campo mais restrito da linguagem, o significado de norma flutua entre uma acepção implícita e uma acepção explícita, ainda que só a primeira deva ser considerada pela teoria da linguagem, se o estudo dos fenômenos verbais usa de procedimentos exclusivamente imparciais. Referimo-nos a uma concepção objetiva de norma lingüística e a uma concepção prescritiva. A diferença fundamental entre a perspectiva objetiva e a prescritiva deve estabelecer-se sobre uma definição de norma baseada estritamente no estudo das freqüências observáveis dos fatos funcionais e não num sistema de regulamentos, que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma

* Professor Assistente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Campus de São José do Rio Preto — UNESP — SP.

língua. Trata-se de “substituir os fatos de autoridade pela autoridade dos fatos.” (9,p.93).

A noção contida na atitude perscritivista se compara ao conceito de norma explícita acima mencionado, na medida em que as regras e instruções que pretendem controlar o uso de uma língua dada, acabam por institucionalizar-se em gramáticas e dicionários, fato que lhes confere um estatuto de verdadeira lei. Parece, não obstante, ser outra a atitude dos falantes em relação aos hábitos lingüísticos: a adoção de certos costumes está implicada na necessidade subjacente de pertencer a um determinado grupo social, como seu membro efetivo. Nesse segundo caso, os padrões de comportamento verbal teriam unicamente um caráter de norma implícita. É difícil discriminar a que nível a norma explícita condiciona o comportamento corretivo, mas é inegável que exerce alguma influência nesse sentido.

Tal parece ser a concepção de Coseriu (v.7) segundo a qual, ao se comprovar a norma, comprova-se como se diz e não se indica como se deve dizer: os conceitos que, com respeito a ela, se opõem são *normal* e *anormal* e não *correto* e *incorreto*.

Seu conceito de norma se origina numa feliz reelaboração da já clássica dicotomia saussureana *língua* e *fala*, considerada demasiado absoluta e imprecisa em sua origem nas mais diversas interpretações análogas que dela fizeram lingüistas pré ou pós-saussureanos.

Demonstra a insuficiência e a imprecisão da citada oposição, na medida em que o termo *língua* cobre pelo menos três conceitos diferentes: acervo lingüístico, instituição social e sistema funcional*.

Sobre a base do falar concreto, segundo Coseriu, única realidade investigá-

vel da linguagem, reestrutura a dualidade opositiva de Saussure, através da elaboração dos conceitos de *norma* e *sistema*, como dois graus de abstração. Considera que os atos verbais individuais, embora criações inéditas, constituem, na realidade, atos de re-criação, já que estão estruturados sobre modelos precedentes. Num primeiro grau de abstração, tais estruturas são simplesmente normais e tradicionais numa comunidade (norma). Num plano de abstração mais elevada, pode-se depreender delas mesmas um conjunto de elementos essenciais e indispensáveis, de oposições funcionais (sistema).

Em sua formulação, o sistema e a norma não são nem realidades autônomas que se opõem à fala, nem mesmo aspectos da fala, que é unitária e homogênea, mas formas comprováveis na própria fala, abstrações elaboráveis sobre a base da atividade lingüística concreta, em relação aos modelos que ela utiliza.

Desse modo, enquanto que o conceito de fala corresponde ao conjunto dos atos lingüísticos concretamente registrados no momento mesmo de sua produção, os de norma e sistema correspondem respectivamente ao primeiro e ao segundo grau de abstração. A norma inclui o que na fala é repetição de modelos anteriores: de um lado, sua definição, elimina tudo que na fala é momentâneo e ocasional; de outro, conserva os aspectos comuns que se podem comprovar nos atos lingüísticos e seus modelos. O conceito de sistema permite incluir só o que é funcional, pertinente, forma indispensável, eliminando o que, na norma, é hábito, costume, elementos comuns de uma comunidade.

O sistema seria, então, menos um conjunto de imposições que um conjunto de liberdades, pois que admite infinitas realizações. O que se impõe de fato ao in-

* Coseriu relativiza sua posição em relação a Saussure, afirmando que, no próprio pensamento saussureano, podem-se encontrar as premissas para a estruturação do conceito de norma e notáveis sugestões sobre sua natureza. (cf. 7, p. 50)

divíduo, limitando a sua liberdade expressiva, é a norma, por consistir num conjunto de realizações obrigatórios, de imposições sociais e culturais. É nesse sentido que uma mesma comunidade lingüística permite comprovarem-se várias normas: de uma perspectiva horizontal, as sub-normas regionais, e de uma perspectiva vertical, as sub-normas sócio-culturais.

O conceito de Coseriu, amplamente conhecido e aceito, entre os lingüistas em geral, parece estar bem próximo a uma acepção ampla de norma, diretamente relacionada com questões de coesão social, as quais têm seu indicio mais comum nas correções constantes que os adultos exercem sobre a linguagem das crianças. Movido pela pressão social, o adulto busca tão somente integrar a criança na comunidade. Nesse caso, tais correções estão incluídas no conjunto mais abrangente de padrões sociais de comportamento que constituem o processo de socialização humana.

Nessas situações, a comunidade pressiona o falante, defendendo a linguagem adulta e assegurando intuitivamente a própria coesão social, isto é, sua identidade, ameaçada pela fuga ao padrão geralmente aceito. (Roseblatt, 1977, p. 117, apud 2, p. 32-3)

Por outro lado, num sentido mais estrito, norma significa "correspondente aos usos e às atitudes de uma classe social de prestígio da região politicamente polarizadora". Nesse caso, o conceito de norma pode identificar-se com o de sentido amplo, mas não necessariamente.

É em seu sentido estrito que a norma é comumente denominada pedagógica, em razão de ser veiculada pela escola, e gramatical ou prescritiva, em virtude de estar descrita em dicionários e gramáticas. Pode-se acrescentar que o sistema de ensino adota a norma culta ou de maior prestígio social, que passa a corresponder, por conseguinte, à norma prescritiva.

Segundo FRANÇOIS⁽⁹⁾, a atitude prescritivista é muito mais difundida que a descritivista, no que concerne à expressão verbal, por duas razões: 1. na medida em que repousa numa convenção, a língua necessita de aprendizagem, levantando, assim, sérios problemas de ensino. É mais simples ao educador garantir-se recorrendo a uma atitude prescritivista. 2. em virtude de consistir num instrumento de comunicação, a língua é um bem comum, do qual todos os seus usuários são depositários. Assim, diferentemente de outros domínios da ciência, todos se atribuem o direito de cuidar da língua.

Em adição, a compreensão da noção tão difundida de norma prescritiva está indiretamente ligada a dois componentes fundamentais do conceito estrito de norma: a norma objetiva e a norma subjetiva. A primeira, também denominada padrão real, corresponde à linguagem praticada de fato pelo estrato sócio-econômico de maior prestígio, que se identifica também com o grupo detentor de bens culturais. A segunda, por outro lado, também chamada padrão ideal, corresponde à atitude que o falante assume perante a norma objetiva, isto é, compreende o que a comunidade "espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações." (Rodrigues, 1968, p. 93, apud 3, p. 15) A norma prescritiva corresponde, então, a uma idealização do padrão real de que a classe sócio-econômica e culturalmente mais elevada é detentora.

A forma impositiva de que costuma revestir-se resulta de uma grande variedade de princípios mais detectados ou menos, cada um deles um ponto de vista parcial e projetado a priori sobre a língua, o que permite introduzir uma coerência artificial na apreensão da complexidade dos fatos lingüísticos. (cf. 9, p. 88) Tais princípios coincidem parcialmente com os invocados por Castilho (v. 2), mais preocupado em demonstrar que todos estão orientados na mesma direção: o caráter unificador da norma prescritiva;

denomina-os, mais realisticamente, preconceitos.*

Um dos preconceitos mais correntes é o de que a norma é a linguagem correta; todas as demais formas de manifestação lingüística não enquadradas nesse conceito são simplesmente marginalizadas. A realidade é que não há, em matéria de linguagem, formas corretas ou incorretas, mas formas de expressão mais adequadas ou menos a determinadas situações de interação verbal.

É fácil perceber o caráter pouco absoluto e flutuante da noção de correção, ainda que a esse conceito muitos dêem validade absoluta: como o prestígio social é instável, variando diacronicamente, o que pode ser considerado correto numa época, pode ser marginalizado noutra.

Outro preconceito bastante difundido é o de que a melhor variedade dialetal é a praticada em determinada região, no geral a mais prestigiada devido à sua elevada posição no contexto nacional como polo sócio-econômico, político e cultural. Foi tal preconceito que estimulou os participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Salvador, 1957) a postularem como norma, para as suas respectivas atividades, a linguagem praticada na cidade do Rio de Janeiro, muito provavelmente em virtude de ser, à época, a capital federal, além de um dos polos culturais mais importantes do país.

Essa atitude, que estabelece ligação entre padrão ideal e espaço geográfico, tem suas raízes na tradição européia. A ascensão de uma variedade dialetal à condição de norma culta está intimamente associada com a expressão verbal do grupo

sócio-economicamente hegemônico da região de maior prestígio e o momento fundamental na afirmação de tal variedade é a sua associação com a modalidade escrita: “a associação entre uma determinada variedade lingüística e a escrita é o resultado histórico indireto da oposição entre grupos sociais que eram e são ‘usuários’ (não necessariamente falantes nativos) das diferentes variedades. Com a emergência política e econômica de grupos de determinada região, a variedade por eles usada chega mais ou menos rapidamente a ser associada, de modo estável à escrita (...); tal associação foi um passo fundamental no processo de ‘legitimação’ de uma norma.” (cf. 11, p. 46)

Foi dentro de ambientes fechados de poder que as línguas começaram a associar-se à modalidade escrita. Também o uso jurídico foi determinante na fixação de uma forma escrita. Desse modo, a variedade dialetal empregada, por exemplo, em Ile-de-France tornou-se a língua francesa, da mesma forma que a variedade empregada pelos nobres da Saxônia alçou à categoria de língua alemã. O galego-português, que se difundiu a partir do século XII, era a expressão do prestígio político, econômico e cultural de Santiago de Compostela. (cf. 11, p. 45-6)

Assumir, à guisa do processo de formação de estados e línguas nacionais na Europa, que a variedade veiculada num determinado setor geográfico deva ser postulada como a língua nacional é duplamente danoso: de um lado, implica que tal variedade é lingüisticamente superior, o que consiste, no mínimo, num argumento falacioso; de outro, conduz a um caminho estreitamente unificador, sobretudo num país como o Brasil, de grande diversidade cultural.

* Fichter distingue o conceito do preconceito da seguinte forma simplificada: enquanto que o conteúdo do conceito está em conformidade com a realidade objetiva, o conteúdo de um preconceito não foi ainda posto à prova, com a finalidade de se observar se está ou não em conflito com a realidade empírica. (8, p. 224-5) Nesse sentido, a forma como François apresenta os seus princípios parece coincidir com a noção de preconceito de Castilho.

Também bastante difundido é o preconceito de que o padrão ideal é a variedade praticada ou por escritores de períodos áureos da história literária nacional ou por escritores que mais se tenham destacado em qualquer época, em virtude de atributos estilísticos e busca de perfeição formal.

Essa atitude é discutível por confundir suas modalidades de expressão lingüística tão díspares quanto a falada e a escrita. É inaceitável, sob quaisquer critérios, a imposição de uma variedade escrita, e, sobretudo, literária, como norma para todas as manifestações da atividade verbal.

A justificativa mais convencional para esse equívoco parece residir no fato de ter sido fulcro das preocupações da norma pedagógica o ensino da modalidade escrita em seu registro mais formal. Assim, nossas gramáticas normativas servem-se comumente das obras de autores consagrados como instrumento de legitimação para as suas prescrições. Celso Cunha dá-nos um exemplo típico dessa atitude. Ao descrever uma regra de concordância, apresenta o uso geral como correto, mas não deixa de aceitar uma exceção, porque foi empregada em alguma ocasião por um autor consagrado:

“(...) Quando o sujeito do verbo *ser* é um dos pronomes *isto, isso, aquilo, tudo* ou *o* (= aquilo) e o predicativo vem expresso por um substantivo no plural. (...) o verbo coincide com o predicativo (...) Também não é raro aparecer o verbo no singular em concordância com o pronome demonstrativo ou com o indefinido. São de Gonçalves Dias os seguintes versos:
Tudo é flores no presente
... Já tudo é cinzas. (...)” (6, p. 345)

Apesar da diversidade de suas formas de manifestação, podem-se observar alguns traços comuns que acabam por ca-

racterizar todos esses preconceitos como uma atitude prescritivista: 1. privilegiam (mesmo na pronúncia) a modalidade escrita, que no geral coincide com a variedade literária; 2. a língua fica resumida ao que nela se destaca, acarretando às variedades restantes, permanentes cuidados repressivos; e, 3. essa triagem de fatos lingüísticos está fundamentada em critérios exteriores, de natureza exclusivamente extralingüística. (cf. 9, p. 89-90)

Em contrapartida, a concepção objetiva de norma é a única que manipula conceitos estritamente lingüísticos. Reconhece a existência de uma norma culta, mas a considera apenas uma variedade dialetal a mais, em nenhum aspecto e sob quaisquer critérios, jamais superior às demais variedades alternativas. Individualiza-se pelo seu alto grau de prestígio social, de tal forma que é geralmente veiculada pelos meios de comunicação, por ser a variedade de fato da parcela dos falantes mais bem dotados cultural e sócio-economicamente; caracterizam-na ainda sua neutralidade em relação a regionalismos em excesso e sua conformidade com a área geográfica do indivíduo falante.

Em adição a seu conceito de norma, “fundamentado nas freqüências observáveis dos fatos”, afirma François que “uma hierarquia funcional das utilizações da linguagem é uma preliminar necessária a todo estabelecimento de dados numéricos (refere-se ao termo *freqüência*).” (9, p. 93) Quer-nos parecer que essa concepção é a que mais se aproxima de uma versão objetiva de norma, tal como foi acima discutida.

É a escola o único acesso à norma prescritiva, para os grupos que estão, desde a primeira infância, à margem dela. Essa instituição não só veicula um ensino pretensiosamente homogeneizador, mas também compartilha muitas vezes com alguns desses preconceitos, que envolvem a noção de norma. Esse fato induz, sem dúvida alguma, à discriminação indireta desses grupos marginalizados, fenômeno que

é ignorado pelos defensores do prescritivismo, de forma tal que estimulam, inclusive, a crença de que em nosso país não existem diferenças dialetais. (cf. 11, p. 48)

A negação de conflitos na área do idioma parece estar de acordo com a negação de conflitos em geral, gerados por fatores de ordem histórica, sócio-cultural e étnica: a negação do preconceito racial no Brasil, por exemplo, anda em constante contradição com o número expressivo de vezes que a lei Afonso Arinos é violada.

O mais provável é que tais crenças constituam um conjunto de preceitos ideológicos para a resolução de tais conflitos sociais. Nessa perspectiva, a atitude prescritivista é também ideológica, se considerarmos a concepção marxista do termo ideologia, segundo a qual “consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias)”. (5, p. 93-4) Essa interpretação implica que, embora a sociedade seja dividida em classes sociais — cada qual com suas próprias idéias — são consideradas válidas somente as idéias do grupo dominante, que, através desse instrumento, procura perpetuar a sua dominação, estabilizando a estrutura social.

A ideologia resume-se, portanto, num corpo explicativo (representações) e prático de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional e coerente para as diferenças, obscurecendo a própria existência delas. A função da ideologia é fornecer aos membros da sociedade um sentimento de identidade social, de homogeneidade cultural, sócio-econômica e racial. Como tais idéias não exprimem o real, mas representam uma aparência social, é possível considerá-las não só como

independentes da realidade, mas sobretudo, como uma inversão da relação, de modo tal que a realidade concreta seja considerada como a realização dessas idéias.

As formas de manifestação ideológica da norma prescritiva são muitas e várias, sendo convencionalmente veiculadas de modo assistemático e não formalizado. Pode-se identificá-las na concepção estética de língua, que manipula valores sociais como “elegância”, “beleza”, etc. Na concepção aristocrática, que põem em contraste a linguagem de prestígio das classes mais elevadas com a linguagem comum, usando expressões dicotômicas de valorização como “classe elevada” x “povo”. É possível identificá-las ainda na concepção purista, que privilegia o passado cultural de uma língua, através da manipulação de valores simbólicos de prestígio como “vernaculidade”, “tradição”, “os clássicos”, etc. Finalmente, na concepção naturalista de língua, que a considera um ser vivo, dotado de sentimentos; diretamente associada com outras manipulações ideológicas, como “nacionalismo”, “integridade territorial”, “patriotismo”, defende a suposição de que a incorreção lingüística pode afetar a própria unidade e integridade da nação, que tenderia, assim, a deteriorar-se, degenerar-se, caso fossem permitidos tais desvios. (cf. 2, p. 36-7)

Não é, entretanto, no âmbito exclusivo da fixação e da defesa de uma norma prescritiva que o processo ideológico tende a interferir no domínio lingüístico. A teoria da linguagem pode ter, ela mesma, certos princípios fundamentais, imersos em conteúdo ideológico e apresentar, nesse caso, um caráter curiosamente normativo, ainda que o rejeite.

É notório que a atitude prescritivista foi sistematicamente recusada pela lingüística contemporânea, cujo caráter científico, equivale a dizer, imparcial e objetivo, Martinet tão bem enfatiza:

“Como o objeto dessa ciência constitui uma atividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que realmente se diz para passar a recomendar o que deve dizer-se. A dificuldade de distinguir a lingüística científica da gramática normativa lembra a de extrair da moral uma autêntica ciência dos costumes.” (14, p. 3)

É o próprio Martinet que formula o princípio epistemológico de que uma teoria científica deve necessariamente efetuar uma seleção dentre os elementos da realidade que pretende descrever: “Qualquer descrição supõe uma seleção: por muito simples que a primeira vista pareça, qualquer objecto é susceptível de se revelar infinitamente complexo. Ora, a descrição é necessariamente finita, o que significa que só poderão apresentar-se alguns traços do objecto a descrever (. . .)” (14, p. 30) Tal postulado é contraditório com partes do texto acima citado: se o investigador opera uma seleção dentre os fenômenos empíricos observáveis, segue-se necessariamente que não é capaz de apreender “o que *realmente* se diz”, mas o que seu recorte metodológico permite, isto é, uma parte do real, estando longe de constituir, assim, uma *autêntica* ciência dos costumes” (grifos nossos). Nessa perspectiva, sua atitude assemelha-se a uma atitude prescritivista.

Intimamente associado aos princípios funcionalistas da Escola Fonológica de Praga, Martinet subordina a teoria lingüística a um ponto de vista determinado, sem o qual uma descrição científica não é nem coerente nem aceitável. Esse raciocínio está plenamente de acordo com um princípio saussureano, segundo o qual, “em Lingüística é o ponto de vista que cria o objeto.” (17, p. 15) O ponto de vista restringe, por conseguinte, a descrição lingüística aos elementos pertinentes da linguagem, aos elementos do enunciado “cuja presença não é automa-

ticamente motivada pelo contexto em que aparecem, o que lhes confere função informativa.” (14, p. 31)

A subordinação da teoria aos elementos portadores de informação apenas reduz drasticamente o escopo da abordagem funcionalista e vem a coincidir com a operação epistemológica que permitiu a Saussure elaborar a dicotomia *lingua* x *fala*.

Por pressupor uma seleção previamente estabelecida é que a perspectiva do cientista não só não é neutra, mas também resulta necessariamente parcial. Não é neutra, porque tal seleção transforma em objeto de estudo o aspecto que a posição ideológica e os critérios subjetivos do próprio investigador lhe indicam como tal. É parcial porque aborda apenas um dos aspectos do real ou, o que é ainda mais grave, uma de suas partes. O que exclui é considerado secundário ou é remetido a outra área do conhecimento. (cf. 16, p. 10)

A *lingua* é de fato um objeto inventado pela teoria da linguagem, um objeto produzido pelo ponto de vista adotado. É a partir desse objeto de estudo que nasce o estruturalismo europeu em lingüística: como uma rejeição dos aspectos sociais externos que condicionam o sistema lingüístico, como uma tentativa, enfim, de abstrair a linguagem da prática social em que se manifesta, em nome de seu caráter supostamente autônomo. “Estamos frente a um positivismo”, afirma Nethol, “que aísla al sujeto de su lenguaje, y a los elementos entre si, para determinar el esquema de funcionamiento, y que, en un primer procedimiento de ‘descarte’, logra aislar también a la lingüística (cuyo objeto es la lengua) de los entrecruzamientos con ciencias conexas que habían incidido fuertemente en las especulaciones y operaciones lingüísticas anteriores.” (15, p. 53)

Se, portanto, é criticável a seleção de um aspecto parcial do fenômeno lingüístico, não o é menos a tendência sincrônica

ou descritivista da corrente estruturalista em geral. A partir do processo de transformação lingüística, demonstram Marcellesi & Gardin, Saussure privilegia a força de homogeneização da língua, de coesão contra as forças opostas que fazem surgir as tensões sociais e os conflitos de classe. Tal visão da evolução lingüística é produto indireto do conceito social que Saussure possuía de língua, em relação à sociologia de Durkheim: através do desenvolvimento do conceito de solidariedade, procura responder ao que se opõe à sua própria teoria: as revoluções sociais reais e lutas de classe e, no plano científico, a teoria marxista.

O que Saussure e seguidores excluem da linguagem e, por extensão, da própria teoria lingüística — são os fenômenos que se opõem à homogeneização. Como a definição de objeto da lingüística por Saussure valoriza nele apenas alguns de seus aspectos, equivale a dizer que se a língua é sistema, ela é também norma. Sua posição frente às questões de mudança lingüística revela, por conseguinte, “um projeto conservador sobre a linguagem — paralelo ao projeto sociológico — que leva a não considerar como objeto da lingüística senão a norma, designada sob o nome de sistema.” (13, p. 213-5)*

Com efeito, de um ponto de vista prático, o objeto de estudo reduz-se ao que se poderia chamar “idioleto” do lingüista. De um ponto de vista metodológico, gera o que segundo Labov, consiste no “paradoxo saussureano”. Embora seja a *língua* o aspecto social da linguagem, os lingüistas que trabalham dentro da tradição saussureana não abordam absolutamente o aspecto social: insistem que quaisquer explicações sobre o fenômeno lingüístico devem ser extraídas de outros fenômenos lingüísticos, não de qualquer dado externo sobre o comportamento so-

cial; operam, nesse caso, com um ou dois informantes, ou examinam seu próprio conhecimento do sistema lingüístico.

O quadro completo é, então, o seguinte: por um lado, podem-se obter os dados sobre a parte social da linguagem a partir do testemunho de qualquer pessoa, mesmo do próprio investigador; por outro lado, os dados sobre a fala, o aspecto individual da linguagem, são apreensíveis apenas através do comportamento verbal de um grupo de indivíduos. (cf. 12, p. 185 — 6)

A tendência estruturalista européia parece ter surgido da necessidade ideológica de opor o pensamento liberal ao surgimento da perspectiva marxista de análise de fenômenos sociais, que, de certa forma, poderia ameaçar o capitalismo burguês, já em processo de consolidação. Tal condição é que determinou a construção de um quadro teórico bem sistemático, em oposição ao estruturalismo norte-americano, que cuidou essencialmente da busca de procedimentos de natureza taxinômica; nem por isso, entretanto, deixa de estar fundamentado numa necessidade político-ideológica de teor similar. No século XIX, com seu *Handbook of American Indian Languages*, Boas marca sua presença no momento em que a luta política nos Estados Unidos dava relevância especial ao processo de integração dos grupos indígenas, em favor de um projeto amplo de colonização. (cf. 15, p. 50)

A tentativa mais bem sucedida da superação da lingüística estruturalista na América foi o advento da gramática gerativa. Se, por um lado, seu método foi capaz de atingir o nível sintático, não se limitando ao exame exclusivo das duas articulações da linguagem, vai ocupar-se, por outro lado, de um falante-ouvinte ideal numa comunidade lingüística completa-

* A concepção saussureana *língua x fala* tem origem numa concepção já superada de fato social, considerado como um tipo de representação de consciência coletiva, graças a qual o indivíduo era unificado num grupo. Isso equivale a dizer que a sociedade era concebida idealisticamente como a união harmoniosa dos indivíduos sob a ação ecumênica dos fatos sociais. (cf. 1, p. 67)

mente homogênea, decorrente da idealização do objeto de estudo, que se impõe, segundo Chomsky, a qualquer área científica que se ocupe da descrição de fenômenos empíricos complexos, como é a linguagem humana. (apud 18, p.106)

Da tendência mentalista do enfoque gerativista decorre o princípio de que a linguagem é uma das estruturas cognitivas da mente humana; esse fato leva às últimas conseqüências a perspectiva estruturalista de linguagem, que consiste em considerá-la como um sistema fechado, inteiramente independente do contexto sócio-cultural em que se manifesta.

A substituição de *sistema* por *competência*, que teria podido situar, no interior da lingüística, o papel do falante em suas relações psico-sociais com o interlocutor, gerou, antes, uma relação de equivalência entre os dois conceitos teóricos, no sentido em que manteve a atividade lingüística concreta e suas vicissitudes naturais ausentes do objeto de estudo, não mais agora como *fala*, mas como *desempenho*. (cf. 16)

Tanto a tendência estruturalista quanto a gerativista podem ser enquadradas no escopo do conceito de lingüística unificante, proposto por Marcellesi & Gardin. Referem-se à tendência que procura abordar somente os fenômenos lingüísticos que podem dar lugar a uma única descrição, em oposição à tendência diferencial. Despreza as diferenças, quer de modo científico, descritivo, criando uma representação abstrata dos fenômenos abordados, quer por motivos políticos, o que propiciou condições ao aparecimento das grandes línguas nacionais européias. Às vezes, não se apresenta como lingüística (a gramática normativa é representante dessa tendência), mas não deixa de constituir uma representação um tanto imaginária da atividade verbal. A oposição entre a gramática normativa e a descritiva não se explica teoricamente senão desse modo. Não é difícil de admitir, no entanto, que

um trabalho de lingüística unificante descritiva fosse transformado em norma. Basta que se diga: “fale de acordo com esta descrição.” (cf. 13, p. 98-100)

Esse argumento, que permite a coincidência entre a corrente científica uniformizante e a normativa não só nos parece válido, mas também acreditamos que devem estar ambas relacionadas com a mesma tendência ideológica subjacente, que cabe à investigação lingüística também determinar, se pretende ser de fato científica. Não é através de um objeto de estudo abstrato do tipo *lingua* ou *competência* que será possível fazê-lo. Se o objeto da lingüística não consiste, por conseguinte, numa construção teórica, mas numa prática verbal, de natureza necessariamente social, é também tarefa de uma teoria científica da linguagem determinar qual é a relação entre tal prática e a organização social que a inclui.

Parece-nos lícito que um dos caminhos possíveis é adotar os critérios de uma lingüística diferencial, que tende a enumerar todos os contrastes existentes na atividade verbal de uma mesma comunidade. “É difícil transformar em norma”, afirmam Marcellesi & Gardin, “os resultados da lingüística diferencial, porque ela fornece por vezes dezenas de variedades todas referentes às condições geográficas ou sociais.” (13, p. 100)

É nesse sentido que a tripartição da dualidade saussureana estabelecida por Coseriu em *sistema*, *norma* e *fala* deu um passo à frente, abrindo a perspectiva da descrição estruturalista, sem rejeitar alguns outros princípios fundamentais dessa tendência. Isso porque o conceito de norma implica a existência de mais de uma variedade, seja de uma perspectiva geográfica, seja de uma perspectiva sócio-cultural.

É, entretanto, a corrente contemporânea, comumente denominada sociolingüística, que vai ainda além, por não reconhecer fronteira entre sistema/norma e

fala. Supera, pelo contrário, o idealismo homogeneizador das correntes estruturalista e gerativista.

O que está fundamentado de fato, segundo Labov, é a existência de variação e estruturas heterogêneas nas comunidades de fala. O contrário é que deve ser posto em dúvida. A heterogeneidade não é apenas comum, é também o resultado natural de fatores lingüísticos básicos, de forma tal que é a ausência de mudança de registros e de sistemas de comunicação multi-estratificados que seria disfuncional. (cf. 12, p. 203)

A alternativa teórica introduzida por Labov para resolver problemas da estrutura lingüística concebe o sistema como o conjunto das formas manifestadas no contexto social, por falantes em processo real de interação verbal. Nessa perspectiva, é um conjunto de fatores não só lingüísticos, mas também extralingüísticos (como fatores sociais e estilísticos), que participam ativamente da aplicação de uma regra da estrutura verbal, favorecendo-a ou desfavorecendo-a.

Parece-nos evidente que a recusa da seleção de uma variedade dialetal como o padrão ideal, ou norma prescritiva, só é possível dentro de uma abordagem que rejeita simultaneamente a seleção em face da fixação de seu próprio objeto de estudos; caso contrário, corre-se o risco de incorrer em contradição teórica.

Aceito, por outro lado, o pressuposto de que vivemos numa sociedade imersa em contexto ideológico, a norma culta torna-se, necessariamente, um grau a atingir no processo de aprendizagem da língua materna. Isso não significa que o seu ensino exclua as demais variedades, ou seja superior a elas; significa que sua aquisição pelo aluno está associada ao processo mais geral da própria promoção

do ser humano, numa sociedade competitiva, principalmente se faz parte da base cada vez maior da pirâmide sócio-econômica brasileira, no sentido da participação maior na distribuição de bens de consumo, seja materiais, seja culturais.

Para tanto, não é baseado numa ação prescritiva, em que a margem de variação para o aluno é reduzida e, portanto sumamente rígida, que o sistema de ensino será capaz de estimular o processo de mobilidade social ascendente. A ação deve ser, pelo contrário, eletiva: embora se conceba a existência de uma norma, esta se caracteriza por estimular certa margem de escolha, em vez de prescrever um curso fixo de uso.

O traço característico da ação eletiva* é a tolerância, a ausência de sanções do tipo "incorreto", "vulgar", "deselegante", etc. em relação aos desvios da norma culta que de fato ocorrem na linguagem em uso no contexto social. São, principalmente, as circunstâncias reais de atividade verbal, sumamente variadas e variáveis, que devem tornar mais aplicável ou menos a cada uma delas a norma socialmente estabelecida e empiricamente observável.

O fato de que a norma culta regional a ser adotada no ensino deva ser empiricamente embasada, em toda a sua variação estilística, coloca uma questão teórica de grande relevância, em virtude de não conhecermos de fato como se caracterizam as variedades dialetais em nosso país. É possível que esse desconhecimento tenha retardado ainda mais a fixação de diretrizes para o ensino da língua materna, de modo tal que permanece, em nossas gramáticas mais correntes, o uso de preconceito ou da opinião subjetiva na regulamentação do tipo de conteúdo a ser ensinado nas escolas.

Sobre os conceitos de ação prescritiva e ação eletiva, ver 10, p. 65.

Todavia, tem-se desenvolvido no Brasil um projeto que visa a descrever objetiva e imparcialmente, isto é, através de instrumentos estritamente lingüísticos, a realidade da norma culta no Brasil. Trata-se do NURC — Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta, que investiga, com seriedade e profissionalismo, a variedade culta em cidades com mais de um milhão de habitantes. (cf. 4)

Tal pesquisa, pela sua natureza e dimensão, é um dos requisitos necessários para o estabelecimento da variedade lingüística a ser ensinada nas escolas, desde que, em nossa opinião, se restrinja às seguintes condições: 1. tolere diferenças regionais; 2. apresente variação segundo as circunstâncias do ato de comunicação verbal (estilística); 3. se vier a ser adotada,

não se sobreponha à variedade do educando, mas a ela se acrescente.

Somente nesse sentido a escola estaria em condições de praticar um ensino duplamente democrático: de uma perspectiva extralingüística, não só manteria a identidade cultural dos membros de cada setor geográfico, mas também auxiliaria o processo de mobilidade social ascendente dos grupos sócio-economicamente desfavorecidos. De uma perspectiva intralingüística (que de nenhum modo se desassocia da anteriormente mencionada), estimularia no educando a possibilidade de eleger a variante que julgar não mais correta ou menos, porém mais adequada ou menos á diversividade das circunstâncias em que ocorre o processo de interação verbal.

CAMARGO, R.G. Norm, ideology and language theory. *Alfa*, São Paulo, 25:19-30, 1981.

ABSTRACT: This work analyses the concept of norm from a strictly theoretical point of view. It is observed that the establishment of a prescriptive norm is indirectly associated with ideological principles, which are also underlying the theoretical approach of the main contemporary linguistic currents.

KEY WORDS: Pedagogical norm; prescriptive norm; prestige standard; real pattern; ideal pattern; system language; speech; competence; performance; ideology; social variation; stylistic variation; sociolinguistics; structuralism; generativism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALVET, Jean Louis. *Saussure: pró e contra. Para uma lingüística social.* São Paulo, Cultrix, 1977.
2. CASTILHO, Ataliba T. de. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: _____ . *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2.º grau.* São Paulo, SE-CENP-UNICAMP, 1978. v.4, p. 32-43.
3. _____. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 1:13-20, 1978.
4. _____. O estudo da norma culta do português do Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 8:21-5, 1973.
5. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia.* São Paulo, Brasiliense, 1980.
6. CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo.* Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.
7. COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: _____ . *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos.* Rio de Janeiro, Presença, 1979. p.13-85.
8. FICHTER, Joseph. H. *Sociologia.* São Paulo, Herder, 1969.
9. FRANÇOIS, Denise. A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, Jeanne et alli., orgs. *Da teoria lingüística ao ensino da língua.* Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.
10. GERMANO, Gino. *Política e sociedade numa época de transição.* São Paulo, Mestre Jou, 1973.

11. GNERRE, Maurizio. Linguagem e poder. In: _____ .*Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2.º grau*. São Paulo, SE-CENP-UNICAMP, 1978. v.4, p. 44-62.
12. LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
13. MARCELLES, J.B. & GARDIN, B. *Introdução à sociolinguística*. Lisboa, Aster, 1975.
14. MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Lisboa, Sá da Costa. 1972.
15. NETHOL, Ana Maria. Linguística y dependencia. *Arte Sociedad Ideología*, México, D.F., 3:48-55, oct. / nov. 1973.
16. POSSENTINI, Sirio. *Discurso: objeto da linguística*. Uberaba, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1979. p. 9-19 (Série Estudos sobre o Discurso, n.6)
17. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 1977.
18. SILVA, Carly. *Gramática transformacional: uma visão global*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

O CORPUS TIBULLIANUM: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Enzo Del CARRATORE*
Cicília Yuko WADA**

RESUMO: A partir dos dados extraídos do *Corpus Tibullianum*, e submetidos a tratamento estatístico, os autores pretendem reforçar a opinião geralmente aceita de que a obra não foi composta por um único poeta, admitindo a pluralidade de autores. Para tanto, utilizam, a distribuição de Waring e os Índices mais recentes de riqueza lexical, apontando, entre as duas partes em que dividiram o *Corpus*, diferenças que corroboram a hipótese inicial.

UNITERMOS: Estatística lexical; distribuição de Waring; estimadores; índices de riqueza lexical; extensão teórica do vocabulário.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá apresentar uma abordagem quantitativa dos dados fornecidos pelo *Corpus Tibullianum*, com a intenção precípua de salientar a utilidade e a conveniência do emprego de técnicas probabilísticas de análise como recurso eficaz de convalidação de teorias linguísticas ou literárias. Não propomos a substituição dos métodos qualitativos tradicionais de interpretação de fatos linguísticos ou de apreciação de obras literárias; desejamos somente mostrar a críticos literários e a linguistas alguns instrumentos de trabalho que lhes poderão ser úteis e valiosos.

O aparato matemáticos sobre o qual se alicerça o trabalho foi reduzido ao mínimo indispensável para a compreensão de qualquer leitor, por leigo que seja; fizemos isso para não espantar e afugentar a nossa clientela potencial de linguistas

e de literatos, tradicionalmente avessa neste país à ingerência de métodos de uma ciência "exata" num domínio presumivelmente insubmisso a leis outras que não sejam as da livre e espontânea criação. No entanto, a ciência linguística muito lucraria com a aliança de que nos propomos apresentar uma breve e singela amostra. Mais e melhor fizéramos, se tivéssemos à disposição dados que, corriqueiros em outras terras, inexistem na nossa; esta limitação servirá ao mesmo tempo de apelo aos estudiosos patricios, e de pedido de desculpas antecipado pelas eventuais falhas ou omissões de nosso artigo.

1 DISTRIBUIÇÃO DE WARING

IRWIN⁵ ao investigar o ajuste de modelos teóricos para descrever, na área das ciências biológicas, distribuições de frequências com caudas longas, propôs a utilização de uma distribuição baseada na expansão de uma série de termos decrescentes, conhecida por série de Waring:

$$\frac{1}{x-a} = \frac{1}{x} + \frac{a}{x(x+1)} + \frac{a(a+1)}{x(x+1)(x+2)} + \dots + \frac{a(a+1)\dots(a+i-2)}{x(x+1)\dots(x+i-1)} \quad (1)$$

* Professor Titular do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras, História e Psicologia — Campus de Assis — UNESP, SP.

** Professora Assistente do Departamento de Análise Numérica e Estatística do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Campus de São José do Rio Preto — UNESP, SP.

Essa série, por ser convergente para $x > a > 0$ pôde ser transformada em distribuição discreta de probabilidades,

$$\frac{x-a}{x} + \frac{a(x-a)}{x(x+1)} + \frac{(x-a)a(a+1)}{x(x+1)(x+2)} + \dots + \frac{(x-a)a(a+1)\dots(a+i-2)}{x(x+1)\dots(x+i-1)} = 1 \quad (II)$$

Irwin denominou essa distribuição de probabilidades de "Distribuição de Waring" *.

1.1. HERDAN⁴ em 1964, investigou por suas vez a aplicação da distribuição de Waring a dados obtidos de textos literários, quando se realiza a contagem dos diferentes vocábulos com freqüência $i =$

com parâmetros x e a , multiplicando os termos por $(x-a)$:

1,2,3,... Em um texto de tamanho N , constituído de V vocábulos, observa-se que a distribuição dos V_i vocábulos, isto é, dos vocábulos que aparecem no texto dado com freqüência 1,2,3..., é decrescente; em virtude dessa propriedade da distribuição, Herdan comprovou o ajuste da distribuição de Waring a dados lexicais.

Assim:

$$p_1 = \frac{x-a}{x} \quad \text{é a probabilidade de um vocábulo ter freqüência 1;}$$

$$p_2 = \frac{(x-a)a}{x(x+1)} \quad \text{é a probabilidade de um vocábulo ter freqüência 2;}$$

$$\vdots$$

$$p_i = \frac{(x-a)a(a+1)\dots(a+i-2)}{x(x+1)\dots(x+i-1)} \quad \text{é a probabilidade de um vocábulo ter freqüência } i.$$

Para se obter o valor de cada p_i (isto é, a probabilidade de um vocábulo ter no texto a freqüência i), é necessário conhecer o valor dos parâmetros a e x - o que nos leva ao problema dos estimadores desses parâmetros, que será tratado no item seguinte.

Uma vez de posse dos valores de \hat{a} e \hat{x} , pode-se construir o modelo teórico de distribuição das freqüências dos vocábulos num texto qualquer, aplicando a distribuição de Waring, da seguinte maneira:

$$E(V_1) = \frac{\hat{x}-\hat{a}}{\hat{x}} V$$

$$E(V_2) = \frac{(\hat{x}-\hat{a})\hat{a}}{\hat{x}(\hat{x}+1)} V \quad \text{ou: } E(V_2) = E(V_1) \frac{\hat{a}}{\hat{x}+1}$$

$$E(V_3) = \frac{(\hat{x}-\hat{a})\hat{a}(\hat{a}+1)}{\hat{x}(\hat{x}+1)(\hat{x}+2)} V \quad \text{ou: } E(V_3) = E(V_2) \frac{(\hat{a}+1)}{(\hat{x}+2)}$$

$$\vdots$$

$$E(V_i) = \frac{(\hat{x}-\hat{a})\hat{a}(\hat{a}+1)\dots(\hat{a}+i-2)}{\hat{x}(\hat{x}+1)\dots(\hat{x}+i-1)} V \quad \text{ou: } E(V_i) = E(V_{i-1}) \frac{\hat{a}+i-2}{\hat{x}+i-1}$$

Desse modo, obtemos o número de vocábulos que se espera encontrar repartidos pelas classes de freqüência i , admitin-

do que eles se repartam de fato segundo a distribuição de Waring.

* Um estudo sucinto da distribuição (II), a partir da expansão da função $\frac{1}{x-a}$ será apresentado no Anexo que acompanha este artigo.

1.2 Estamos agora diante de duas distribuições de frequência: uma observada, e a outra esperada — a construída sobre o modelo ora descrito. Formulamos então a “hipótese nula” H_0 , isto é, a hipótese da “não diferença” entre as duas distribuições. O problema que se apresenta é o de verificar se os desvios existentes entre os valores efetivos observados V_i e os esperados $E(V_i)$ são significativos ou não: se os desvios se revelarem significativos, isto é, superiores a um valor crítico a que está associada uma probabilidade de ocorrência aleatória, rejeitamos a hipótese nula e concluímos que o modelo teórico de distribuição de frequências não se ajusta aos dados observados; ao contrário, se os desvios não forem significativos, não podemos rejeitar a hipótese nula, o que nos permite aceitar, dentro de uma margem previsível de erro, o fato de que o modelo teórico se ajusta aos dados reais.

Para testar a hipótese nula, isto é, para tomar a decisão de rejeitá-la ou não, utilizamos o teste de aderência (χ^2 de Pearson)*.

Rejeita-se H_0 quando o valor do χ^2 obtido for superior ou igual ao valor do χ^2 crítico, com um número de graus de liberdade dado por $n = i - j - 1$, onde i é o número de classes de frequência, e j o número de parâmetros estimados.

2. OS ESTIMADORES

Um modelo probabilístico é caracterizado por seus parâmetros. Como esses

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{\hat{q}_1} - \frac{1}{\hat{\mu}_1} - 1} \quad (\text{III})$$

e

* Por esse teste, o valor do χ^2 obtido segundo a fórmula $\chi^2 = \sum \frac{(f_i - t_i)^2}{t_i}$ serve para avaliar, em termos de probabilidade, o desvio constatado entre os valores reais e os teóricos. Uma das limitações do teste é a de oferecer resultados pouco confiáveis para valores calculados muito pequenos; convencionou-se fixar o limite de 5 como o valor mínimo abaixo do qual o teste se torna ineficiente, e por essa razão costuma-se acumular as classes de frequência mais elevada na cauda da distribuição, a partir do momento em que a primeira delas apresentar um valor calculado inferior a 5. É o que se verificará logo adiante nas tabelas que integram este texto.

** A obtenção dessas fórmulas será detalhada no Anexo.

parâmetros normalmente são desconhecidos, torna-se necessário “estimá-los”, isto é, encontrar, a partir de dados amostrais, valores que mais se aproximem dos verdadeiros valores dos parâmetros populacionais. Esses valores são resultados daquilo que na Estatística costuma chamar-se de “estimadores”, que são então funções de variáveis aleatórias.

Para determinar com o máximo de precisão o valor de um parâmetro, podemos construir um número praticamente ilimitado de estimadores *ad hoc*, além daqueles baseados em técnicas convencionais como, por exemplo, os estimadores obtidos pelo método da máxima verossimilhança. Estes estimadores, embora possuam ótimas propriedades e por isso forneçam os melhores resultados, são de difícil obtenção na prática, porque as equações de máxima verossimilhança somente podem ser solucionadas por processos iterativos, exigindo o emprego de algoritmos e o uso de computador.

No caso dos parâmetros α e χ da distribuição de Waring, examinaremos a seguir três tipos de estimadores dentre os comumente usados.

2.1 Irwin propôs estimadores baseados na média observada $\hat{\mu}_1$ e na probabilidade \hat{p}_1 associada aos vocábulos de frequência 1. Daí as fórmulas **

$$\hat{x} = \frac{\frac{1}{\hat{q}_1}}{\frac{1}{\hat{q}_1} - \frac{1}{\hat{\mu}_1} - 1} \quad (\text{IV})$$

Lembramos que a média observada $\hat{\mu}_1$ é por esse autor obtida considerando $i = 0, 1, 2, \dots$:

$$\hat{\mu}_1 = 0p_1 + 1p_2 + 2p_3 + \dots + (i-1)p_i \quad (\text{V})$$

Observe-se, a esta altura, que Irwin, ao lidar com problemas biológicos, considerou uma variável aleatória que assumia o valor inicial zero, o que não ocorre evidentemente com dados lingüísticos, onde a variável "classe de frequência" assume usualmente os valores $i = 1, 2, 3, \dots$. Deste modo, a média observada $f =$ é obtida por:

$$\hat{f} = 1p_1 + 2p_2 + 3p_3 + \dots + ip_i \quad (\text{VI})$$

A diferença entre \hat{f} e $\hat{\mu}_1$ é igual a 1, obtida pela subtração, membro a membro, de (VI) menos (V), que resulta em:

$$\hat{f} - \hat{\mu}_1 = p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_i$$

Como, por definição, a soma das probabilidades é sempre igual a 1, logo

$$\hat{f} - \hat{\mu}_1 = 1 \quad \text{e} \quad \hat{\mu}_1 = \hat{f} - 1$$

Utilizaremos uma notação mais familiar aos que trabalham com dados lingüísticos, operando as seguintes substituições:

$$p_1 = \frac{V_1}{V} ; \quad q_1 = 1 - \frac{V_1}{V} ; \quad \hat{f} = \frac{N}{V}$$

Desta forma, os estimadores (III) e (IV) de Irwin podem ser notados por:

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{(1 - \frac{V_1}{V})} - \frac{1}{(\frac{N}{V} - 1)} - 1} \quad (\text{VII})$$

e

$$\hat{x} = \frac{\hat{a}}{1 - \frac{V_1}{V}} \quad (\text{VIII})$$

2.2 Ao aplicar os estimadores de Irwin a dados de natureza lingüística, na tentativa de ajuste do modelo de Waring à distribuição de frequências dos vocábulos de um texto literário, Herdan cometeu o equivoco de não perceber a diferença de 1

unidade entre a média \hat{f} , que considera $i = 1, 2, \dots$, e a média $\hat{\mu}_1$, que considera $i = 0, 1, 2, \dots$. Assim os estimadores de Herdan serão construídos segundo as fórmulas

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{(1-V_1)} - \frac{1}{\left(\frac{N}{V}\right)} - 1} \quad (\text{IX})$$

$$\hat{x} = \frac{\hat{a}}{1 - \frac{V_1}{V}} \quad (\text{X})$$

2.3 Um recente trabalho de RATKOWSKY¹⁰ chamou-nos a atenção para novos estimadores, descobertos por aquele pesquisador, e que, aplicados à distribuição de Waring, fornecem em muitos casos um melhor ajuste de um modelo capaz de descrever satisfatoriamente a distribuição dos vocábulos de um texto segundo a ordem de frequência de suas ocorrências. Isto porque, ao contrário de Irwin e de Herdan, que levaram em conta apenas os parâmetros f (frequência mé-

dia) e p_1 (probabilidade de ocorrência de um vocábulo de frequência 1), Ratkowsky propõe um método de estimação que utiliza as classes de frequência 1, 2 e 3 — o que proporciona maior flexibilidade ao processo de cálculo dos valores teóricos, resultando daí, geralmente, uma melhor concordância entre os dados observados e os calculados para as várias classes de frequência.

Os novos estimadores para os parâmetros α e χ são obtidos pelas fórmulas

$$\hat{x} = d + (d^2 + e)^{1/2} \quad (\text{XI})$$

$$\hat{a} = \hat{x}(1 - \hat{p}_1) \quad (\text{XII})$$

que requerem o cálculo prévio dos seguintes termos:

$$b = \frac{\hat{p}_2 + \hat{p}_3}{\hat{p}_1}$$

$$c = 2 + \hat{p}_1^2 - 3\hat{p}_1 - b$$

$$d = \frac{1,5(+ \hat{p}_1 - 1)}{c}$$

$$e = \frac{2b}{c}$$

O autor desse novo método de estimação aplicou-o a 33 obras literárias, tendo obtido resultados sensivelmente melhores em 26 casos em relação aos obtidos através dos estimadores de Irwin, e em 21 casos em relação aos obtidos pelos estimadores de Herdan. Além disso, Ratkowsky mostrou que, para 28 das 33 obras, a distribuição de Waring, calculada a partir dos novos estimadores, oferece uma concordância aceitável com os dados observados, em termos de probabilidade, verificada através do teste χ^2 .

3. ANÁLISE QUANTITATIVA DO *Corpus Tibullianum*.

Estamos agora em condições de apli-

car as noções teóricas expostas até aqui à obra que constituirá o principal objeto do nosso estudo.

3.1 À guisa de pré-teste e de exemplificação do método empregado, aplicamos o procedimento descrito por Ratkowsky, comparando os resultados com os valores obtidos com a utilização dos estimadores de Irwin e de Herdan. A obra escolhida para este primeiro ensaio foi o poema latino *Aetna*, de autoria desconhecida *. Como não dispunhamos de índice de palavras, procedemos ao levantamento manual de todas as ocorrências do texto e à contagem das diversas classes de frequência, o que deu origem à tabela seguinte **:

TABELA 1

Valores observados e calculados dos vocábulos no poema *Aetna*

Dados: N = 4324, V = 1446, $V_1 = 768$, $V_2 = 283$, $V_3 = 135$

Frequências i	Valores observados V_i	Valores calculados Estimadores de Irwin $E(V_i)$	Valores calculados Estimadores de Herdan $E(V_i)$	Valores calculados Estimadores de Ratkowsky $E(V_i)$
1	768	768,00	768,00	768,00
2	283	277,95	262,02	282,45
3	135	133,54	126,35	135,55
4	56	75,03	72,46	75,67
5	55	46,61	46,19	46,62
6	30	31,06	31,63	30,80
7	24	21,80	22,81	21,43
8	14	15,93	17,11	15,52
9	14	12,02	13,23	11,61
10	13	9,31	10,49	8,92
11	6	7,36	8,49	7,00
12	3	5,93	6,99	5,60
≥ 13	45	41,46	60,23	36,83
\hat{a}		1,58652	1,25261	1,70548
$\hat{\lambda}$		3,38364	2,67150	3,63735
χ^2_{10} g.l.		10,73	15,91	12,62
distribuição		0,62106	0,89776	0,75430
probabilidade		37,89	10,22	24,57
resultado		não rej. H_0	não rej. H_0	não rej. H_0

* Utilizamos a edição a cargo de J. Vessereau, publicada por "Les Belles Lettres"³.

** Para assegurar a indispensável coerência e comparabilidade dos dados do *Aetna* com os do *Corpus Tibullianum*, seguimos a norma lexicográfica adotada por Della Casa, implícita na lematização efetuada¹.

3.1.1 Comentários.

$H_0: V_i = E(V_i)$ significa que os desvios entre os valores reais e os do modelo teórico não são significativos; isto é, os valores reais seguem a distribuição de Waring. A não rejeição da hipótese nula parece evidenciar que o modelo teórico (distribuição de Waring) se ajusta aos dados da realidade fornecidos pelo texto.

Note-se que o melhor ajuste do modelo é dado, no nosso exemplo, pelos estimadores de Irwin, embora os estimadores de Ratkowsky e mesmo os de Herdan também tenham apresentado resultados que podem ser considerados satisfatórios.

3.2. Aplicaremos o mesmo procedimento aos dados extraídos do *Corpus Tibullianum*, obtidos por contagem manual a partir do levantamento já citado de Della Casa, das "concordâncias" do *Corpus*. Alguns esclarecimentos preliminares se fazem necessários.

Inicialmente, acatando uma criteriosa observação de C. Muller⁸ eliminamos da contagem todos os nomes próprios, os de acidentes geográficos e os gentilícios: com efeito, além do alto grau de arbitrariedade de sua escolha em textos literários, dá-se o caso, num *corpus* fragmentário constituído de poemas mais ou menos independentes um do outro, de esses nomes estarem sujeitos a constante renovação, sem a regularidade e a constância das repetições que se verificam no resto do vocabulário. O mesmo não ocorre, em tese, em textos unitários como o *Aetna*, anteriormente analisado, razão pela qual os nomes próprios foram, nesse poema, conservados. Entretanto, qualquer que seja a alternativa escolhida (manutenção ou eliminação), os resultados observados divergem de maneira pouco significativa, como tivemos oportunidade de verificar em nossos cálculos, em relação ao *Aetna*; a divergência, porém, torna-se muito mais significativa em rela-

ção ao *Corpus Tibullianum* — o que aliás, era esperado, pelo que acabamos de expor.

Com relação a esta última obra, uma dificuldade de outra ordem se apresenta: o problema da autoria. Sem entrar em pormenores, parece que esse problema pode ser equacionado, em linhas gerais, da seguinte maneira*: a autoria dos dois primeiros livros de Elegias, dos três em que modernamente costuma dividir-se o *Corpus*, é seguramente atribuída a Albius Tibulo, poeta do I século a.C.; o terceiro livro, em sua maior parte, se não em sua totalidade, é indevidamente atribuído a Tibulo pela tradição manuscrita, quando na realidade fatos lingüísticos e estilísticos parecem invalidar essa atribuição, sugerindo antes a existência de outro autor (ou autores) para nós desconhecido, que teria composto, os poemas do terceiro livro procurando imitar a língua e o estilo de Tibulo. Esta é a teoria mais ou menos universalmente aceita e que parece destinada a ser definitiva, a não ser que algum fato novo, pouco provável aliás, como seria a descoberta de um desconhecido manuscrito, venha lançar reveladora luz sobre as trevas em que tateia a filologia clássica à procura de respostas a certas indagações. É na esperança de indicar um caminho — já que não podemos oferecer soluções — que o presente trabalho é proposto.

Mantivemos, para a nossa análise, a divisão já consagrada, e calculamos separadamente os subconjuntos constituídos pelos livros I e II de um lado, e pelo livro III do *Corpus* de outro lado, a fim de verificar se a hipótese nula é aceitável, ou, em outras palavras, se os efetivos reais das classes de frequência dos vocábulos dos dois subconjuntos obedecem à distribuição de Waring.

Obtivemos, assim, as tabelas que seguem:

* Os interessados poderão encontrar informações mais detalhadas sobre a controvertida questão da autoria do *Corpus Tibullianum* nos comentários à edição de "Les Belles Lettres", feitos por MAX PONCHONT¹².

TABELA 2

Valores observados e calculados para os nomes comuns do *Corpus Tibullianum*
(Livros I e II)

Dados: $N = 7844$, $V = 1834$, $V_1 = 842$, $V_2 = 303$, $V_3 = 171$

Frequências i	Valores observados V_i	Valores calculados		
		Estimadores de Irwin $E(V_i)$	Estimadores de Herdan $E(V_i)$	Estimadores de Ratkowsky $E(V_i)$
1	842	842,00	842,00	842,00
2	303	351,94	341,75	311,58
3	171	185,03	179,27	152,41
4	128	110,99	108,23	99,71
5	74	72,58	71,46	67,46
6	66	50,45	50,22	48,68
7	38	36,70	36,95	36,79
8	41	27,66	28,16	28,78
9	22	21,45	22,07	23,13
10	18	17,02	17,69	19,00
11	17	13,77	14,45	15,89
12	13	11,32	11,99	13,48
13	12	9,44	10,09	11,58
14	6	7,97	8,59	10,06
15	9	6,80	7,39	8,82
16	7	5,85	6,41	7,80
17	6	5,08	5,61	6,94
≥ 18	61	57,95	71,67	119,89
\hat{a}		1,83948	1,62607	1,17160
\hat{x}		3,40081	3,00626	2,16604
χ^2_{15} g.l.		25,30	23,02	51,74
distribuição		0,95394	0,91628	0,99999
probabilidade		4,60	8,37	0,00
resultado		rej. H_0	não rej. H_0	rej. H_0

3.2.1. Comentários.

Dois dos três modelos teóricos propostos recomendam a rejeição da hipótese nula, sendo que um deles — o construído pelos estimadores de Ratkowsky, que geralmente proporcionam resultados satisfatórios — não deixa qualquer margem de dúvida: o modelo não se ajusta de modo algum aos dados observados. O único resultado positivo é o apresentado pelo modelo construído sobre os estimadores de Herdan; no entanto, o erro sobre o qual

se fundamenta o próprio modelo, como já foi examinado, nos autoriza a desconfiar dos resultados de sua aplicação, que devem por isso ser considerados suspeitos e admitidos com reservas. No nosso caso, a suspeição ao modelo de Herdan se fortalece na medida em que os dois outros modelos divergem dele, ao rejeitarem a hipótese nula. Isto significa que a distribuição de Waring não dá conta satisfatoriamente das distribuições de frequências dos vocábulos no subconjunto do *Corpus* que acabamos de analisar.

TABELA 3

Valores observados e calculados para os nomes comuns do *Corpus Tibullianum* (Livro III)

Dados: N = 4282, V = 1360, V₁ = 709, V₂ = 249, V₃ = 137

Frequências i	Valores observados V _i	Valores calculados Estimadores de Irwin E(V _i)	Valores calculados Estimadores de Herdan E(V _i)	Valores calculados Estimadores de Ratko- wsky E(V _i)
1	709,00	709	709,00	709,00
2	247,85	249	261,36	259,62
3	120,88	137	127,19	126,38
4	69,81	76	72,18	71,89
5	44,71	45	45,21	45,17
6	30,72	24	30,34	30,41
7	22,21	23	21,43	21,55
8	16,69	19	15,74	15,88
9	12,93	19	11,93	12,07
10	10,27	8	9,28	9,41
11	8,32	3	7,37	7,50
12	6,86	6	5,96	6,08
≥13	59,75	42	43,01	45,04
\bar{a}		1,60344	1,29620	1,55805
\bar{x}		3,34974	2,70789	3,25491
χ^2_{10} g.l.		10,64	16,66	12,28
distribuição		0,61376	0,91777	0,73325
probabilidade		38,62	8,22	26,68
resultado		não rej. H ₀	não rej. H ₀	não rej. H ₀

3.2.2 Comentários.

Os três modelos concordam na não rejeição da hipótese nula, o que parece indicar de forma irrecusável que a distribuição de Waring é adequada para descrever a distribuição real dos vocábulos no subconjunto ora analisado do *Corpus*, qualquer que seja o modelo de estimação utilizado. Aqui também, como no caso do *Aetna*, o melhor resultado é obtido através dos estimadores de Irwin, e o pior pelos de Herdan.

4. Conclusões.

Os dados apresentados até aqui se prestam, a nosso ver, não para uma solução definitiva do problema da autoria do *Corpus Tibullianum*, mas e tão somente para corroborar as conclusões de grande

parte da crítica literária que não reconhece em Tibulo o autor único do *Corpus* que lhe foi atribuído.

A quantificação e a análise de dados linguísticos, na realidade, raramente oferecem respostas definitivas e cabais a dúvidas que porventura surjam; mas elas fornecem ao crítico literário e ao filólogo excelentes instrumentos que poderão ser utilizados em combinação com outros, dotando afirmações vagas e conclusões imprecisas de um rigor científico e de uma significância probabilística nada desprezíveis.

É nessa linha de raciocínio que se situa a conclusão central do nosso trabalho. Não se pretende "provar" que o *Corpus Tibullianum* foi escrito por dois ou mais autores; ou que, em outras palavras, deve-se atribuir a Tibulo apenas a autoria

dos livros I e II (e possivelmente de uns poucos poemas curtos do livro III, segundo alguns críticos), sendo o livro III de autoria de um poeta desconhecido, ou mesmo de vários (já se propuseram os nomes de Lígdamo, Válgio Rufo, Ovidio, Propércio, entre muitos outros): aqui como sempre cabe aos críticos a última, embora improvável, palavra. Nós apenas desejariamos acrescentar mais um dado aos muitos que compõem a já *communis opinio* de que Tibulo não foi o único autor do *Corpus Tibullianum*. Nossa análise estatística aponta diferenças entre os dois subconjuntos do *Corpus* e diferenças significativas; a primeira delas — e talvez a mais relevante — se verifica na própria construção de um modelo teórico de distribuição de frequência que, se para um subconjunto (o livro III) se ajusta muito bem aos dados observados, para o outro subconjunto (os livros I e II) propõe uma concordância inaceitável; ora, parece pouco provável que isto tivesse ocorrido se autor do *Corpus* fosse um só.

4.1 Reconhecemos a fragilidade desta hipótese — uma presunção de probabilidade apenas. Mas a análise mais pormenorizada das unidades lexicais do *Corpus* revela fatos que, segundo cremos, favorecem a aceitação da hipótese: há vocábulos que aparecem em proporção muito maior no livro III do que no subconjunto formado pelos livros I e II (alguns exemplos: *aduersus*, 8 e 1 respectivamente; *aer*, 5 e 0; *alter*, 9 e 2; *carus*, 10 e 3; *densus*, 6 e 1; *ergo*, 5 e 0; *maior*, 7 e 0; *minor*, 5 e 1; *pars*, 7 e 1; *pontus*, 5 e 1; *seu*, 27 e 13; *uel*, 14 e 4). Este é um fato de natureza estilística também capaz de sugerir, pela falta de homogeneidade na distribuição dos vocábulos pelas partes do texto, a duplicidade — ou mesmo a pluralidade — de autores. Há, evidentemente, casos notáveis do fenômeno inverso: vocábulos empregados um número de vezes muito maior

nos livros I e II do que no livro III (exemplos: *ad*, 31 e 5 respectivamente; *ager*, 17 e 1; *agua*, 23 e 4; *bos*, 9 e 1; *caput*, 18 e 3; *plenus*, 11 e 0; *pes*, 32 e 4; *peto*, 10 e 0; *puer*, 21 e 4; *quotiens*, 6 e 0; *sequor*, 8 e 1; *sto*, 16 e 1; *tener*, 28 e 4; *tunc*, 25 e 7; *uua*, 10 e 1, entre muitos outros), quando a proporção esperada — e realmente observada em grande número de casos — seria a de 2:1, desde que o primeiro subconjunto contém pouco menos do dobro das unidades de texto contidas no segundo subconjunto. Observe-se que, de todos os exemplos apresentados, nenhum vocábulo é suscetível de revelar especialização lexical exigida por situações especiais dentro da temática desenvolvida no *Corpus*; trata-se, a nosso ver, de vocábulos (alguns deles meros instrumentos gramaticais desprovidos de conteúdo semântico) que pertencem ao léxico comum da poesia latina da época clássica, e o seu emprego diferenciado reflete apenas preferências individuais de cada autor — o seu estilo. Parece haver, portanto, uma sensível diferença de estilo entre as composições que constituem as duas partes em que convençionalmente dividimos o *Corpus* — fato, aliás, já abundantemente ilustrado pela crítica e hoje universalmente aceito.

4.2. Apesar da evidência dos fatos mostrados nas considerações expostas até aqui, procuramos buscar mais elementos que testassem e convalidassem a nossa hipótese, e os encontramos sob a forma de um índice que revelasse a riqueza lexical das duas partes do *Corpus Tibullianum* postas em confronto. A noção de riqueza lexical, como bem adverte MULLER⁹ (especialmente Cap. 18 e segs.) a quem remetemos diretamente o leitor interessado, deve ser logo despojada de qualquer conotação elogiosa, subjetiva e impressionista, para ser considerada tão somente uma noção puramente técnica, suscetível de quantificação e de análise objetiva.

“Aplicado a um texto, o termo riqueza lexical é, pois, definido pelo número dos vocábulos, e nada mais” (p.116)*

O método dos índices, descrito por MULLER⁹ e fundamentado na comparação dos parâmetros V (número de vocábulos), V_1 (número de vocábulos de frequência 1), \bar{f} (frequência média) e q_1 (índice de repetição) de dois textos distintos, considerando N_a a extensão do texto constituído pelos livros I e II do *Corpus*, e N_b a extensão do livro III, não oferece resultado apreciável: não é possível rejeitar a hipótese de estrita igualdade de riqueza lexical entre os dois textos. Entretanto uma explicação, bastante óbvia, nos

aponta o vício do resultado e nos obriga a percorrer outros caminhos: é que a diferença de extensão entre os dois textos é muito grande ($N_a = 7844$; $N_b = 4282$), e é bastante evidente que um texto de qualquer extensão terá provavelmente um vocabulário mais rico do que um texto de extensão igual a cerca da metade do primeiro. Isto significa que a riqueza do vocabulário de um texto é função da extensão desse mesmo texto. Uma comparação válida seria a efetuada entre o poema *Aetna* e o livro III do *Corpus Tibullianum*, aproximadamente de igual extensão ($N_a = 4324$; $N_b = 4282$); a tabela abaixo indica os resultados.

TABELA 4

Comparação dos índices			
	C. Tib. I, II $N_a = 7844$		C. Tib. III $N_b = 4282$
V	1834	>	1360
V_1	842	>	709
\bar{f}	4,28	>	3,15
q_1	0,54	>	0,48

Conclusão: $R_a \cong R_b$ (os dois textos não diferem em riqueza lexical).

Comparação dos índices			
	Aetna $N_a = 4324$		C. Tib. III $N_b = 4282$
V	1446	>	1360
V_1	768	>	709
\bar{f}	2,99	<	3,15
q_1	0,47	<	0,48

Conclusão: $R_a > R_b$ (o texto do Aetna é mais rico do que o livro III do C. Tib.)

No entanto, o índice \bar{f} (frequência média), menor em C. Tib. III do que em C. Tib. I, II (3,15 < 4,28), sugere maior riqueza de vocabulário naquele do que neste, muito embora isoladamente o fato não seja probante, porquanto \bar{f} varia com a extensão do texto. Verificaremos a seguir, por outros métodos, se realmente o vocabulário do livro III do *Corpus Tibullianum* é mais rico do que o dos livros I e II de Tibulo.

4.3 O método ideal seria aquele em que se obtivesse um índice de riqueza lexi-

cal independente do tamanho dos textos a ser comparados. Examinaremos aqui alguns entre os vários que têm sido propostos, embora todos eles apresentem alguma sensibilidade à extensão dos textos, variando segundo a extensão de cada texto.

4.3.1 O índice de riqueza lexical proposto por E. Brunet (*apud* 2), como base de cálculo para o vocabulário teórico de qualquer texto, obedece à fórmula.

$$W = N^{1/(V-b)^a}$$

onde $b = 20$ e $a = 0,172$.

* Não se deve confundir riqueza lexical com originalidade, excentricidade, ou emprego de termos raros, exóticos ou criativos. Aos interessados, recomendamos a leitura do artigo de N. MÉNARD⁷ que procura correlacionar riqueza lexical e emprego de palavras raras a partir do exame de um corpus constituído de seis amostras extraídas de romances de seis autores franceses contemporâneos.

Aplicando essa fórmula aos nossos dados, obtivemos os seguintes valores:

no <i>Corpus Tib.</i> I, II :	W =	11,79
no <i>Corpus Tib.</i> III :	W =	11,29
no <i>Aetna</i> :	W =	11,03

Como o valor de W é inversamente proporcional à riqueza do vocabulário de um texto, pode-se concluir que o vocabulário do livro III do *Corpus Tibullianum* é mais rico do que o vocabulário dos livros I e II; o do *Aetna*, por outro lado, é o mais rico dos três*.

4.3.2 Após criticar o índice W de Brunet, por não ser totalmente independente do tamanho do texto, DUGAST (2) propõe para o cálculo da extensão teórica de um vocabulário a adoção da relação logarítmica $\log V/\log N$, simples e pouco sensível às variações de extensão dos textos; a partir dessa relação, o autor formula um novo índice de riqueza lexical de um texto:

$$U = \frac{n_2}{n-v} \quad **$$

onde $n = \log N$
 $v = \log V$.

A aplicação da fórmula de Dugast forneceu os seguintes valores:

no <i>Corpus Tib.</i> I II :	U =	24,02
no <i>Corpus Tib.</i> III :	U =	26,35
no <i>Aetna</i> :	U =	27,54

variando U em razão diretamente proporcional à riqueza do vocabulário de um

texto, os resultados confirmam plenamente as conclusões expostas no item anterior.

4.3.3. Um outro método para comparar a riqueza do vocabulário de textos de extensão diferente baseia-se no princípio da redutibilidade do mais extenso para o tamanho do mais curto; isto é, calcula-se a estrutura lexical que um texto A de tamanho N passaria a ter, se a sua extensão fosse reduzida ao tamanho N' de um texto B. No nosso caso, o objetivo é saber qual seria o total V' de vocábulos do subconjunto C. *Tib.* I e II (e eventualmente a distribuição de freqüências dos V_i), se reduzíssemos esse subconjunto de $N = 7844$ para $N' = 4282$.

Dois são os processos que podem ser utilizados para o cálculo do vocabulário teórico V': o primeiro é o cálculo pelo modelo binomial da distribuição teórica, segundo o qual

$$E(V') = V - \sum q^i V_i ;$$

o segundo é o cálculo pelo conhecido modelo de WARING^{8,9}. A lei binomial opera especialmente sobre as freqüências mais baixas, mas perde a eficácia com muita rapidez; a distribuição de Waring, por sua vez, reduz proporcionalmente os efetivos de todas as classes de freqüência indistintamente, o que pode ser questionado.

A combinação dos dois modelos (o binomial e o de Waring) deve-se a M. Dubrocard, e as tabelas numéricas que permitem a aplicação desse método a qualquer texto foram elaboradas por RATKOWSKY e HANTRAIS¹¹.

* C. MULLER⁹ (Anexo 7), reproduz a fórmula de Brunet sem a correção representada pelo valor b:

$$W = NV^{-a},$$

propondo a transformação para um índice $R = (25-W)/1,5$, tal que $0 < R < 10$; neste caso, obtivemos os seguintes valores:

no <i>Corpus Tib.</i> I, II:	W = 11,733; R = 8,84
no <i>Corpus Tib.</i> III:	W = 11,217; R = 9,19
no <i>Aetna</i> :	W = 10,966; R = 9,36.

Como, ao contrário de W, R é maior quanto mais rico for o vocabulário de um texto, aceitar-se-á a mesma conclusão.

** E não como constou, por um lamentável lapso de revisão: $U = n^2(n-v)$.

Depois de procedermos às interpolações necessárias, pois que a tabela não fornece os valores intermediários obtidos por nós ($N'/N = 4282/7844 = 0,546$, com uma taxa de redução de N igual a $0,454$; $V_1/V = 842/1834$ que dá $P_1 = 0,46$; $N/V = 7844/1834$, que é a $\hat{f} = 4,28$), o cálculo do vocabulário teórico do texto N' indica:

$$V' = 1834 \times 0,652 = 1196.$$

Isto significa que, se o texto do *Corpus Tibullianum*, livros I e II, fosse reduzido ao mesmo tamanho do texto do *Corpus Tibullianum*, livro III, o novo texto assim obtido contaria com um vocabulário de aproximadamente 1196 vocábulos diferentes, com uma distribuição de frequências que não nos interessou calcular, mas que muito provavelmente seguiria a distribuição de Waring. Ora, como na realidade o texto do *Corpus Tibullianum*, livro III, possui 1360 vocábulos, contra apenas 1196 do texto reduzido do *Corpus Tibullianum*, livros I e II, conclui-se imediatamente que o vocabulário do *Corpus Tibullianum*, livro III, é sensivelmente mais rico do que o vocabulário do outro subconjunto.

Em outras palavras, se Tibulo tivesse escrito suas Elegias utilizando um total de 4282 palavras em lugar das 7844 que realmente usou, teria utilizado provavelmente pouco menos de 1200 vocábulos diferentes, ao passo que o autor (os autores) do

livro III do *Corpus* se valeu de um vocabulário bem mais rico, de 1360 unidades.

Parece difícil acreditar que essa diferença seja meramente aleatória. Tudo aponta para a existência de mais de um autor para o *Corpus Tibullianum*, analisado neste artigo.

Esta é a nossa conclusão final.

4.4. A quantificação dos dados do *Corpus Tibullianum* e a utilização de alguns procedimentos estatísticos para a sua análise levaram-nos às reflexões aqui apresentadas. Os autores destas linhas não reivindicam nenhuma originalidade; apenas desejam chamar a atenção dos estudiosos, lingüistas ou estatísticos, para os inegáveis benefícios que a interdisciplinariedade pode trazer às pesquisas em vários setores. As ciências humanas, e a lingüística em particular, podem enriquecer-se sobremaneira aliando os tradicionais métodos qualitativos de análise a rigorosos métodos quantitativos; a estatística, por sua vez, poderá encontrar nos inúmeros dados fornecidos pela lingüística um fecundo campo de aplicação de suas teorias e de suas técnicas de análise. Em nosso país, quase tudo está por ser feito; poucos são os trabalhos de que temos conhecimento no domínio da estatística lingüística. Não demos certamente o primeiro passo, mas esperamos não ter dado o último.

ABSTRACT: D'après les données observées dans le Corpus Tibullianum et soumises à des procédés statistiques, les auteurs prétendent renforcer l'opinion, généralement admise, que cette oeuvre n'a pas été composée par un poète unique, et ils admettent donc la pluralité d'auteurs. Pour cela, ils utilisent la distribution de Waring et les indices les plus récents de richesse lexicale, et ils signalent, entre les deux parties dont ils ont divisé le Corpus, les différences qui renforcent l'hypothèse initiale.

KEY-WORDS: Statistique lexicale; distribution de Waring; estimateurs; indices de richesse lexicale; extension théorique du vocabulaire.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DELLA CASA, Adriana. *Le concordanze del Corpus Tibullianum*. Genova, Istituto di Filologia Classica e Medioevale, 1964.
2. DUGAST, Daniel. Sur quoi se fonde la notion d'étendue théorique du vocabulaire. *Le Français moderne*, Paris, 46(1): 25-32, 1978.
3. L'ETNA (texte établi et traduit par J. Vesse-reau), 2.ed. Paris, Les Belles Lettres, 1961.
4. HERDAN, Gustav. *Quantitative linguistics*. London, 1964; *apud* MULLER, C. *Principes et méthodes de statistique lexicale*. Paris, Hachette, 1977.
5. IRWIN, J. O. The place of mathematics in medical and biological statistics. *Journal of the Royal Statistical Society*, London, A-126(1): 1-41, 1963.
6. JOHNSON, N. L. & KOTZ, Samuel. *Discrete distribution*. Boston, Houghton Mifflin, 1970.
7. MÉNARD, Nathan. Richesse lexicale et mots rares. *Le Français moderne*, Paris, 46(1): 33-43, 1978.
8. MULLER, Charles. Peut-on estimer l'étendue d'un lexique? *Cahiers de Lexicologie*, Besançon, 27(2): 3-29, 1975.
9. MULLER, Charles. *Principes et méthodes de statistique lexicale*. Paris, Hachette, 1977.
10. RATKOWSKY, D.A. Une nouvelle approche concernant l'application de la distribution de Waring aux fréquences des vocables dans les textes littéraires. *Cahiers de Lexicologie*, Besançon, 34(1): 3-18, 1979.
11. ATKOWSKY, D.A. & HANTRAIS, Linda. Tables for comparing the richness and structure of vocabulary in texts of different lengths. *Computers and the Humanities*, New York, 9(2):69-75, 1975.
12. TIBULLE. *Elégies*. (texte établi et traduit par Max Ponchont), 4.éd. Paris, Les Belles Lettres, 1955.

ANEXO

A série de Waring foi obtida por esse matemático inglês no séc. XVIII, pela ex-

panção da função $\frac{1}{x-a}$, através da fórmula de interpolação polinomial de diferenças finitas descendentes de Newton-Gregory:

$$\frac{1}{x-a} = \sum_{i=0}^{\infty} \binom{-a}{i} \Delta^i \left(\frac{1}{x}\right)$$

com

$$\Delta^i \left(\frac{1}{x}\right) = \frac{(-1)^i i!}{x^{[i+1]}}$$

onde

$$x^{[1]} = x, \quad x^{[2]} = x(x+1), \dots, \quad x^{[i+1]} = x(x+1) \dots (x+i)$$

e portanto:

$$\frac{1}{x-a} = \binom{-a}{0} \Delta^0 \left(\frac{1}{x}\right) + \binom{-a}{1} \Delta^1 \left(\frac{1}{x}\right) + \binom{-a}{2} \Delta^2 \left(\frac{1}{x}\right) + \dots$$

que é igual a:

$$\frac{1}{x} + \frac{a}{x(x+1)} + \frac{a(a+1)}{x(x+1)(x+2)} + \dots + \frac{a^{[i]}}{x^{[i+1]}} + \dots$$

Como a serie é convergente, pois $x > a > 0$, a multiplicação da série por uma constante $(x-a)$ produz uma dis-

tribuição discreta de probabilidades (6), a que Irwin denominou distribuição de Waring, e cuja função densidade é dada por:

$$P(I=i) = (x-a) \frac{a^{[i]}}{x^{[i+1]}} \quad i = 0, 1, 2, \dots$$

Essa distribuição discreta de probabilidades (de Waring) é um caso particular de uma distribuição mais geral formulada por Irwin, denominada distribuição fatorial inversa (5).

melhor a caracterizam e a definem são a esperança matemática (que se identifica com a média) e a variância. Dada a função densidade de probabilidades, calculam-se a média e a variância que, no caso da distribuição de Waring, são dadas respectivamente por:

Entre os parâmetros que uma distribuição de probabilidades possui, os que

$$\mu_1 = \frac{a}{x-a-1}$$

e

$$\sigma^2 = \frac{a(x-1)(x-a)}{(x-a-1)^2(x-a-2)}$$

pode-se verificar facilmente que, quando $1 < (x-a) < 2$, a variância é infinita.

Os parâmetros μ_1 e σ_2 (populacionais) podem ser estimados por $\hat{\mu}_1$ e s^2 (amostrais).

Para a estimação dos parâmetros a e x , necessários para o cálculo das probabilidades esperadas da distribuição de Waring, Irwin utilizou a média observada $\hat{\mu}_1$ e a probabilidade associada à classe

de frequência 1, \hat{p}_1 , em lugar de utilizar s^2 , visto que não é adequada como estimador de σ^2 , infinita dentro do intervalo de 1 a 2.

Como, por definição,

$$P_1 = \frac{x-a}{x} \quad \text{e} \quad q_1 = (1-p_1) = 1 - \frac{(x-a)}{x} = \frac{a}{x},$$

então

$$x = \frac{a}{q_1}.$$

Como

$$\mu_1 = \frac{a}{x-a-1},$$

obtem-se o valor de

$$x = a\left(1 + \frac{1}{\mu_1}\right) + 1$$

de onde

$$a\left(1 + \frac{1}{\mu_1}\right) = x-1$$

Substituindo nesta última relação o valor de x por $\frac{a}{q_1}$, temos:

$$a\left(1 + \frac{1}{\mu_1}\right) = \frac{a}{q_1} - 1,$$

que resulta em

$$a + \frac{a}{\mu_1} - \frac{a}{q_1} = -1,$$

que é igual a

$$a\left(1 + \frac{1}{\mu_1} - \frac{1}{q_1}\right) = -1,$$

e finalmente

$$a = \frac{1}{\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1}$$

e portanto o estimador \hat{a} em função de $\hat{\mu}_1$ e \hat{q}_1 é dado por:

$$\hat{a} = \frac{1}{\frac{1}{\hat{q}_1} - \frac{1}{\hat{\mu}_1} - 1}$$

Retomemos o valor de

$$x = a\left(1 + \frac{1}{\mu_1}\right) + 1;$$

substituindo nesta relação o valor de a por

$$\frac{1}{\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1}$$

obteremos:

$$x = \left[\frac{1}{\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1} \left(1 + \frac{1}{\mu_1} \right) \right] + 1,$$

que dá como resultado

$$x = \frac{1}{\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1} + \frac{1}{\mu_1 \left(\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1 \right)} + 1;$$

então

$$x = \frac{\frac{\mu_1}{q_1}}{\mu_1 \left(\frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1 \right)}$$

que é igual a

$$x = \frac{\frac{1}{q_1}}{1 - \frac{1}{q_1} - \frac{1}{\mu_1} - 1}$$

e portanto o estimador \hat{x} em função de $\hat{\mu}_1$ e \hat{q}_1 é dado por:

$$\hat{x} = \frac{\frac{1}{\hat{q}_1}}{\frac{1}{\hat{q}_1} - \frac{1}{\hat{\mu}_1} - 1}$$

MARCAS LINGÜÍSTICAS DO NARRADOR

Ismael Angelo CINTRA*

RESUMO: Faz-se uma análise do narrador a partir dos aspectos lingüísticos. Tal análise é centrada, não na categoria verbal da pessoa — um elemento geralmente associado à questão do foco narrativo —, mas antes em outros elementos verbais que colocam em jogo as relações entre o sujeito e o discurso. São também discutidos alguns problemas terminológicos relacionados com a abordagem lingüística para o estudo do foco narrativo.

UNITERMOS: Foco narrativo; enunciação; discurso; filosofia da linguagem.

1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem lingüística da questão do “ponto de vista” ficcional se justifica porque, afinal, o narrador — uma personagem com função narrativa (Kayserser) ou um ser de papel (Barthes) — não passa na verdade de um emissor imaginário reconstituível a partir dos elementos verbais que a ele se referem.

No contexto lingüístico, o foco narrativo liga-se à categoria verbal da pessoa, colocando em jogo as relações que se estabelecem entre o sujeito do discurso e o próprio enunciado. Esta ligação solidificou-se de tal forma que, em alguns momentos, a questão do ponto de vista parecia esgotar-se no estudo da pessoa. Embora possa ser considerado um componente lingüístico dos mais importantes para captar o foco de narração, de nenhuma forma o esgota.

O estudo do ponto de vista implica, por outro lado, a consideração de outras questões como o tipo de discurso, o tempo verbal, etc. Torna-se então necessário caracterizar devidamente alguns pares opositivos.

2. ENUNCIÇÃO E ENUNCIADO

Basta perceber que a palavra *enunciado* é a forma de participio do verbo “enunciar” para que o seu significado se torne simples: trata-se de uma mensagem que foi enunciada. Tanto pode ser uma frase formada por seus componentes elementares (sujeito-verbo-objeto), quanto um conjunto de frases.

Para que tal enunciado se concretize, todavia, é preciso que um sujeito, num determinado momento, o enuncie. É a este processo lingüístico que resulta no enunciado que chamamos de *enunciação*.

Exemplificando:

(Estou dizendo que - enunciação

Estou bem - enunciado

Estou dizendo que estou bem - enunciação enunciada

A relação existente entre a enunciação e o enunciado é, portanto, de caráter subordinativo. À oração subordinada, encaixada num todo que inclui uma oração principal implícita, corresponde o enunciado. Esse todo é a enunciação, embora a sua marca característica se concentre mais especificamente na oração principal hipotética, isto é, não manifestada.

* Professor Assistente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Campus de São José do Rio Preto — UNESP, SP.

A rigor, só se poderia falar em enunciação num nível virtual, anterior à emissão linguística, pois no instante em que se manifesta, ela passa naturalmente para o nível do enunciado.

No período “Eu digo que estou bem”, a oração principal “eu digo” já faz parte do enunciado, se bem que não deixa de apresentar certa marca do processo de enunciação: o pronome pessoal que identifica ou aponta o sujeito da emissão no contexto circunstancial em que se dá o ato de comunicação.

No entender de Greimas, “L'énonciation est un énoncé dont seul l'actant objet est manifesté” (Greimas, 6, p. 10). Como pode, entretanto, a enunciação ser descrita se, por definição, não é nunca atualizada? Para ser conhecida então ela só pode ser deduzida através de uma pressuposição lógica.

Desta forma, o enunciado “Estou bem” pressupõe “Eu estou dizendo que estou bem” em que a enunciação se explicita e, portanto, pressupõe, numa segunda instância, “Eu estou dizendo que eu estou dizendo que estou bem”, e assim sucessivamente. Neste caso, quando estão ambos explicitados na enunciação enunciada, não é difícil perceber a diferença entre o sujeito do enunciado e o da enunciação.

Ele disse: *eu* não vi.
 ↓ sujeito da enunciação
 ↓ sujeito do enunciado

Tomando um exemplo em primeira pessoa, pode-se constatar que, enquanto o eu-sujeito de enunciação corresponde ao eu-narrador, o eu-sujeito do enunciado equivale ao eu-personagem:

Eu estou narrando que *eu* nasci na rua Riachuelo.
 ↓ narrador (enunciação) ↓ personagem (enunciado)

Deve-se observar que a enunciação enquanto fenômeno físico da emissão ou recepção da fala é um problema que con-

cerne à psicolinguística. Entretanto, o que interessa à Linguística num sentido mais restrito, sobretudo quando aplicada à teoria da narrativa, são as marcas do processo de enunciação que permeiam o enunciado. É preciso então perseguir os elementos linguísticos que indiciam o ato de enunciação, ou seja, os elementos que, embora pertencendo à língua, não podem prescindir, para o seu sentido, de certos fatores variáveis de um ato de enunciação para outro. São os “shifters” ou “signos dêiticos”, estudados de modo geral pelos linguístas, dentre os quais vale destacar Jakobson e Émile Benveniste. Para este, é a conversão individual da língua em discurso que caracteriza a enunciação. O ato individual que põe a língua em funcionamento introduz, de início, um emissor como parâmetro das condições necessárias à enunciação.

Para Benveniste, “En tant que réalisation individuelle, l'énonciation peut se définir, par rapport à la langue, comme un procès d'appropriation. Le locuteur s'approprie l'appareil formel de la langue et il énonce sa position de locuteur par des indices spécifiques, d'une part, et au moyen de procédés accessoires, de l'autre.” (Benveniste, 3, p. 14)

No ato individual de apropriação, o emissor é colocado no interior da enunciação, o que cria um mecanismo de referência interna (entre o emissor e a enunciação) através de um jogo de formas específicas. Destacam-se, dentre estas formas, os pronomes *pessoais* (eu-tu) e *demonstrativos* (este-aquele), que não remetem nem a um conceito, nem a um indivíduo, escapando ao estatuto de todos os demais signos linguísticos. Embora se classifiquem como *indicadores genuínos* na terminologia de Peirce, estes signos não ocultam o seu aspecto convencional que os caracteriza também como *símbolos*. (Peirce, 8 p. 133)

Outra categoria que também marca o processo enunciativo é, segundo Benveniste, o tempo verbal em sua forma básica, o

**présente*, cuja única referência temporal é um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com o momento da enunciação. Repetindo suas palavras: "On pourrait croire que la temporalité est un cadre inné de la pensée. Elle est produite en réalité dans et par l'énonciation. De l'énonciation procède l'instauration de la catégorie du présent, et de la catégorie du présent naît la catégorie du temps. Le présent est proprement la source du temps." (Benveniste, 3, p. 15)

Há ainda as formas cuja referência só é dada pelo emissor no aqui-agora da enunciação: a *interrogação* (que é uma enunciação construída para suscitar uma resposta), as formas de *intimação* (imperativo, vocativo) e os *modalizadores* como o modo verbal (subjuntivo) e certas expressões como "talvez", "provavelmente", "sem dúvida".

É certamente uma dosagem mais elevada de tais marcas do processo de enunciação na superfície do enunciado que caracteriza propriamente a *enunciação*, na terminologia do estudioso do texto literário. Vale dizer: chamamos de "enunciado" o texto que não faz referência ao seu aparecimento enquanto produção lingüística; e de *enunciação* o texto que no seu transcorrer é assumido por um emissor específico em certas circunstâncias de caráter espacial e temporal. Desta forma, não é incorreto afirmar, no âmbito literário, que, enquanto o enunciado diz respeito à estória, a enunciação está mais vinculada à articulação da estória e às mãos do narrador.

3. HISTÓRIA E DISCURSO

Esta dicotomia fundamental se efetivou nos estudos de teoria da narrativa através de Émile Benveniste. Enquanto no caso da *história* "il s'agit de la présentation des faits survenus à un certain moment du temps sans aucune intervention

du locuteur dans le récit", o *discurso* é definido como "toute énonciation supposant un locuteur et un auditeur et hez le premier l'intention d'influencer l'autre en quelque manière." (Benveniste, 4, p. 239-42).

Esses dois planos de enunciação se definem a partir da presença, em maior ou menor grau, daqueles elementos lingüísticos, já aqui abordados, destinados a nos informar unicamente sobre o ato e o sujeito de enunciação. Enquanto a história caracteriza o enunciado isento de tais elementos, o discurso os manifesta numerosos. Esquemmatizando:

Enunciação $\left\{ \begin{array}{l} \text{explícita} = \text{enunciado com} \\ \text{índices: discurso} \\ \text{implícita} = \text{enunciado puro:} \\ \text{história} \end{array} \right.$

Para Benveniste, os dois planos narrativos podem ser delimitados por índices gramaticais específicos: a pessoa e o tempo verbal, basicamente. Assim, a *história* pode ser caracterizada pelo emprego exclusivo da terceira pessoa, do aoristo (*), do mais-que-perfeito e do chamado presente atemporal (histórico e de definição). Exclui-se tudo que é estranho ao relato dos eventos (reflexões, comparações), de forma que pareça não haver narrador algum, porque nenhuma pessoa fala. Os acontecimentos parecem narrar-se por si mesmos: são dispostos como se nascessem à medida que fossem aparecendo no horizonte da história.

Quanto ao *discurso*, sua característica marcante é a categoria de pessoa, *eu-tu*, embora o *ele* possa também aparecer numa oposição feita pelo emissor:

"EU" = pessoa/subjetiva
x "ELE" = não-pessoa
"TU" = pessoa/não-subjetiva

Para o lingüista francês, a não-pessoa (*ele*) é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que

(*) Espécie de passado simples, o *aoristo* é o tempo fundamental da *história* pois focaliza os acontecimentos fora da pessoa de um narrador.

não devem remeter a si mesmas, mas a um processo de não importa “quem” ou “o quê”, pleno de referência objetiva. Por isso, a terceira pessoa caracteriza a história.

Com relação aos tempos verbais, exceto o aoristo, todos podem figurar no discurso, se bem que os principais sejam o presente, o futuro e o perfeito. Reserva-se, além do mais, ao discurso o uso de índices de enunciação tais como os demonstrativos, certos advérbios relativos (ãqui, agora, hoje) etc.

Os dois planos, entretanto, não são estanques, pois na prática se pode passar de um a outro a qualquer momento. Res-salva Benveniste que a conjunção de ambos caracteriza o discurso indireto, o que nos permite inferir que o discurso direto seja o plenamente caracterizado.

Muito sugestivas a este respeito as colocações de Haquira Osakabe mostrando que, na verdade, o conceito de discurso de Benveniste parece restringir-se “àquelas manifestações verbais onde efetivamente se realizam as relações de pessoa (tal como ele mesmo conceitua) e onde, portanto, se dariam de modo explícito as relações de intersubjetividade pelo jogo estabelecido entre eu e tu”. A história, ou enunciação histórica, é um processo que oculta as marcas de discurso, mas não o nega. Neste caso, o da história, o locutor deixa de ser “eu” para ser o historiador e, enquanto tal, produz seu enunciado e assume um papel que o aliena de sua própria identidade existencial. Acrescentando que o discurso se caracteriza pela sua pessoalidade, Haquira sugere para a história e discurso, respectivamente, as expressões discurso “histórico” e discurso “intersubjetivo”. (Osakabe, 7, p. 30 - 1)

Gérard Genette, numa posição semelhante à de Benveniste, distingue a *narrativa* e o *discurso* através da oposição entre objetividade e subjetividade, definida por critérios lingüísticos. Enquanto a objetividade da narrativa se define pela ausência de toda referência ao narrador, é

subjetivo o discurso onde se marca a presença de um *eu* ou de uma série de índices do processo de enunciação. (Genette, 5, p. 237)

Embora haja quase sempre uma certa proporção de narrativa no discurso e vice-versa, Genette acredita que a pureza da narrativa seja mais fácil de preservar do que a do discurso, porque os elementos narrativos inseridos no discurso são assimilados, tornam-se discursivos, enquanto os elementos discursivos inseridos na narrativa permanecem discurso e formam uma espécie de quisto facilmente localizável. O *discurso*, portanto, não possui nenhuma pureza a preservar, pois é o modo “natural” e universal da linguagem; por isso, pode “narrar sem perder a sua autenticidade, enquanto a narrativa, ao “discursar”, deixa de sê-lo.

É nas relações entre a *narrativa* (história, para Benveniste) e o *discurso*, problema nunca definitivamente resolvido, que se coloca a questão do *ponto de vista* ficcional. Genette aponta três combinações possíveis:

1. O autor-narrador assume o seu próprio discurso e intervém na narração com irônica indiscrição, interpelando familiarmente o leitor. Ex. Cervantes e Fielding.
2. Transfere a responsabilidade do discurso a uma personagem principal que *falara*, narrando e comentando, na primeira pessoa, os acontecimentos. Ex. Romances picarescos como *Lazarillo de Tormes* e outras obras ficticiamente autobiográficas, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
3. Reparte o discurso entre as diversas personagens não falando em seu próprio nome, nem confiando essa função a uma única personagem. Ex. Romances à maneira de cartas (*As Ligações Perigosas*) ou ao modo de Joyce ou Faulkner, em que o discurso interior das principais personagens assume a narrativa, como em *Nove*, *Novena* de Osman Lins.

Podem-se delimitar, segundo Genette, três momentos distintos na literatura, em termos da relação narrativa-discurso. Um de equilíbrio, que parece coincidir com o século XIX, a idade clássica da narração objetiva, de Balzac a Tolstoi. Outro de clara preponderância da narrativa, levando-a ao seu mais alto grau de pureza, em que a dicção romanesca é reduzida a uma sucessão brusca de frases curtas, sem articulações. É o caso de Hemingway, de Camus (especialmente *L'Étranger*) e de Robbe-Grillet. E um último momento, caracterizado por certas obras contemporâneas (Thibaudeau e Solers), em que prevalece o discurso presente do escritor no ato de escrever, fazendo a narrativa praticamente desaparecer: “Tudo se passa aqui como se a literatura tivesse esgotado ou ultrapassado os recursos de seu modo representativo, e quisesse refletir sobre o murmúrio indefinido de seu próprio discurso.” (Genette, 5, p. 275).

De qualquer forma, tanto Benveniste quanto Genette, ao mostrar o imbricamento dos dois planos, deixam claras a instância superior do discurso e a inexistência da história (Narrativa) na sua forma pura, pois um adjetivo, uma simples comparação, um modalizador, indiciam-na como fragmento de um discurso mais amplo.

É nesse sentido que Barthes defende a reescritura de certas passagens narrativas na distinção entre um sistema *apessoal* e um sistema *pessoal* de signos, os únicos conhecidos pela narrativa propriamente dita, como também pela língua. Segundo ele, estes dois sistemas não estão obrigatoriamente relacionados às marcas lingüísticas ligadas à pessoa (eu) e à não-pessoa (ele), tanto assim que “pode haver, por exemplo, narrativas, ou pelo menos, episódios, escritos na terceira pessoa e cuja instância é entretanto a primeira pessoa.” (Barthes, 2, p. 47) Basta reescrever a passagem substituindo-se o *ele* pelo *eu*: se não houver nenhuma outra alteração no

discurso a não ser a troca de pronomes, trata-se de um sistema pessoal.

Assegurando que o *apessoal* é o modo tradicional da narrativa, ligado a um sistema temporal próprio (o aoristo) destinado a afastar o presente da instância narrativa, enquanto o enunciado *pessoal* está relacionado ao “aqui e agora” da enunciação, Barthes não esconde uma aproximação entre o seu sistema *apessoal* e a *história* de Benveniste.

4. História-Discurso X Fábula-Trama

De um modo geral, a narrativa pode ser observada sob dois ângulos. Primeiro: um conjunto de acontecimentos pressupostamente ocorridos que envolve personagens, espaço, tempo. Segundo: estes acontecimentos, dispostos numa tal ordem e não em outra, são comunicados ao leitor por um narrador através de determinados recursos de linguagem. Tais noções foram definidas por Tomachevski e são bastante conhecidas em Português através dos termos “fábula” e “trama”, respectivamente. (Tomachevski, 10, p. 169)

Proposta por Todorov, tornou-se comum certa aproximação entre as dicotomias de Tomachevski e Benveniste, que apresentamos na forma de uma proporção:

História: fábula :: discurso: trama
Julgamos oportuno questionar a validade desta proporção (história está para fábula assim como discurso está para trama) que funciona como equivalência conceitual.

Como se procurou mostrar, os conceitos de *história* e *discurso* têm a ver com a ausência ou presença, ou mesmo a dosagem, de certas marcas de enunciação, da personalidade do emissor. História e discurso são, portanto, dois modos de enunciação, duas conformações do texto (lingüístico ou literário) como tal.

Ora, como ligar está dupla à de Tomachevski, se para o formalista russo a

fábula (“o que efetivamente ocorreu”) e a *trama* (“a maneira pela qual o leitor toma conhecimento”) parecem estar relacionadas a dois planos do enredo, tanto que Chklovski tachava a fábula de material pré-literário.

Mesmo que a fábula não seja considerada um elemento pré-literário, não se pode esquecer que ela não existe ao nível do enunciado enquanto tal. A sua existência só pode ser inferida através da trama. Tanto assim que, muitas vezes, na fábula se colocam na ordem direta, cronológica,

acontecimentos que, na trama, não respeitam a cronologia e a causalidade.

Parece-nos, portanto, que o analista russo e o lingüista francês não estão tratando de matéria coincidente, ainda que próxima, apesar de Todorov tomar no mesmo sentido as expressões de Tomachevski e Benveniste, posição a nosso ver equivocada. (Todorov, 9, p. 213-4)

A título de esclarecimento, é interessante comparar as dicotomias até agora discutidas:

GREIMAS	BENVENISTE	BARTHES	GENETTE	HAQUIRA
Enunciado	História	Sistema apessoal	Narrativa	Discurso histórico
Enunciação	Discurso	Sistema pessoal	Discurso	Discurso inter-subjetivo

Apesar de redutor, o esquema permite visualizar certa dose de equivalência entre os diversos pares terminológicos. Dentre eles, julgamos preferível manter, no decorrer deste trabalho, livremente, tanto o primeiro (enunciado-enunciação) quanto o segundo (história-discurso).

5. Modos: performativo e constativo

Nas suas reflexões sobre o problema da linguagem e da ação, os filósofos da escola de Oxford buscam determinar as relações entre o *dizer* e o *agir*, e caracterizar a linguagem enquanto atividade, ou seja, mostrar que tipo de ação se realiza quando se fala. Dentre eles destaca-se John Austin que estabelece dois modos de enunciado: o constativo e o performativo. Ao primeiro, em que predomina a história (a descrição de um fato), opõe-se o modo *performativo* no qual “to say something is to do something; or in which by saying or in saying something we are doing something.” (Austin, 1, p. 12) Neste caso, a própria enunciação já é o cumprimento da ação.

Em “Eu declaro aberta a sessão!”, que não constata nem descreve nada, mas esgota sua significação no próprio ato de proferi-lo, tem-se um exemplo característico do chamado enunciado performativo, ao contrário de “O presidente declarou aberta a sessão.”, que é descritivo, constativo, portanto. (Barthes, 2, p. 49)

Afirmando que “Un énoncé est performatif en ce qu’il *dénomme* l’acte performé, du fait qu’Ego prononce une formule contenant le verbe à la première personne du présent: /Je déclare la session close/ — /Je jure de dire la vérité/. Ainsi un énoncé performatif doit nommer la performance de parole et son performateur.”, Benveniste distribui os enunciados performativos em dois casos (Benveniste, 4, p. 274):

1. *O ato de autoridade*, caracterizado por verbos como nomear, declarar, etc.
2. *O ato de compromisso*, assumido pelo emissor, através de verbos como jurar, prometer, renunciar.

Ele aponta, além disso, três propriedades marcantes do modo performativo:

- a) É auto-referencial: toma a si mesmo como referente; remete a uma realidade que ele mesmo constitui;
- b) É sempre uma manifestação lingüística, uma vez que deve ser pronunciado;
- c) O seu significado é idêntico ao referente: o ato é o próprio enunciado do ato. Assim a enunciação /eu juro/ não é a narração do ato que estou realizando, mas o próprio ato que me compromete.

O modo *performativo* pode ser diferenciado em função de suas características básicas — o verbo no presente e na primeira pessoa — do modo verbal *imperativo*, porque este não constrói uma proposição pessoal (não possui primeira pessoa), nem denomina o ato executado pela palavra, apenas produz um comportamento. Por isso, enquanto /cale-se!/ é imperativo, /ordeno que se cale!/ é performativo.

Passando do campo lingüístico ao do texto literário pode-se observar que através do modo performativo se manifesta a própria consciência do ato de escrever. Sobre isso, Barthes percebe na literatura uma subversão que “visa a fazer passar a narrativa da ordem puramente constatati-

va (que ocupava até o presente) à ordem performativa, segundo a qual a significação de um discurso é o ato mesmo que o profere: hoje escrever não é *narrar*, é dizer que se conta...” (Barthes, 2, p. 49)

Posição semelhante já vimos em Genette.

É preciso redimir o *comentário*, tão condenado pelos defensores do romance realista, pois não se pode reduzir todos os tipos de comentário a uma única espécie. Destaque-se, por exemplo, o comentário integrado à estrutura da representação, ligado a um narrador que demonstra consciência do ato narrativo. Seria o caso de falar em *comentário performativo*.

Não é possível deixar de reafirmar, para concluir, a equivalência notada entre o domínio do *discurso* sobre a história e a presença gritante do processo de *enunciação* na superfície do enunciado. Quanto ao modo *performativo*, pode-se certamente relacioná-lo, no âmbito literário, com a enunciação metalingüística, caso de numerosos trechos de *Esau e Jacó* em que Machado de Assis parece superar o aspecto episódico da história (constatativo) levando o leitor a uma reflexão constante sobre o próprio fazer do romance, sobre a própria atividade literária.

CINTRA, I. A. The narrator's linguistic traits. *Alfa*, São Paulo, 25:49-56, 1981.

ABSTRACT: An analysis of the narrator is made with a basis on linguistic aspects. This analysis is centered not on the person an element generally associated with focus of narration matters but rather on other elements of the relation subject-speech. Some terminological problems related to the linguistic approach to the study of the focus of narration are also discussed.

KEY-WORDS: Focus of narration; enunciation; discourse; philosophy of language.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge, Harvard University Press, 1962.
2. BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: — *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 18-58.
3. BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, Paris, 17: 12-8, 1970.
4. ————. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1971.
5. GENETTE, G. Fronteiras da narrativa. In: ————. *Análise estrutural da*

- narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 257-75.
6. GREIMAS, A.J. L'Énonciation. *Significação*. Ribeirão Preto, 1:9-25, 1974.
 7. OSAKABE, H. Sobre a noção de discurso. In: _____. *Sobre o discurso*. Uberaba, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 1979.
 8. PEIRCE, C.S. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo, Cultrix, 1972.
 9. TODOROV, T. As categorias da narrativa literária. In: _____. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971. p.211-56.
 10. TOMACHEVSKI, B. Temática. In: _____. *Teoria da literatura — formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971.

A TEORIA LINGÜÍSTICA EM ARISTÓTELES*

Maria Helena de Moura NEVES**

RESUMO: Como expressão de tudo o que é, a linguagem merece grande atenção de Aristóteles. Ele define a natureza do *lógos* (Política) e examina a sua função em vista de uma concepção ontológica (Categorias) e lógica (Da interpretação). Distingue, também, uma função prática da linguagem, e, assim, abre um campo específico para o exame da *lêxis*, a *elocução retórica* (Retórica) e *poética* (Poética). A atenção à *lêxis* põe em evidência o *significante*, mas fica sempre em primeiro plano a *eficiência* da comunicação, *garantida pelo conveniente uso dos recursos de elocução*.

UNITERMOS: Aristóteles; *lógos*; *lêxis*; *significação*; *convenção*; *proposição*.

INTRODUÇÃO

Na vasta obra de Aristóteles há uma variedade muito grande de disciplinas a cujo estudo o vemos aplicado. Descrevendo desde os corpos físicos até as atividades criadoras (a *poiesis*) do ser humano, ele se move entre quase todas as ciências, e em todas elas examina a *ousía*, vista nas suas várias modalidades, e assim também variadamente expressa. A linguagem é a expressão de tudo o que é, e Aristóteles a estuda onde quer que apareça, pois é só através de seu exame que a “realidade”* pode ser examinada.

Na descrição dos corpos vivos ele chega ao homem, animal que se distingue dos outros por suas funções intelectivas. O exame particular dessas funções — contido nos livros cujo conjunto forma o *Organon* — destaca um fato eminentemente humano que é o exercício da linguagem. Especialmente importante é o es-

tudo das categorias de pensamento, que se colocam em relação problemática com as categorias lingüísticas, desde que *kategoron* é “dizer as coisas”, “expor a realidade através da linguagem”.*

1. A NATUREZA DA LINGUAGEM HUMANA

Aristóteles examina o suporte biológico da função lingüística quando, estudando os diferentes sentidos e seus órgãos, fala da voz como um som ouvido. Já registra que não há um órgão da fala, pois a produção da voz põe em ação órgãos já dotados de funções biológicas determinadas. Não fala ainda, aí, da palavra, mas da voz, que não é atributo exclusivo do homem, mas de todos os seres animados (*Da alma II*, 8, 420b 5 et seq.). A voz é condição para a linguagem, mas não é a linguagem. A capacidade de articular sons implica a capacidade de emitir sons, mas a recíproca não é verdadeira.

* Este trabalho resulta da reformulação de um tópico de minha tese de Doutorado, *A emergência da disciplina gramatical entre os gregos*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), em 1978.

** Professora Assistente-Doutora do Departamento de Lingüística do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara, UNESP.

* Na palavra *realidade* há o perigo da intervenção de um conceito que é moderno e que não está bem de acordo com a vivência grega. O grego não possuía um vocábulo para exprimir o que chamamos *realidade*. “Realidade”, para o grego é ser (*ousía, gignomai*). Assim, pois, se entenda aqui esse termo.

* Ver a nota anterior.

É na *Política* (I, 2, 1253) que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (*zōon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política. Diz Aristóteles que o homem é um animal político mais do que as abelhas ou os outros animais gregários. A natureza não faz nada em vão e, dentre os animais, o homem é o único que ela dotou de linguagem. Sem dúvida a voz (*phoné*) é uma indicação de prazer ou de dor, e também se encontra nos outros animais; o *lógos**, porém, tem por fim dizer o que é conveniente ou inconveniente e, conseqüentemente, o que é justo ou injusto. Isso é, com efeito, o que é característico do homem em face dos outros animais: que só ele tenha o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto ou outros valores semelhantes. E é a posse comum desses valores que faz uma família e um Estado.

O finalismo explica, pois, a linguagem, como explica o Estado. Se a natureza não faz nada em vão, e se o homem é o único animal que ela dotou de linguagem, isso significa que a linguagem está no homem suscitada pela sua vocação de animal político e operada pela sua natureza, a fim de que essa vocação se possa cumprir. Só a voz articulada, a palavra humana, tem um sentido, o qual é dado pela faculdade exclusivamente humana de distinguir o bem do mal, o justo do injusto, isto é, pela condição de animal político que é característica do homem. A base para as sociedades é a possibilidade de comunicação dessas distinções. Elas é que caracterizam os agrupamentos humanos e, portanto, o Estado.

Essa associação entre a linguagem como característica biologicamente natural do homem e a linguagem como característica natural humana de animal políti-

co organiza-se coerentemente e converge para uma teoria da significação.

A partir da fundamentação biológica, o homem é caracterizado como capaz de, por natureza, articular sons e organizá-los numa linguagem. A partir das considerações sobre ciência política, o homem é caracterizado como capaz de, por meio da linguagem, exprimir o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto e, desse modo, organizar uma sociedade política. Na associação da concepção biológica com a concepção finalista do homem como animal político se assentam as concepções que vão ser desenvolvidas nas obras de Aristóteles em que o *lógos* é posto em questão:

1 — a linguagem é natural no homem porque corresponde à sua natureza de animal racional e responde à finalidade de animal político a que ele é destinado;

2 — condição da sociedade política, a linguagem é exatamente um exercício político e, por isso, existe acordo (*nómos*, *synthéke*) na base da linguagem, o que ainda é propiciado pela capacidade intelectual do ser humano, a qual provê a referência da linguagem às coisas;

3 — assim como existe uma forma acabada de sociedade — o Estado —, em que o homem cumpre seu fim e sua natureza, distinguindo o bem do mal, o justo do injusto, existe uma forma de linguagem também acabada, que expressa a verdade e atinge a *phýsis*; é esse o discurso que reflete a posse comum da sociedade política perfeita — a que implica *synthéké* —, expressando as distinções que caracterizam a natureza e a finalidade do homem.

O *lógos* tem, assim, por natureza, um caráter político. Como linguagem própria da cidade, ele é, afinal, o discurso retórico e, portanto, uma linguagem de exercício político, uma linguagem prática. Há, po-

A partir da consideração — iniciada por Platão e completada especificamente por Aristóteles — do *lógos* como um todo que se compõe de partes articuladas, o termo *lógos* adquire um novo significado, passando a nomear o discurso que expressa os juízos. E no *Da interpretação* que, como veremos, Aristóteles fala do *lógos apofântico* (4, 12a).

rém, uma linguagem da ciência, que é o *lógos* onde está a verdade ou a falsidade. Na *Retórica*, Aristóteles o verá em sua função prática. No *Da interpretação* ele é visto em sua função representativa de discurso do ser, discurso que é, por excelência, a proposição, a qual revela as coisas porque representa a verdade de suas relações*.

2—O PROBLEMA DA SIGNIFICAÇÃO

As proposições se compõem de palavras, as quais, porque têm um significado, diferem da simples voz. Qual esse significado? Qual a visão aristotélica da relação entre as palavras e as coisas?

Duas definições, aparentemente soltas no início do livro das *Categorias*, já apresentam essa visão: são as definições de homônimos e de sinônimos. *Homónyma* são as coisas das quais somente o nome é comum, enquanto a noção designada pelo nome é diversa (1, 1a 1-3). *Synónyma* são as coisas que têm comunidade de nome e identidade de noção (1, 1a 6-8).

Nas *Refutações sofisticas* diz Aristóteles que entre os nomes e as coisas não há semelhança completa: os nomes são em número limitado, enquanto as coisas são infinitas em número. Em conseqüência, é inevitável que muitas coisas sejam significadas por um mesmo e único nome (165a 10 et seq.). Pouco antes ele dissera não ser possível trazer à discussão as próprias coisas, sendo necessário que, em lugar delas, nos sirvamos dos nomes como de símbolos (165a 7)*.

Assim, os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (*noéma* e o sinal (*semeion*) ou entre a coisa (*prágma*) e o nome (*ónoma*) não é sem-

pre de congruência. Não se cobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais.

Entre conceito, palavra e objeto há sempre correspondência, mas não necessariamente congruência; a expressão linguística revela a relação conceitual e, por meio dela, revela a coisa, mas entre a coisa e o nome não há relação de semelhança. A relação que existe vem explicitada no *Da interpretação* (16a 3), onde se diz que o que está nos sons emitidos pela voz é símbolo dos estados de alma (*pathémata tês psychês*) e as palavras escritas são símbolos das palavras emitidas pela voz; e do mesmo modo que a escrita não é a mesma para todos os homens, as palavras faladas não são também as mesmas, se bem que os estados de alma dos quais essas expressões são signos imediatos sejam idênticos para todos, como são idênticas também as coisas das quais esses estados são as imagens.

Assim, o mesmo tipo de relação que existe entre a linguagem escrita e a linguagem falada existe também entre a linguagem falada e os estados de alma: é uma relação simbólica, não-natural. A relação entre a linguagem e as coisas é mediata, porque passa pelos estados de alma. Estes são imagens (*homoiómata*) das coisas e, portanto, como elas, são idênticos para todos. Entre as coisas e os estados de alma a relação é imediata, e ambos são substituíveis entre si. Daí Aristóteles ter feito a substituição nas suas próprias formulações: nas *Refutações sofisticas* (165a 17), ele diz que nos servimos dos nomes como

* No *Da interpretação*, Aristóteles se atém ao estudo das proposições e diz: "Deixemos de lado os outros gêneros de discurso; seu exame é, preferentemente, obra da retórica ou da poética" (IV 17a, 5 et seq.). Note-se que o termo português *proposição* indica com felicidade o caráter nolitico do *lógos*.

* Notar o sentido primitivo de *symbolon*: objeto cortado em dois, do qual dois hóspedes conservavam cada um uma metade, que era transmitida aos filhos; a reaproximação dessas duas partes (*symbállo*, "lançar junto") fazia que os portadores se reconhecessem e provassem as relações de hospitalidade contratadas anteriormente.

simbolos *das coisas*, enquanto no *Da interpretação* diz que os nomes são símbolos *dos estados de alma*.

As palavras, então, não são as mesmas para todos porque elas não se assemelham às coisas. A relação de semelhança existe entre os estados de alma e as coisas, mas entre a linguagem e os estados de alma o que há é uma relação de significação.

Definindo o nome, Aristóteles diz; no *Da interpretação* que ele possui uma significação "convencional" (*katá synthéken*) (2, 16a 19). A mesma obra explicita: "significação convencional na medida em que nada é *por natureza* um nome, mas somente quando se torna *símbolo*, porque, mesmo quando sons inarticulados como os dos animais manifestam alguma coisa, nenhum deles constitui, entretanto, um nome" (2, 16a 26-28). Na verdade os sons inarticulados dos animais não se referem às coisas, apenas revelam emoções; as coisas só têm nomes se os homens convenciam os sinais, tornando-os símbolos. Símbolo é, pois, por definição, *katá syntéken*. Uma prova disso é que as partes dos nomes não nomeiam as partes das coisas, pois nenhuma parte da palavra tem significação quando tomada separadamente (2, 16a 19-21).

Ao definir discurso, Aristóteles ainda afirma, no *Da interpretação*, que todo discurso tem uma significação, não entretanto como *instrumento natural* (*organon*), mas, *por convenção* (*katá synthéken*) (4, 16b 35-17a 1). A oposição *organon/katá synthéken* implica a oposição *organon/symbolon*: nada é por natureza um símbolo; uma forma sonora só se erige em símbolo mediante a imposição de sentido efetuada pelo espírito. Isso significa, aliás, que a *convenção* de que fala Aristóteles não se opõe a uma *phýsis* das

coisas, mas à natureza do próprio nome, de sua forma convencional. Uma palavra é símbolo (portanto, entidade intencional) de um conteúdo mental, e este é semelhante à coisa significada. A teoria da significação aristotélica prevê, pois, o signo, o conceito e o referente. Este não é simplesmente a coisa individual, pois o intelecto pode representar Sócrates, por exemplo, como homem, como animal, como bípede, como branco, como uma espécie etc. Através desses conceitos as palavras se referem a tudo o que existe.

Há, pois, nos nomes, *significação*, algo que resulta de acordo e convenção, algo que está na esfera do simbólico, não, portanto, no reino da *phýsis*, onde só se entra quando vem acrescentado *ser* ou *não-ser*, isto é, na proposição*. Esta é a *apóphansis*, a "manifestação", onde o que há não é apenas significação. Não é *apóphansis* todo discurso, mas só aquele que é susceptível do verdadeiro e do falso, aquele, portanto, que faz ver o que as coisas são e o que não são**.

Diz Aristóteles, no *Da Interpretação* (1, 16a 10 et seq.) que assim como existe na alma ora um conceito independente do verdadeiro e do falso ora um conceito a que pertence necessariamente um ou outro, assim é também com a palavra, porque é na composição (*syntesis*) e na divisão (*diaíresis* que consistem o verdadeiro e o falso. Em si mesmos os nomes e os verbos não são verdadeiros nem falsos; um nome, por exemplo, significa alguma coisa, mas não é ainda nem verdadeiro nem falso, a menos que se acrescente que *ele* é ou que *ele não é*, falando absolutamente ou com referência ao tempo.

Um conceito em si não é verdadeiro nem falso, e somente na composição de

* No *lógos* aristotélico, *ser* fica, pois, em um estatuto diferente. Diz Aristóteles que o ser, assim como o não-ser, não é signo da coisa, se é empregado só; em si mesmo ele nada é, mas acrescenta ao seu próprio sentido uma certa síntese que é impossível de conceber independentemente das coisas compostas (*Da interpretação*, 3, 16b 22-25).

** Para a visão heideggeriana do signo aristotélico como apofântico, embora encaminhando para a visão helenística do signo como simplesmente designativo, veja-se BEAUFRET (2, p. 70-89). Para uma refutação parcial dessa visão, veja-se AUBENQUE (1, p. 112-113). Para o que se trata a seguir, veja-se AUBENQUE (1, *op. cit.*, cap. 2, "Être et langage").

um conceito com outro está verdade ou erro. A afirmação — ligação dos conceitos — é retrato daquilo que é unido na realidade, retrato esse produzido no pensamento; a negação — separação dos conceitos — é, da mesma forma, retrato daquilo que é separado na realidade, retrato produzido no pensamento.

Na *Metafísica*, Aristóteles diz que a verdade ou a falsidade dependem, do lado dos objetos, de sua união ou de sua separação, de sorte que estar na verdade é pensar que o que é separado é separado e o que é unido é unido, e estar na falsidade é pensar contrariamente à natureza dos objetos. (10, 1051b 3). E assim como isso se produz na alma, também se produz na linguagem, pois as palavras são símbolos dos estados de alma. A proposição verdadeira é, pois, a que reproduz a composição das coisas.

Ao definir discurso, no *Da interpretação*, diz Aristóteles que cada parte, tomada separadamente, apresenta uma significação como enunciação, não como afirmação ou negação. Assim, a palavra *homem* significa alguma coisa, não, entretanto, que é ou que não é, pois não há afirmação ou negação a não ser que se acrescente outra coisa (4, 16b 26-29). Os termos isolados são, portanto, significativos, mas não são nem verdadeiros nem falsos, enquanto a composição ou a divisão manifestam a relação entre as coisas porque, julgando-as, constituem o lugar da verdade e da falsidade.

Não é, pois, no símbolo (que é convencional), que se encontra a revelação da coisa; é na composição e na separação dos símbolos, isto é, na proposição, que a relação de significação se muda em relação de verdade. Desse modo, há significação, mas “verdade” ou “falsidade” não há nas palavras, e nem mesmo num discurso qualquer, apenas no discurso que é “apofântico”, a proposição.

A separação entre o símbolo e a coisa garante-lhe sua função significativa. A supressão dessa distância se faz, entretanto, através da proposição, lugar privilegiado onde se obtém a revelação. Não é, pois, a função significativa, mas a função de expressão dos juízos que garante à proposição uma relação de verdade com as coisas.

Separam-se, assim, expressamente, em Aristóteles, o problema da justeza da denominação (*orthôtes*) e o problema da “verdade”. Já não se trata, mesmo, de discutir uma “justeza” dos nomes, a qual se referiria a uma relação direta da forma sonora com a coisa designada — o que, aliás, implicaria a busca de uma relação causal entre a coisa e a forma da palavra, contrariando a preocupação básica de Aristóteles com a finalidade e, portanto, com a *função* do nome nas relações humanas. O que há é uma designação da coisa através da palavra; esta é um símbolo (forma e conteúdo) que está pela coisa, já que não podemos usar as próprias coisas na linguagem. A seu significado o nome é sempre adequado, pois os nomes (forma sonora com conteúdo semântico) são instituídos convencionalmente.

Desse modo, também para Aristóteles (como já fora para Platão) não se trata simplesmente de decidir entre *phýsis* e *nómos* na verificação das relações entre a linguagem e o que ela diz.

3 — AS CATEGORIAS

Aristóteles elabora um sistema de conceitos pela linguagem, embora também apesar da linguagem, já que o *lógos* nem sempre declara os seres sinonimicamente (*synonýmos*).

Aplicando-se primordialmente ao estudo do real, à ciência das coisas, por isso mesmo ele se aplica especialmente ao modo como as coisas são ditas *.

* AUBENQUE (I, p. 99), entretanto, chega a dizer que Aristóteles tem certa desconfiança em relação à linguagem, e oferece expressões como “raciocínios de maneira verbal e vazia” (*Ética a Eutidemo* I, 8, 1217b 12).

O discurso judicativo faz a declaração dos seres que é revelação, porque reflete a relação entre eles. O exame da proposição é o exame do modo de dizer os seres segundo uma ligação (*Categorias*, 1a. 16-17), e nela se põem, como vimos, seres gramaticais.

Entretanto, os seres se declaram também ontologicamente. Há uma pluralidade de seres e cada um deles é também dito fora da proposição. As coisas que se dizem "sem nenhuma ligação" (*Categorias*, 1b 25) são as *categorias*. Enquanto o nome é apenas o sinal sonoro da coisa, a categoria é a voz não apenas como o sinal, mas como expressão da natureza da coisa, como definição e como conceito.

Por isso, nas *Categorias*, especialmente, pode-se ver um exame dos quadros de linguagem em paralelismo com o exame dos quadros metafísicos*.

Qualquer resposta à pergunta *que é? (ti esti?)* tem um lugar entre as categorias. Elas compreendem, portanto, todas as palavras possíveis ou declarações possíveis e, assim, correspondentemente, compreendem todos os conceitos e todas as coisas. São elas divididas em dez gêneros, os gêneros dos enunciados, que são as diferentes maneiras pelas quais se atribuem propriedades às coisas, representando

as diferenças existentes no mundo real (*Metafísica*, 49a 7, 225b 5). Na base da classificação dos modos de predicação e de ser esta a idéia de que o mundo físico é composto de coisas (substâncias) que têm certas propriedades (acidentes), que desencadeiam ou sofrem certos processos, que mantêm entre si certas relações ou que têm uma certa extensão ou localização no espaço ou no tempo. Assim, diz Aristóteles que as *categorias*, isto é, as coisas que se dizem sem entrar em uma combinação, são: a substância; ou quanto; ou qual; ou em relação a quê; ou onde; ou quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer (*Categorias*, 4, 1b 25).

O ponto fundamental da teoria aristotélica das categorias é o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura do mundo.

Na verdade, entre a gramática e a lógica as relações são muito complexas. Se alguns afirmam que a doutrina aristotélica das categorias é um reflexo da estrutura gramatical do grego**, outros, de outro lado, afirmam que as distinções da gramática tradicional são puramente lógicas. Na verdade, essa petição de princípio só faz mostrar que as relações são íntimas entre as categorias de ser, de significar e de compreender.

* Temos de considerar mais significativo ainda o fato de se sentir esse paralelismo quando aparentemente está sendo tratado algo que nada tem que ver com a linguagem. Um exemplo é a *Física*. J. M. LE BLOND (4, cap. 4, § 1.^o) mostra como, na *Física*, Aristóteles apela para o modo de dizer, fazendo uma análise das formas lingüísticas que expressam as teses.

** Émile BENVENISTE (3, p. 63-74), querendo demonstrar que as categorias de pensamento e as de língua são diferentes, afirma que as categorias aristotélicas são categorias de língua e não de pensamento. Esses predicados não correspondem a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. Assim, as seis primeiras categorias são nominais: *ousía* (substantivo), *posón* e *poión* (adjetivos de dois tipos determinados, com um estatuto mórfico bem definido na língua grega); *prós ti* (adjetivos de dois tipos; um em que a forma indica a relação e outro em que é o conceito que a indica); *poiú*, *poté* (classe das denominações espaciais e temporais, respectivamente, sendo que ambas se mantêm pela simetria com formas do quadro da língua). A unidade dessas seis categorias nominais é encontrada nas particularidades da morfologia grega, portanto, lingüisticamente. As outras quatro categorias são verbais: *keíthai* (voz média), *échein* (perfeito), *poiéin* (voz ativa), *páskhein* (voz passiva).

Segundo Benveniste, quando Aristóteles estabeleceu essas categorias, tinha em vista recensear todos os predicados possíveis, sob a condição de que cada termo fosse significativo no seu estado isolado, não dentro de uma composição. Inconscientemente ele tomou por critério a necessidade empírica de uma expressão distinta para cada um dos predicados. O que encontrou foram as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, já que é por suas diferenças que essas formas e essas classes têm significação lingüística. Assim, pensando definir os atributos dos objetos, ele pôs seres lingüísticos, pois é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e classificá-las.

O que Benveniste quer provar é que o que podemos dizer delimita e organiza o que podemos pensar; a língua fornece a configuração fundamental das propriedades das coisas desconhecidas pelo espírito. Aristóteles nos estaria dando, assim, por geral e permanente, um quadro que não é senão a projeção conceptual de um estado lingüístico dado.

Deve-se observar, por outro lado que esse número de dez categorias só reaparece, em Aristóteles, nos *Tópicos*, 103b 23 (outra de suas prováveis primeiras obras). Nas outras obras só há oito categorias (não aparecem a posição e o estado), como se formassem uma lista completa. Veja-se a *Física* V, 225b 5-9:

As categorias são as declarações mais gerais sobre o ser ou sobre os modos diferentes em que o ser é declarado. A categoria é distinta da coisa — porque é um modo de dizer a coisa —, mas está congruente com ela na medida em que é também o modo através do qual o homem elabora o conceito.

A combinação entre os modos de ser e os modos de dizer cria a classificação quádrupla que Aristóteles apresenta nas *Categorias* (cap. 1) e que leva a compreender por que essa obra inicia com as definições de *homónyma*, *synónyma* e *parónyma*. Segundo o modo de ser e de ser dito, tudo o que é se classifica ou como substância (o que não está em nenhum sujeito) ou como acidente (o que está em um sujeito) ou como universal (o que se diz de outro) ou como individual (o que não se diz de outro). Daí resulta que tudo o que é ou é substância universal (substância segunda, os gêneros e espécies) ou é acidente individual ou é acidente universal ou é substância individual (substância primeira, o indivíduo). Conforme a classe daquilo que é dito, define-se de diferente maneira o dizer. Somente se o que é dito é uma substância segunda, o que se declara é o conceito, e, então, o dizer se faz sinonimicamente: há identidade de nome e *lógos* (como quando *homem* é atribuído a

Sócrates ou *animal* é atribuído a *homem*, predicacões que têm por sujeitos seja indivíduos seja espécies). Se o que é dito não é uma substância segunda, o dizer se faz homonimicamente: há identidade de nome — mas apenas de nome — (como quando *branco* é atribuído a *corpo*) ou paronimicamente (como quando alguém é chamado *gramático* porque possui a *gramática*).

Apenas o “dizer sinonimicamente” é rigorosamente uma declaração do ser porque declara nome e *lógos* (2 a 22). Como é impossível a correspondência biunívoca entre as coisas, infinitas, e as palavras, em número finito, é inevitável que um nome signifique necessariamente uma pluralidade de coisas, que o dizer se faça muitas vezes homonimicamente, isto é, seja a declaração de um mesmo nome para diferentes conceitos. Aristóteles compreende que a homonímia está na natureza da linguagem, e aí temos a definição de *homónyma* abrindo as *Categorias*. É da essência da linguagem que haja uma pluralidade de coisas significadas (*Refutações sofisticas*, I, 165a 12). Acidental e anômala, porém, é a exploração que os sofistas fazem* da pluralidade de significações**.

Assim, ao discutir o sistema de noções, Aristóteles faz uma análise da linguagem***.

* Observar que, na *Retórica* (1404b 37 et seq.), Aristóteles diz que os homônimos são úteis ao sofista porque lhe permitem os artifícios e que os sinônimos são úteis ao poeta. *Homonímia* não significa, aí, apenas a similitude de nomes, mas a equivoicidade.

** Ver, *Metafísica*, Z, I, 1028a 10; E, 4, 1028a 5; A, 7, 1017a 2; *Tópicos* I, 18, 108a 18.

*** J.M. LE BLOND (4, p. 316-9) mostra como esse paralelismo se evidencia na apresentação das três características principais da substância (*Categorias*, 5, 2a 11). As três características da substância — ser primeiro (essência), sujeito e indivíduo — só são plenamente explicadas quando ligadas ao julgamento e à proposição.

A primeira é a nota fundamental da substância, a que vem significada através do termo *ousía*; substância é o que é. Só a substância é, simplesmente. Então, todo o resto — quantidade, qualidade, relação — é afirmado em relação a esse absoluto. Aliás, é trazendo muitos exemplos de proposição que Aristóteles, nas *Categorias*, explica esse caráter da substância. O tipo natural e fundamental de proposição é aquele em que a afirmação se faz em referência a uma substância, todos os outros são derivados desse e tiram dele o seu valor.

A segunda característica tem relações mais evidentes com a linguagem: substância é o que não é senão sujeito da proposição. O termo *hypokeimenon* significa “substrato”; é o que é “susceptível de receber predicacões”. Essa significação vem sugerida na própria definição aristotélica de substância: “o que não é atribuído a nenhum sujeito e não é inerente a nenhum sujeito”.

A terceira característica decorre do estudo da substância como sujeito: aquilo que nunca é predicado. Só o indivíduo é sujeito último; as coisas individuais não podem ser predicado.

4 — LÓGOS E LÉXIS

Aristóteles não examina, porém, apenas a função de *lógos* em vista de uma concepção ontológica e de uma formalização lógica. Dedicando-se a todas as ciências, ele chega às ciências práticas. Classificando as atividades do homem, distingue de uma função teórica da linguagem humana uma função prática por meio da qual não apenas se dizem as coisas ou se dizem as relações entre as coisas, e, portanto, a verdade das coisas. Diríamos que Aristóteles se aplica a outras funções da linguagem além da representativa e examina a natureza específica dos discursos literários.

Na *Retórica* se vê a linguagem na sua função de apelo. Linguagem da vontade e não exclusivamente da razão, a linguagem retórica comporta predominantemente o conselho, e oferece a exame não apenas as proposições mas todos os elementos que servem ao propósito da persuasão e compõem a arte retórica. Por isso o que sobleva é a preocupação de dizer com verdade, mas dizer bem. Na *Poética* o dizer-bem se prende à arte da *poiesis*, definida como arte da imitação. A função da atividade poética é imitativa, conceito que vem de Platão e que, de certo modo, degrada essa atividade*, se a examinarmos em confronto com a concepção vigente na formação do pensamento grego, quando a poesia era, então, instauradora das coisas.

Embora haja sempre em Aristóteles uma preocupação muito grande com o modo de dizer, é nas obras em que se examina a linguagem na sua função prática que, na verdade, se abre um campo específico para o exame da *léxis*** . Ela é o objeto central e seu exame significa o exame da natureza específica do aspecto poé-

tico e retórico da linguagem. A separação entre *lógos* e *léxis*, que há de ser fundamental no encaminhamento dos estudos lingüísticos, liga-se, primordialmente, à consideração da linguagem mais sob o ângulo da eficiência do que sob o da revelação das coisas. A linguagem eficiente era o campo em que se moviam os sofistas, mas o contexto agora se enriquece porque, enquanto os sofistas faziam de conteúdo e elocução um só corpo, privilegiando a elocução, Aristóteles, quando se move no campo da *léxis*, tem como acertado que existe um campo do *lógos*, e tem estabelecida uma teoria que relaciona os dois domínios.

Na *Retórica* e na *Poética* o dizer é o que está mais visivelmente em primeiro plano, embora ele sempre represente uma articulação das modalidades do ser. Há um estilo que se destaca, uma *léxis*, que não tem as mesmas características daquela linguagem cuja finalidade é especificamente a expressão do ser. A elocução é o objeto especial de exame e, a partir daí, já se observa que há diferentes características na linguagem em verso e em prosa (*Retórica* III, 1404b 12 e 14), embora o enunciado tanto seja efetivo em verso como em prosa (*Poética*, 6, 1450b 14).

4.1 — A RETÓRICA

Na *Retórica*, Aristóteles estuda a *léxis* da arte retórica. Daí o interesse pela composição, pelos recursos de linguagem, pelas qualidades do estilo e seus defeitos. A ordem de interesse é a conveniência ao estilo da prosa. Regulam-se empregos para que haja correção segundo o espírito da língua (*tò helenízein*, III, 5, 1407a), elevação (III, 6, 1407b) e conveniência (III, 7, 1407b) do estilo, adequação do estilo ao gênero do discurso***. No estudo sobre as

* Entretanto, relativamente a Platão, Aristóteles restaura o valor da atividade poética.

** Entende-se em *léxis*, ao mesmo tempo, "estilo" e "elocução". Na *Poética* Aristóteles define *léxis* como "expressão", "interpretação (*hermeneia*) dos pensamentos através das palavras" (6, 1450b 15).

*** Não Capítulo sobre correção, III, 5, 1407b.

qualidades do estilo, fala-se: dos nomes e dos verbos, para verificar a propriedade de seu emprego (III, 2, 1404b); dos homônimos e dos sinônimos, para examinar a sua utilidade (III, 2, 1405b); das palavras compostas, para condenar seu abuso como uma das causas da frieza de estilo (III, 3, 1405b); dos diminutivos, como um recurso que pode ser empregado com prudência e medida; da metáfora, para julgar de sua eficácia, conveniência e inconveniência (III, 2, 1405a), ou seu perigo (III, 3, 1406b); dos epítetos (III, 2, 1405b) e do nome, em contraposição à definição, também para julgar das qualidades do estilo (III, 6, 1407b).

Assim, as observações da *Retórica* dizem respeito ao efeito do discurso, especialmente quanto ao cumprimento de sua finalidade, isto é, especialmente quanto à sua eficiência como discurso retórico. Haja vista a própria noção de *syndesmos* (III, 5), “conectivo”, “conjunção”, que representa o aparecimento de mais de uma parte do discurso* e, no entanto, não vem, absolutamente, como fato de gramática, mas como recurso de estilo: a função da conjunção é fazer de muitas coisas uma unidade. Haja vista, ainda, a referência a nomes compostos (III, 2 e III, 7) e a nomes inventados (III, 2), feitas de passagem e, exclusivamente, quanto à conveniência de emprego.

Sem que haja, é claro, uma exposição gramatical, podemos destacar, porém, algumas observações que concernem a problemas que chamariamos *gramaticais* (gêneros que *devem* ser distinguidos e números — III, 5, 1407b) e, mais ainda, algu-

mas posições que vislumbram preocupações e procedimentos da ciência gramatical contemporânea:

— as observações sobre a correção no uso dos conectivos (III, 5, 1407a) referem-se a problemas de distribuição: em que ordem e distância devem ser colocados;

— as observações sobre solecismo (III, 5, 1407b) trazem o problema da subcategorização para a inserção lexical, referindo-se à seleção que se processa entre o verbo transitivo e seu objeto direto: há solecismo quando não se atribui a duas palavras coordenadas o termo que convém a ambas; como, por exemplo, quando *som* e *cor* são construídas, ambas, com o verbo *ver*, enquanto deviam ser construídas com o verbo *perceber*;

— as referências à possibilidade de substituição de um nome pela definição, e vice-versa (III, 6, 1407b), mostram uma consciência do princípio de comutação e, portanto, das relações paradigmáticas na língua, com possibilidade de substituição, no mesmo ponto do enunciado, de sintagmas de igual distribuição: a definição pode empregar-se pelo nome, se se quer ampliar o estilo e vice-versa, se se quer obter concisão.

4.2. — A POÉTICA

Na *Poética*, a *léxis* também constitui um dos elementos** de um grande complexo que é uma arte, a arte poética, à qual, em Aristóteles, é definida como a arte da imitação***. A *léxis* que convém à

* No *Organon* só aparecem reconhecidos o nome e o verbo (parte I e II do *Da interpretação*). Aí, a definição dessas partes do discurso se faz, via de regra, por referência à existência ou não de significação. Significativos são apenas o nome e o verbo, e é entre essas duas partes do discurso que, como vimos, se abrigam as dez categorias (nominais e verbais). Elas são as duas únicas partes que merecem figurar nos livros em que o *lógos* está em exame. Por outro lado, na *Retórica* e na *Poética* não reaparecem aquelas dez categorias que se distribuem entre o nome e o verbo.

** Os outros elementos são: mito, caráter, pensamento, espetáculo cênico e melopéia. Na hierarquia, a elocução é o quarto elemento e é definido como o “enunciado dos pensamentos por meio das palavras, enunciado que tem a mesma efetividade em verso ou em prosa”. (Cap. 6)

*** Observar que, na *Retórica*, Aristóteles diz que os nomes são imitações (III, 1, 1404a 21). Essa imitação se refere, porém, à função poética, não significando adesão à teoria iconográfica platônica. É por convenção que os nomes são imitações.

poética não é a que convém à retórica, porque sua função é outra. Também essa *léxis* não é um dizer filosófico comprometido com a verdade das coisas, mas é um dizer que é uma criação daquele que imita.

É nos capítulos 20, 21 e 22 da *Poética* que Aristóteles trata da elocução na poesia: Como “partes da elocução”, ele apresenta exatamente as partes da cadeia falada. Por isso está aí desde o fonema até a proposição, com passagem pela sílaba e pelas palavras (nome, verbo e conjunção). Essa apresentação da análise do que hoje chamamos *significante* se faz em referência ao significado. Fica bem clara aí — quando ele se preocupa especificamente com um dos elementos da arte poética, justamente o que corresponde à linguagem como sonoridade — a separação entre o real e a linguagem. O *significante* se define em referência ao significado, e essa ligação é prova da separação. Já em Platão, elementos se punham, como formadores de sílabas; estas, como formadoras de palavras; e estas, como formadoras do discurso.

A colocação em cadeia — pondo na mesma instância fonema e palavra — significa o assentamento da teoria geral sobre base semântica. É uma teoria do sentido, que, por isso mesmo, faz intervir a *significação* nas definições de cada uma das etapas da constituição da cadeia sonora. Entretanto, aí, nesse contexto da *Poética*, o que se põe em relevo não é o problema em si do significado, com o exame da revelação das coisas ou da relação de significação, mas é, especificamente, a prática do emprego do *significante*, a elaboração da arte da *poiesis*, isto é, da arte da composição poética.

Como na *Retórica*, as noções concernentes à *léxis* são, na *Poética*, além de definidas — o que ocorre mais cuidadosa-

mente na *Poética* que na *Retórica* —, apresentadas na transmissão de uma “arte”, embora sempre se subordinem a um exame teórico. Depois de se definirem, por exemplo, as espécies de nomes, como o simples, o duplo (21, 1457a) e, depois, o corrente, o estrangeiro, o inventado, o alongado, o abreviado, o alterado e a metáfora (21, 1457a-b), recomenda-se o uso discreto de todas as espécies, uma mistura na medida certa, e apontam-se os nomes mais apropriados aos diferentes versos. Consideram-se, ainda, os gêneros dos nomes e indicam-se os gêneros dos nomes gregos, conforme a terminação (21, 1457b).

Ao examinar a arte retórica e a parte poética, Aristóteles acentua, pois, as qualidades que devem ser procuradas para o adequado modo de dizer, isto é, cuida da *léxis*. Entretanto, o que está em primeiro plano não é uma linguagem ornamentada, como simples exercício de palavras, mas é sempre a eficiência de comunicação garantida pelo conveniente uso dos recursos de elocução. O interesse pela qualidade da elocução está diretamente ligado ao interesse na eficiência do modo de dizer.

A atenção à *léxis* põe em evidência o *significante*, mas aponta sempre para o *lôgos*, pois a linguagem com qualidade é, acima de tudo, o que diz bem o que tem de ser dito.

É, pois, numa sistematização de base nocional, assentada sobre o fundamento da lógica, que vemos a consideração da linguagem preparar-se para ser abstraída da filosofia, trabalho que levará à constituição da gramática, ciência que nascerá normativa, sobre o modelo da arte de bem-dizer, tanto na prosa como na poesia. E através de toda a tradição ocidental a gramática procurará pôr as normas da eficiência na comunicação, bem como da excelência na expressão.

NEVES, M.H. de M. — The linguistic theory in Aristotle. *Alfa*, São Paulo, 25:57-67, 1981.

*ABSTRACT: As an expression of everything that is, the language deserves Aristotle's great attention. He defines the nature of *lógos* (Politics) and examines its function in view of an ontological (Categories) and logical conception (On Interpretation). He also distinguishes a practical function of language, and, thus, opens a new field for examining the *léxis*, the rhetoric (Rhetoric) and poetic (Poetics) elocution. The attention given to the *léxis* emphasizes the significant but the efficiency of the communication, guaranteed by the convenient use of the elocution resources always lies in the foreground.*

KEY-WORDS. Aristotle; lógos; léxis; meaning; convention; statement.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edições de Aristóteles

- ARISTOTE. *Les réfutations sophistiques*. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot. Paris, J. Vrin, 1950.
- _____. *Métaphysiques*. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot. Paris, J. Vrin, 1933.
- _____. *Poétique*. Texte établi et traduit par H. Haddy. 5.ed. Paris, Les Belles Lettres, 1969.
- _____. *Politique*. Texte établi et traduit par Jean Aubonnet. 2. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1968. Tome I.
- _____. *Rhétorique*. Texte établi et traduit par M. Dufour et A. Wartelle. Paris, Les Belles Lettres, 1973.
- _____. *Topiques*. Texte établi et traduit par Jacque Brunschwig. Paris, Les Belles Lettres, 1967.
- ARISTOTELIS. *Categoriae et liber De interpretatione*. Recognovit brevique adnotatione critica instruxit L. Minio-Paluello. Oxford, E. Typographeo Clarendoniano, 1956.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio e introdução de Eudoro de Sousa. Porto Alegre., Globo, 1966.
- ARISTOTLE. *The Physics*. With an English translation by P.H. Wicksteed, M.A. and F.M. Cornford. London, Loeb, 1929. V.I.

OBRAS AUXILIARES

1. AUBENQUE, Pierre. *Le problème de l'être chez Aristote*. Paris, PUF, 1972.
2. BEAUFRET, Jean. *Dialogue avec Heidegger III*. Paris, Minuit, 1974.
3. BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
4. LE BLOND, J. M. *Logique et méthode chez Aristote*. Paris, J. Vrin, 1973.

PORTUGUÊS DO BRASIL E PORTUGUÊS DE PORTUGAL: DIFERENÇAS

Ermínio RODRIGUES*

RESUMO: *Analisamos, a partir da última reimpressão do dicionário de Collins — Portuguese-English, English-Portuguese Dictionary —, algumas diferenças, principalmente lexicais, entre o Português do Brasil e o Português de Portugal.*

UNITERMOS. *Aportuguesamento; brasileirismo; frequência de uso; léxico; lusismo; morfologia; ortografia; norma; semântica; vocabulário.*

Ao professor Salum, um pouco do muito que lhe devo.

Algumas diferenças, principalmente lexicais, entre o Português do Brasil e o Português de Portugal, podem ser encontradas na última reimpressão do dicionário de bolso da Collins — *Portuguese-English, English-Portuguese Dictionary* (London, Collins Clear-Type Press, 1978), organizado por N. J. Lamb, leitor de português e espanhol na Universidade de Liverpool (Inglaterra).

Dentro das limitações impostas pela natureza da obra, o Autor conseguiu dar-nos, ao menos até 1964, data da primeira e única edição, um dicionário claro, atualizado e, sobretudo, útil, em suas setecentas e sessenta e oito páginas.

Além do cuidado com a seleção das palavras (vocabulário básico), procura ajudar o consulente com indicações que o situem no âmbito das duas normas-padrão, a brasileira e a portuguesa, marcando, por exemplo, *diferenças lexicais* (cave/porão), *mórficas* (ímanes/ímãs;

chuto/chute; ficheiro/fichário), *gráficas* (turquês/torquês), *fonéticas* (escuteiro/escoteiro) e *de registro* (culto/popular/poético/gírio, etc.).

Procuramos neste artigo reunir e comentar todas as diferenças assinaladas pelo Autor e acrescentar outras, sugeridas pela leitura do próprio dicionário. Assim, a par de leves alterações propostas para a segunda edição (v. *adjustment, basement, canoe, driving licence, girl, gutter, hinterland, kerb, lance-corporal, mouse, overcoat, slum*), procedemos a trinta e oito inclusões, que figuram nos verbetes colocados entre colchetes (v. *accountant, asparagus, attendance, bath-room, boot-black, butcher, butcher's shop, canadian, cigarette holder, city hall, drawer, financier, goal, gutter, hostess, leather shoes, left-winger, lift, lottery, lottery-ticket seller, night-dress, pedestrian, pickpocket, plumber, raven, record-player, refrigerator, sandwich, skating, smoke, sock, sling, stoker, take off, ticket-office, toothpaste, underground railway, vest.*)

* Professor Assistente-Doutor do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Campus de São José do Rio Preto — UNESP, SP.

Seguimos, na apresentação dos verbetes, a ordem estabelecida pelo próprio dicionarista: em primeira lugar, o termo inglês e, em seguida, as formas portuguesa e brasileira, a que juntamos, via de regra, exemplos e comentários.

Os exemplos foram colhidos entre autores contemporâneos portugueses ou em traduções de obras estrangeiras feitas em Portugal nos últimos anos. Tal documentação, predominantemente literária, espelha, em certa medida, o uso vivo atual, as preferências mais gerais da comunidade linguística portuguesa.

Os comentários, geralmente breves, procuram restringir ou ampliar os limites da compreensão do termo em foco, mormente quanto ao português do Brasil.

Servimo-nos, às vezes, da comparação com outras línguas (espanhol, francês, italiano, alemão), com o propósito de alargar a visão crítica dos fatos (interinfluências, coincidências criadoras, decalques, adaptações fonológicas ou morfológicas, etc.).

Preocupamo-nos, como o Autor, com a média linguística, à qual se adaptam aqueles que vão a Portugal ou vêm ao Brasil. Assim, por exemplo, entre *estilingue*, *bodoque*, *atiradeira*, *beca*, *fun-da*, *peteca*, *seta* e outras que os dicionários não registram, indicamos *estilingue*, como tradução de *sling* e sinônimo da designação portuguesa *fisga*, por ser a mais freqüente entre nós, como o comprovamos em pesquisa onomasiológica, entre 1966 e 1976. Diga-se o mesmo de *gol* em relação a *golo* (v. *goal*), de *carona* em confronto com *bigu*, *beicho*, *beira*, *xepa* . . . (v. *lift*).

Vamos aos verbetes, que valem por si mesmos.

Accountant

“Contabilista” (Port.), “contador” (Bras.).

▲ Embora Portugal não desconheça *contador*, com o sentido de “especialista em contabilidade”, emprega-o menos que *contabilista*. Entre nós, conquanto *contabilista* englobe *contador* (título universitário) e *técnico em contabilidade* (título pré-universitário), predomina *contador*.

Dois exemplos de Fernanda Botelho, em *Lourenço é Nome de Jogral*: “O meu fracasso talvez seja esse: teriam feito de mim um *contabilista* genial, mas, para ser um grande poeta, faltou-me talvez uma desesperada fruição do enredo (. . .)” (8, p. 27) — “Um artigo cortado, outro mutilado, (. . .) uma discussão com o *contabilista*, um telefonema do Rogério (. . .)” (8, p. 37)

Compare com: *contador* ou *comptable* (esp.), *comptable* (fr.), *contabile* (it.).

Adjustment

“Regulação”, “retificação” (Port.), “ajustagem” (Bras.).

▲ Com relação ao motor do carro, por exemplo, usamos com mais freqüência *regulagem*.

Quanto aos sinônimos propostos para a tradução portuguesa, conviria deixar apenas “regulação”, por ser mais abrangente que “retificação”. Neste há um traço semântico que falta àquele: pensamos em motor desgastado pelo uso e não numa avaria qualquer, que pode, em geral, ser facilmente corrigida. *Retificação* implica *recondicionamento*.

Asparagus

“Espargo” (Port.), “asparago” (Bras.).

▲ Variantes marcadas pela preferência de uso. Documentamos com Marta de Lima: “Come os *espargos* à mão, as pontas só, molhadas em natas batidas com sal, limão, pimenta, como o Rodrigo gosta.” (26, p. 72)

Compare com: *asperge* (fr.), *aspàrago* ou *spàragio* (it.), *espàrrago* (esp.).

Attendance

“Comparência” (Port.), “comparecimento” (Bras.).

▲ Como podem ocorrer, ambos os termos, em Portugal ou no Brasil, marca-se aí a frequência de uso.

Exemplo de um gramático português radicado no Brasil: “Evitava, sempre, o convívio das grandes sumidades das letras francesas, o que parece muito estranho, bem como a *comparência* a sessões e festas, mandando o chanceler do Consulado para o representar.” (Marques da Cruz, 15, p. 66) Ou este outro, de Armando Antunes da Silva, escritor alentejano: “Imediatamente telefonaram para o posto da vila, pedindo a rápida *comparência* de soldados.” (48, p. 153)

Barbecue

“Festim (em que se come carne assada)” (Port.), “churrasco” (Bras.).

▲ A tradução “festim (em que se come carne assada)” recobre uma das duas acepções de *churrasco*, aquela a que os espanhóis, ao menos os de Madri, chamam *parrilada*: “reunión o fiesta campesitre en que se comen principalmente carnes asadas al aire libre, bien sobre parrilla, bien clavadas en asador.”

Ao falar do churrasco que conheceu no Rio Grande do Sul, o jornalista norte-americano Roberto A. Erlandson fixou também esse sentido de “festa ou recepção com churrasco”, como se vê no título do artigo publicado em “The Sun”, de Baltimore:

“A churrasco — barbecued beef party

typical of gaucho hospitality.”

O início do *churrasco* ou *churrascada*,

“festa típica da hospitalidade gaúcha”, assim é apresentado por ele a seus leitores:

“The savor of beef roasting over and open fire wafts from the windows of the thatched shed. Accordions and guitars play the footstomping gaucho rhythms (...)”

(O cheiro de carne assando sobre fogo ao ar livre se eleva das janelas do galpão coberto de palha. Acordeões e violões marcam os ritmos gauchescos.)

A outra acepção de *churrasco* — “carne assada geralmente ao calor da brasa, em espeto ou sobre grelha” — vem nestes versos, recolhidos por Teschauer:

“Tenho saudade dos campos
Saudades do meu rincão
Saudades do bom *churrasco*
E do mate-chimarrão.” (55, p. 52)

Basement

“Cave” (Port.), “porão” (Bras.).

▲ Para que *porão* equivalha a *cave*, “residência subterrânea, por baixo do rés-do-chão”, falta a indicação de dois traços semânticos, que poderiam vir entre parênteses: “porão (de casa e habitável)”.

Eis um exemplo de Fernando Botelho, em *A Gata e a Fábula*: “E, ao mesmo tempo, a documentá-lo pelo sentido do olfato, atingiu as narinas de Duarte, vindo duma janela de *cave*, um forte aroma a bife com muito alho.” (9, p.111)

A idéia de “abaixo de” vem bem marcada, por exemplo, em *sous-sol* (fr.), *sottosuolo* (it.) *subsuelo* (esp.), *Untergrund* (al.).

Bathing-costume

“Fato de banho” (Port.), “roupa de banho” (Bras.).

▲ Documentamos o uso português com Fernando Namora, em *Cidade Solitária*: “Vira-a pela primeira vez na praia, e logo em *fato de banho*; o corpo dela

possuía a graciosidade de uma dançarina.” (36, p.12)

Compare com: *traje de baño* (esp.), *costume da bagno* (it.) *maillot de bain* (fr.), *Badehose* (al.).

Bath-room

“*Casa de banho*” (Port.), “*banheiro*” (Bras.).

▲ Em *A Porta dos Limites*, de Urbano Tavares Rodrigues, encontramos este exemplo: “*Da casa de banho*, que comunicava com aquela saleta, vinha um cheiro a cano assaz desagradável. Lina tinha um olfato apuradíssimo: detestava aquela *casa de banho*...” (41, p. 104)

Além de casa de banho, ocorrem *quarto de banho* e *sala de banho*: “Àquela hora não há na casa um sítio que se diga seu. Mete a carta no bolso do roupão, entra no *quarto de banho*, põe a água a correr. Vai buscar a roupa, os sapatos — demora na escolha —, volta ao *quarto de banho*, despe-se, entra na *banheira*.” (Marta de Lima, 26, p. 52) — “Aproximou os pés do espelho de corpo inteiro da *sala de banho*, para ver se estavam convenientemente arranjados.” (60, p. 115)

Compare com: *salle de bain* (fr.), *sala ou stanza da bagno* (it.), *cuarto de baño* (esp.) *Badezimmer* (al.) = quarto de banho).

Banheiro, em Portugal, entre outras acepções, é o nome que se dá ao *salva-vidas*. Corresponde ao inglês: *bath-attendant*, *beach-guard* ou *lifeguard*.

Big shot

“*Magnate*” (Port.), “*mandachuva*” (Bras.).

▲ Usamos *magnata* e *mandachuva*, mas os diferenciamos: culto / popular (gíria).

Um exemplo de Fernanda Botelho: “É evidente que, hoje, submeto-me a outras infalibilidades. à dum Machiavel de quinhentos anos, sempre atual; à dos cordelinhos com que, dos altos bastidores, os *magnates* da multifronte guerra industrial provocam o bracejo dos seus fantoches.” (8, p. 34)

V. *Cock-of-the-walk*.

Bilge

Quando usado no plural: “*Tolice*” (Port.), “*bobagem*” (Bras.).

▲ Dada a preferência portuguesa por outros adjetivos que sinonimizam com *bobo* (tonto, parvo, pateta, tolo, idiota, palerma...), o substantivo daí derivado se tornou menos freqüente.

O *Dicionário da Linguagem Corrente de Inglês-Português* (6, s.v.), de Manuel I. Anacleto, exemplifica “Do you believe all that *bilges*?” (= Acreditas nesses disparates?) — e determina a área de emprego: familiar.

Bill of fare

“*Ementa*” (Port.), “*cardápio*” (Bras.).

▲ V. *menu*.

Black-market

“*Mercado negro*” (Port.), “*câmbio negro*” (Bras.).

▲ A partir de *mercado de câmbio negro*, surgiram as designações acima. Marca-se aí a freqüência de uso.

Compare com: *marcato nero* / *cam-bio nero* (it.), *mercado negro* (esp.), *marché noir* (fr.).

Boot-black

“*Engraxador*” (Port.), “*engraxate*” (Bras.).

▲ A julgar pelas poucas referências, *engraxate* não deve ser forma antiga. Antônio Joaquim de Macedo Soares registra em 1885 (51, s.v.), Afonso d'E. Taunay, em 1914 (53, s.v.) e Marques da Cruz, em 1920 (16, p. 137).

Macedo Soares acredita que o nome tenha vindo da frase — “Engraxa-te, signore” —, dita por meninos italianos que exerciam a profissão.

Marques da Cruz acha estranho o termo (“É a palavra mais esquisita que até hoje vi.”) e procura determinar-lhe o étimo: “Donde proveio? Ter-se-ia formado de *engraxate*, como está escrito em algumas tabuletas? Creio que sim.”

Substancialmente, os depoimentos de Macedo Soares e Marques da Cruz não diferem, quer se leia “ingráxati”, à maneira ítalo-brasileira, por “ingrássati”, quer se leia “engraxa-te”, à maneira portuguesa.

Considerando-se válida tal hipótese, resta explicar a transposição do acento tônico para a sílaba seguinte e o processo da substantivação.

A diástole, devida à influência analógica de termos designativos de profissões, como *alfaiate*, *mascate*, etc., explica e justifica a substantivação.

Botton

“(Apartamento) do rés-do-chão” (Port.), (apartamento) do andar térreo” (Bras.).

▲ É a mesma tradução que dá para *groundfloor* (v.).

Boy scout

“Escuteiro” (Port.), “escoteiro” (Bras.).

▲ Documentamos o uso português: “Que raio se terá passado com o nosso escuteiro para se empifar?” (61, p. 326)

Poder-se-ia fixar uma só grafia, sem prejuízo da pronúncia portuguesa e brasi-

leira: *escoteiro*, já que se sabe que, em Portugal, pode haver, em posição pretônica, neutralização entre /o/ e /u/.

V. Scouting.

Brake

Como verbo: “travar”, “meter os travões” (Port.), “brecar”, “frear” (Bras.).

▲ Do nosso *brecar*, derivado de *brequê* — aportuguesamento de *brake* “freio” —, *brecada*, sinônimo de *freada*, que equivale, em Portugal, a *travão* ou *travagem*, como encontramos nestes exemplos de Augusto Abelaira: “Os *travões* dum automóvel, uma paragem brusca a cinco centímetros duma criança.” (1, p. 31) — “Nesse momento (ela ia ao volante) foi obrigada a uma *travagem* brusca — um automóvel, quando o ultrapassávamos, guinou inesperadamente para a esquerda.” (2, p. 36-7).

Exemplos de *travar* e *meter os travões* aparecem em Urbano Tavares Rodrigues e Luís de Sttau Monteiro, respectivamente: “Um ciclista, que seguia adiante do carro, desequilibrou-se e caiu, salvando-se devido ao sangue-frio de Lina, que conseguiu *travar*.” (41, p. 82) — “O agente menos graduado viu que o carro americano parara à sua frente e *meteu travões* apressadamente.” (34, p. 155).

Travar também ocorre no Brasil, ao lado do substantivo *travada*.

Compare com: *freiner*/ *frein* (fr.), *frenare*/ *freno* (it.), *frenar*/ *freno* (esp.).

Bus

“Autocarro” (Port.), “ônibus” (Bras.).

▲ Em *O Sermão do Fogo*, de Agustina Bessa Luís, vem este exemplo: “Só de noite se atreve a sair a pé, sem ter de acotovelar-se com as buscadoras de

autocarros, os viajantes do metro, os frequentadores das gares donde partem para todo o mundo aviões e comboios.” (29, p. 153).

Decalque de *autobus* (fr., it., esp., al.).

Mário-Henrique Leiria, em seus *Contos do Gin-Tonic*, usa a própria forma inglesa: “Saiu do *bus*, quase em frente à porta de casa, esfregou as mãos enluvasadas e atravessou a rua, atento ao trânsito.” (25, p. 171).

Ônibus também ocorre em Portugal, mas com outros sentidos.

Bus stop

“Paragem” (Port.), “parada” (Bras.).

▲ Exemplo de Fernando Namora: “Quando vinha do Cais do Sodré para aqui, e estava na *paragem* do autocarro, passou um tipo giro, num automóvel.” (36, p. 192).

O espanhol, como nós, diz *parada* (parada de autobus).

V. omnibus.

Butcher

“Homem do talho” (Port.), “açougueiro” (Bras.).

▲ Ao lado de *homem do talho*, ocorre também, em Portugal, *carnicheiro*, tradução dada ora a *butcher*, ora a *flesher*. Eis um exemplo de Marta de Lima: “As pratas fecham-se no armário. Pratas são para servir, não são para exibir, todos nós sabemos que ela as tem, e quem é que hoje ostenta pratas? Só os *carnicheiros* lá na nossa terra.” (26, p. 30).

Butcher's shop

“Talho” (Port.), “açougue” (Bras.).

▲ Embora em Portugal se diga tanto *talho* quanto *açougue*, haja vista a

observação de Arlindo de Sousa, em *A Língua Portuguesa no Brasil* (52, p. 163-4), cremos que o primeiro seja mais frequente que o segundo.

Na tradução portuguesa do romance *Le petit chose*, de Alphonse Daudet, se colhe este exemplo: “Quando, nos *talhos*, a velha Annou pedia uma “carbonade”, o *carnicheiro* largava-lhe, em plenas bochechas, uma gargalhada de troça; não sabia o que era uma “carbonade”, o selvagem...” (17, p. 22) Ou, em Urbano Tavares Rodrigues, este outro: “Bonjour, monsieur Pacenti”. O dono do *talho*, o barbeiro catalão, a empregada da pastelaria cumprimentavam-no polidamente.” (41, p. 29).

No Brasil, paralelamente a *açougue*, já se encontra, ao menos como nome próprio comercial, *casa de carne*; “Casa de Carne Cláudio Adão”, “Casa de Carne e Mercearia Boa Vista”, “Casa de Carne e Peixaria São Marcos”...

Canadian

“Canadiano” (Port.), “canadense” (Bras.).

▲ Como a marcar a preferência por *canadiano*, vários dicionaristas portugueses o colocam em primeiro lugar (*canadiano* ou *canadense*) ou lhe dão o verbete principal, para onde remetem o leitor que vai em busca de *canadense* ou *canadiense*. Nem faltam aqueles que registram apenas *canadiano*.

Dentre as várias possibilidades sufixais, no campo dos gentílicos, os portugueses preferiram *canadiano* a *canadense*, ao contrário dos brasileiros. Com isso, ficaram mais próximos do inglês.

Canoe

“Canoa” (Port.), “igara” (Bras.)

▲ No Brasil, empregam-se ambas as formas, a exemplo de *canoeiro* e *igariteiro*. Deve-se observar, contudo, que *canoa* e *canoeiro* são mais frequentes e

mais gerais que *igara* e *igariteiro*. Estas duas últimas ocorrem ao Norte do país, ao lado daquelas outras.

Na próxima edição, deixe-se, S.M.J., apenas *canoas*.

Card-index

“Ficheiro” (Port.), “fichário” (Bras.).

▲ Fernando Namora, em *Cidade Solitária*, exemplifica: “Trabalho na seção de *ficheiro*. *Ficheiro* de clientes, *ficheiro* de gravuras, *ficheiro* de fornecedores, *ficheiro* de matérias-primas. *Ficheiros*, *ficheiros*. Na minha cabeça já não há outra coisa: papéis catalogados.” (36, p. 191).

Ficheiro, entre nós, é “o que, no jogo, conta ou distribui fichas”.

Compare com *bolseiro/bolsista* (v. *scholarship holder*) e ainda com *fichero* (esp.), *fichier* (fr.), *shedario* (it.).

Centre-forward

“Avançado-centro” (Port.), “centroavante” (Bras.).

▲ Em jornais de esporte portugueses, encontra-se também: *dianteiro-centro*, como em espanhol: *delantero centro*.

O nosso *centroavante* pode ser comparado ao italiano *centravanti* e a esta outra forma espanhola: *centrodelantero*.

Entre nós ainda ocorrem: *comandante de ataque* ou, com elipse do determinante, *comandante*, e *ponta-de-lança*.

Chewing-gum

“Pastilha elástica” (Port.), “goma de mascar” (Bras.).

▲ Encontramos *pastilha elástica* na tradução da obra *The Chapman Report*, de Irving Wallace: “Agora era a cara de

bolacha, nariz retorcido e mandíbulas salientes do mascarador de *pastilha elástica*.” (61, p. 465).

Em José Cardoso Pires aparece *goma*: “Havia ainda outro indivíduo mas esse não conversava nem ouvia. Mascava *goma*”. (38, p. 138).

Urbano Tavares Rodrigues, em *A Porta dos Limites*, (41, p. 220) e José Cardoso Pires, no romance acima citado (38, p. 140), empregam a própria forma inglesa.

Além de *pastilha elástica*, encontramos, com menos frequência, *chicle*: “O bairro é pouco dado a mastigar *chicle*”. (José Rodrigues Miguéis, 32, p. 70).

No Brasil, ao lado de *goma de mascar*, temos também *chicle* (v. Clarice Lispector, 27, p. 20) e as variantes mais freqüentes *chiclê* e *chiclete*.

Compare com: *goma de mascar* (esp.), *gomma da masticare* (it.), *Kaugummi* (al.; = goma de mascare).

V. spearmint

Cigarette holder

“Boquilha” (Port.), “piteira” (Bras.).

▲ Exemplo de Augusto Abelaira: “Cachimbo como a mulher do Brecht, não. Mas já usei *boquilha*.” (1, p. 27).

Compare com: *boquilla* (esp.), *bocchino* (it.).

City hall

“Câmara Municipal” (Port.), “prefeitura” (Bras.).

▲ Serve de exemplo o verbete “almeida”, extraído do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo: “(Termo de Lisboa) Empregado da *Câmara Municipal*, ocupado na limpeza da cidade.” (22)

Geralmente ocorre sem o determinante, dada a clareza do contexto: “Silva

Sequeira, secretário da *Câmara* e o homem que mais manda no município — precisamente porque na terra dos cegos... —, corroborava.” (Mário Ventura, 58, p. 28). — “Na véspera, as mulheres tinham marchado sobre a Vila e, todas em coro, apresentaram-se na *Câmara*. Pediam pão para casa, trabalho para os maridos”. (José Cardoso Pires, 38, p. 34)

V. *mayor*.

Cock-of-the-walk

Homem importante ou influente em seu meio: “Mandão” (Port.), “manda cheva” (Bras.).

▲ Usamos os dois termos, embora *mandachuva* seja mais expressivo, graças, principalmente, à hipérbole: é como se o chefe, por ser poderoso, pudesse influir até sobre o tempo.

Em inglês, sobressai a figura do galo: *the cock of the walk* = o galo da aldeia.

Galo, com o sentido de “indivíduo de mais influência e importância”, já vem registrado, por exemplo, no *Novo Dicionário Brasileiro*, da Melhoramentos.

V. *big shot*.

Crusher

Moenda (de cana-de-açúcar): “Pisador” (Port.), “engenho” (Bras.).

▲ *Pisador*, cujo nome nos reporta ao estágio primitivo da evolução da indústria vinícola, quando se esmagavam as uvas com os pés, continua ligado às uvas e não já à cana-de-açúcar.

Curb

“Rebordo do passeio” (Port.), “meio-fio” (Bras.).

▲ Exemplo de Augusto Abelaira: “Fazio levantou de súbito o pé. Debaixo do sapato, mas trepando-lhe à consciência, qualquer coisa de elástico. de viscoso

e ainda fresco. Esfregou a sola, demoradamente, no “rebordo do passeio.” (3, p. 29)

Compare-se com o francês *bord du trottoir*.

V. *kerb*.

Daddy

“Papá” (Port.), “papai” (Bras.).

▲ Os portugueses, a exemplo dos espanhóis, dizem *papá*, como vemos em Agustina Bessa Luís: “Crescemos, foi cada um para seu lado... Casamos todas, só Corina é que não. Imitava-me sempre, andava atrás de mim por toda a parte, mas ficou em casa com o *papá*.” (29, p. 170)

Dial

Peça dos aparelhos telefônicos automáticos por meio da qual se faz a ligação com o número desejado: “Marcador” (Port.), “disco” (Bras.) / “Marcar” (port.), “discar” (Bras.).

▲ Exemplo de *marcador*: “Com o dedo no *marcador* antes que outros marquem o mesmo número.” (Mário Dionísio, 18, p. 48)

Quanto a *marcar*, na acepção de “discar”, tanto se usa em Portugal quanto no Brasil. Aqui, contudo, é menos frequente. Em Augusto Abelaira, este exemplo: “Decerto o telefone estava interrompido, porque poisou o auscultador e tornou a *marcar* o número. Fazio?” (3, p. 67)

Drawer

“Desenhador” (Port.), “desenhista” (Bras.).

▲ Em Manuel de Paiva Boléo: “Alberto Menarini, porém, entende que deve “acolher-se com reserva” esta explicação e propõe outra, sobre cuja validade me não posso pronunciar: o nome de uma personagem — “Eugene the Jeep” — criada pelo *desenhador* humorístico Elzie Crisler Segar.” (7, p. 13)

Outro exemplo encontramos na tradução portuguesa de *The Plot*, de Irving Wallace: “matriculara-a na Escola Paroquial de Desenho, mas tirara-a de lá pouco tempo depois, receosos de que ela se banalizasse, e promovera-a de manequim a *desenhadora* assistente.” (60, p. 170)

Diferença morfológica entre duas normas-padrão comparável a *comentador* (Port.), *comentarista* (Bras.). Em inglês: *commentator*.

Driving licence

“Carta de condução” (Port.), “carteira de chofer” (Bras.).

▲ *carta de chofer* é menos freqüente que *carta de motorista*, *carteira de motorista* ou, ainda, *carteira de habilitação*. A menor freqüência, observada entre *carta* e *carteira*, talvez se prenda à própria forma de expedição do documento oficial: a princípio, expediam-no em forma de carta e, depois, isto é, mais recentemente, em forma de carteira.

Na tradução portuguesa do romance *The Plot*, de Irving Wallace, vem este exemplo: “falemos de mim. Elisabeth é para a minha *carta de condução*, para as tias solteiras e para os clientes casados que tentam marcar-me entrevistas.” (60, p. 166)

Sem o determinante, há este exemplo de Augustina Bessa Luís: “A modorra da tarde, com os vadios todos encostados, o pé contra a parede, o chapéu desbotado de banda; e os *chauffers* de táxi, que acreditam perder a *carta* um dia e se previnem com um ofício de serralheiro ou electricista”. (29, p. 273)

Dustman

“Homem do lixo” (Port.), “lixeiro” (Bras.).

▲ Usamos ambas as designações e ainda esta outra, que ocorre em Portugal: *varredor*, menos ampla que as anteriores, a não ser que venha seguida de determi-

nante, como neste exemplo de José Rodrigues Miguéis, no conto “Arroz do Céu”: “O que se derramou no pavimento da rua, lá fica: é com os *varredores municipais*.” (32, p. 69)

Homem do lixo traduz as formas inglesa (*dustman*) e norte-americana (*garbage man*), embora não pensemos em decalque, dada a preferência portuguesa por construções desse tipo (homem do pão, homem do leite, homem do talho, homem da tenda, etc., ao lado de padeiro, leiteiro, carnicheiro, tendeiro).

Cândido de Figueiredo dá como termo de Lisboa *almeida* — “empregado da Câmara Municipal, ocupado na limpeza da cidade”. (22)

Financier

Especialista em *finanças*: “Financeiro” (Port.), “financista” (Bras.).

▲ Exemplo de Mário Dionísio: “Outro, ainda, há que arranjà-lo nos jantares com clientes possíveis, ricos, *financeiros* de empresas que vão nascer ou se transformam.” (18, p. 35)

Compare com: *fogueiro/foguista* (v. *stoker*), *bolseiro/bolsista* (v. *scholarship*).

Football fan

“Doente da bola” (Port.), “torcedor de futebol” (Bras.).

▲ Traduções próximas da designação inglesa, em que *fan* está por *fanatic* “admirador apaixonado” (“Ele era sportinguista apaixonado e o Sporting perdeu.” (4, p. 299)

Compare com: *hincha* e *seguidor* (esp.), *tifoso* (it.), *supporter* (fr.).

Girl

“rapariga”, “menina” (Port.), “moça” (Brasil e Norte de Portugal).

▲ Exemplos que documentam o uso português: “Em frente de nós um grupo

de *raparigas*: vinte anos por fazer, frescas, saias muito curtas, meias coloridas deixando os joelhos a descoberto, falavam em voz alta.” (Augusto Abelaira, 2, p. 90) — “A *menina* não reage, preservada nas suas peles, protegida na sua invulnerabilidade de dama da alta.” (Marta de Lima, 26, p. 127)

Não só ao Norte de Portugal, mas também em outras regiões, ocorre *moça*: “pois não era Rosalina uma *moça* decente, discreta?” (Fernanda Botelho, 10, p. 15) — “Deve ser boa *moça*, essa Rosalina!” (id., 10, p. 36) — “A *moça* não parecia cair em logros com facilidade.” (id., 10, p. 206) — “Tóino Valentim namorava uma *moça* de um sítio bisonho, escondido da charneca, onde uma vez pedira alojamento. Contara uma história, a *moça* ficara presa à sua voz amaciada pela solidão. Mas os pais dela torceram o nariz ao romance, ficaram mesmo escandalizados, um homem daqueles, sabia-se lá quem era, donde vinha, ou o que fazia...” (Antunes da Silva, 48, p. 147) — “Quando uma *moça* é formosa e tem jeitos de princesa, e o rapaz é saudável, escorreito, atrevido e amorudo (...)” (id., 48, p. 229)

J. A. Capela e Silva, em *A Linguagem Rústica no Concelho de Elvas*, registra *moça* com o sentido de “rapariga em idade de casar”. (50, p. 122)

Em *Cândido* de Figueiredo(22), no verbete *moça*, aparece o sentido acima registrado (*young woman*), ao lado de outros dois, dados, respectivamente, como termo chulo lisboeta (*strumpet*) e provincianismo (*maid*).

Goal

Na linguagem esportiva: “Golo”, “ponto” (Port.), “gol” (Bras.).

▲ Todas as formas acima ocorrem no Brasil, embora a mais freqüente e mais geral seja *gol*. *Golo*, ao lado de *gol*, ainda vive, por exemplo, em Porto Alegre (RS).

Quanto a *ponto*, sinonimiza com *gol* e *tento*, na linguagem jornalística.

Desde 1943, haja vista o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, gramáticos e dicionaristas andam às voltas com o plural de *gol*, na terra do futebol. Diante do hibridismo gráfico *gols*, que não é inglês (*goals*) nem português, apresentam soluções de gabinete inexequíveis, já que se afastam do uso vivo da língua, como, por exemplo: *góis* (cp.: sol / sóis), *goles* (cp.: mal / males), quando *gous* é a pronúncia mais generalizada entre nós, justificando o aportuguesamento do inglês *goals*.

O aportuguesamento poderia ter-se verificado já no singular — *gou* em vez de *gol* —, a exemplo de *foul*, tornado *fau* “falta”, “infração”, mas, a esta altura, a pressão das formas derivadas (golaço, goleada, goleador, goleiro, goleraco...) o impede.

Em síntese: *gol / gous; golo / golos*.

Groundfloor

“rés-do-chão” (Port.), “andar térreo” (Bras.).

▲ Em David Mourão-Ferreira, este exemplo: “Vocês moravam no rés-do-chão; nós, no primeiro andar. E havia a cave, que vos pertencia.” (19, p. 31)

V. *bottom*.

Gutter

“Algeroz”, “caleira” (Port.), “calha” (Bras.).

▲ Apesar de *algeroz* ser antigo em Portugal (v. José Pedro Machado, 30, p. 211, s.v.) e vir registrado em vários dicionários modernos, é quase infreqüente diante de *caleira*, a julgar, ao menos, pelos textos literários e pelos glossários de que dispomos. Conviria, S.M.J., não incluí-lo na próxima edição.

Para documentar *caleira*, Vergílio Ferreira, em *Alegria Breve*: “Passa um

murmúrio de água, ao longo da sua *caleira*.” (21, p. 216)

Handlebar

Barra de direção de bicicletas, motocicletas, lambretas, etc.: “Guiador” (Port.), “guidão” (Bras.).

▲ Na tradução portuguesa de *La chute*, de Albert Camus: “A Holanda é um sonho, meu caro senhor, um sonho de ouro e de fumo, quanto mais fumoso de dia mais dourado de noite, e noite e dia este sonho é povoado de Lohengrins como estes, esgueirando-se, irrealis, sobre as suas negras bicicletas de *guiadores* altos, cisnes fúnebres que giram incessantemente em todo o país, em torno dos mares, ao longo dos canais.” (12, p. 27-8)

A par de *guidão*, ocorre, às vezes, *guidom*.

Compare com o francês *guidon*.

Heads or tails

“Cruzes ou cunhos” (Port.), “cara ou coroa” (Bras.).

▲ Como lembra José Leite de Vasconcelos, “deve entender-se que cada um adapta às respectivas moedas as exclamações e o nome do jogo.” (57, p. 226)

Em Urbano Tavares Rodrigues, observa-se o cruzamento das duas expressões: “*Caras*, montava-o eu; *cunhos*, o meu irmão. A moeda de dez tostões subiu ao ar como um exorcismo, caiu sobre um calhau, encalhou num púcaro de lata ali perdido, esquecido, tiniu, rolou, voltou-se enfim, junto a uma tojeira maninha, ardida dos charoucos. *Caras!* Era comigo.” (42, p. 93)

Metonimicamente, *cunho* aparece como “moeda” em *morde-cunhos* (“avarento”), na tradução portuguesa das *Fábulas de La Fontaine*, feita por Felinto Elisio: “Um *morde-cunhos* tinha amuado

tanto, ... (Cp.: “Un *pince-maille* avait tant amassé, ... V. “L’*Enfouisseur* et son *Compère*”.)

Compare, quanto à disposição dos termos, com o francês: (jouer à) *pile ou face* (literalmente: (jogar) coroa ou cara).

Hinterland

“Interior” (Port.), “sertão” (Bras.).

▲ Exemplo de David Mourão-Ferreira: “A África fora para ele, durante cinco anos, a solidão exaltante, e depressivamente ao mesmo tempo, do “interior”. (19, p. 158-9)

Em vez de *sertão*, caberia *hinterlândia*, com as várias acepções que a palavra comporta. V. *Novo Dicionário Brasileiro*, da Melhoramentos.

Holidaymaker

“Veraneante” (Port.), “veranista” (Bras.).

▲ Exemplo de José Rodrigues Miguelis, em *Gente da Terceira Classe*: “Era evidente que o bangalô fora construído ou reparado para receber *veraneantes*. Mas estava desocupado.” (32, p. 103)

Duas normas dentro do mesmo sistema: varia a seleção sufixal.

Hostess

Funcionária que, a bordo de aviões comerciais, presta serviços aos passageiros: “Hospedeira” (Port.), “aeromoça” (Bras.).

▲ Temos encontrado também com determinante: *hospedeira do ar* (*air hostess*): “E, esvoaçante, o enxame das *hospedeiras do ar* ou de terra, graças abelhas azuis, obrigadas ao “keep smiling”. (Urbano Tavares Rodrigues, 42, p. 176)

Compare com o francês: *hôtesse de l’air*.

Kerb

“Berma (do passeio)” (Port.), “meio-fio” (Bras.).

▲ *Berma*, como os exemplos abaixo o demonstram, ora traduz o nosso *meio-fio* (*kerbstone*), ora o nosso *acostamento* (*shoulder*): “Seguia com lentidão, procurando um lugar para estacionar na *berma* da direita.” (61, p. 144) — “Para lá da curva, as *bermas* dos passeios estavam pejadas de carros.” (id., p. 144) — “Paul chegou o descapotável para a *berma* da estreita estrada, a fim de deixar passar uma camioneta de carga.” (id., p. 365) — “Ouviram o *klaxon* dum automóvel e desviaram-se para a *berma* da estrada.” (José Cardoso Pires, 39, p. 70) — “Só teve tempo de poisar o filho numa das *bermas*, e de abrir os braços, bem a meio da estrada.” (Soeiro Pereira Gomes, 24, p. 265)

V. *curb*.

Kick

“Chuto” (Port.), “chute” (Bras.).

▲ No aportuguesamento do inglês *shoot*, optamos por uma classificação (vogal temática —e) e Portugal, por outra (vogal temática —o). Compare, por exemplo, com: *equipa* (Port.), *equipe* (Bras.), aportuguesamento do francês *équipe*.

Lance-corporal

Antiga graduação militar, acima do soldado e abaixo do cabo-de-esquadra: “Segundo-cabo” (Port.), “anspeçada” (Bras.).

▲ A história de *anspeçada*, contada por Gomes Monteiro e Costa Leão: “Esta palavra, que designava um posto inferior ao de cabo, provém das palavras italianas *lancia spezzata* (lança quebrada). Dai tira-

ram os franceses o seu *anspessade*, e deste tomamos nós o *anspeçada*.

Chamavam-lhe assim porque este posto era dado aos velhos gendarmes que, não podendo servir já na cavalaria, cuja arma principal era a lança, ficavam agregados, como por uma espécie de reforma, aos corpos de infantaria. Ali, por distinção, eram empregados em postar e retirar sentinelas, vigiar os soldados novos, etc., conservando a sua antiga paga que era mais avultada que a de infantaria.

Depois deu-se o nome de *anspeçada* aos soldados que, pelas suas qualidades, eram encarregados do comando de uma esquadra, fazendo como tal serviço de cabos. Era o posto intermédio ntre soldado e primeiro cabo, correspondente ao atual segundo cabo. Tinha por distintivo uma divisa em cada braço, cabendo a distinção aos melhores soldados da fileira, embora analfabetos.” (33, p. 31)

Eis, em ordem decrescente, a hierarquia militar brasileira, na época colonial e imperial, dentro do exército: marechal-de-exército; tenente-general; marechal-de-campo; brigadeiro; mestre-de-campo, ou coronel; tenente-coronel; sargento-mor ou major; ajudante ou capitão; tenente; alferes; primeiro-cadete; segundo-cadete; primeiro-sargento; furriel; cabo-de-esquadra; anspeçada; soldado.

Como se trata de um dicionário que procura, antes de tudo, o vocabulário básico, conviria, S.M.J., não registrar o termo na próxima edição.

Leather shoes

“Sapatos de cadebal” (Port.), “sapatos de couro” (Bras.).

▲ Na tradução portuguesa do romance *The Plot*, de Irwing Wallace, aparece este exemplo: “O mundo de Lisa era um rodopiante caleidoscópio de calças justas de *nylon*, cor de laranja, um império de carpetes e saias cor-de-rosa (...), conjuntos de fazenda castanha, vestidos

de passeio com vidrilhos, pulseiras encantadoras, malas e *sapatos de cadebal*.” (60, p. 178).

Na mesma obra e no mesmo volume, há outros exemplos, relacionados, porém, com sandália (p. 100), bolsa (p. 102) e cinto (p. 103).

Em Augusto Abelaira, encontramos de *cadebal* e de *cóirõ* aplicados a uma mesma saia: “Presente por baixo da frieza da saia de *cadebal* de Ana Isa o volume das ligas.” (4, p. 204) — “Osório observou-a um instante, observou-lhe a saia preta de *coiro*, a camisola preta.” (4, p. 161)

Left-winger

Em linguagem esportiva, jogador de futebol que ocupa a extremidade esquerda da linha dianteira: “Extremo-esquerdo” (Port.), “ponta-esquerda” (Bras.).

▲ Além de *ponta-esquerda*, dizemos *extrema-esquerda*.

Sinônimo de *left-winger*: *outside left*.

Lift

“Boléia” (Port.), “carona” (Bras.).

▲ Exemplificamos com Fernando Namora e Mário Dionísio, na devida ordem: “Era um sol danado, caminhadas que nunca mais acabavam. E eles subiam. Ninguém ia desprezar uma *boléia*.” (36, p. 161) — “Se calhar veio com ele, é quase certo, aproveitou a *boléia*, devem ter parado pelo caminho, na bomba de gasolina.” (18, p. 13)

Embora com baixa frequência, encontramos *boléia* como “carona (exclusiva de caminhão)”, entre São Paulo e Minas Gerais.

V. *thumb a ride*.

Lorry

“Camião” (Port.), “caminhão” (Bras.).

▲ Documentamos o uso: “(...) o rascante deslizar do *camião* do lixo rua abaixo, o eco metálico das latas projetadas de encontro aos passeios...” (Fernanda Botelho, 8, p. 17)

Compare com: *camion* (fr.), *camión* (esp.).

V. *truck*.

Lottery

“Lotaria” (Port.), “loteria” (Bras.).

▲ Faure da Rosa, em *O Massacre*: “A política, como a *lotaria*, aproveita aos outros.” (46, p. 13)

Variantes sufixais: *-aria* / *-eria*, como: *carroçaria* / *carroceria*; *lavandaria* / *lavanderia*; *leitaria* / *leiteria*; *selvageria* / *selvageria*...

Compare com: *lotteria* (it.), *lotterie* (fr.), *lotería* (esp.).

Lottery-ticket seller

“Cauteleiro” (Port.), “bilheteiro”, *cambista*” (Bras.).

▲ Exemplo de Urbano Tavares Rodrigues: “A chuva parou. No passeio atropelam-se os basbaques, os ardinhas, os *cauteleiros* e os tradicionais vendedores de canetas, relógios e camisas-de-vênus, que se parecem todos uns com os outros, subalimentados, mas insinuativos, amarelentos, de queixo caprino, dentes enegrecidos.” (43, p. 64)

Ao vendedor de bilhetes de loteria com ágio, costumamos chamar com mais frequência *bilheteiro*. *Cambista* é mais abrangente, pois engloba, em geral, dois tipos de vendedores: o que, pelas ruas, vende bilhetes de loteria e o que, à porta das casas de diversão (cinema, teatro, estádio, etc.), vende ingressos. A tendência, hoje, é marcar essa diferença com termos diferentes: *bilheteiro* (bilhetes de loteria); *cambista* (ingressos para casas de espetáculos).

Lounge-suit

“Fato de passeio” (Port.), “traje de passeio” (Bras.).

▲ Exemplos com a tradução de *The Plot*, de Irving Wallace: “Que peguem nas duas malas maiores, as de couro castanho, e lhes metam dentro três fatos, um antes quatro, dois de noite e dois de passeio.” (60, p. 212)

V. *suit*.

Magnet

“Íman” (Port.), “imã” (Bras.).

▲ Documentamos o uso português: “Tu que atraías. como se tivesses íman, os toiros tresmalhados da Devesa com o teu absurdo, ridículo, querido, imenso guarda-chuva preto, que te servia de chapéu-de-sol.” (Urbano Tavares Rodrigues, 44, p. 16)

Quanto ao plural, convém observar: *ímanes* (Port.), *imãs* (Bras.). Lembre-se também: *hímen/hímenes*; *hífen/hífenes* (Port.); *himen/himenes*; *hífen/hífens* (Bras.).

Compare com: *imán* (esp.) e *aimant* (fr.).

Mayor

“Presidente da Câmara Municipal” (Port.), “prefeito” (Bras.).

▲ Exemplo de Armando Antunes da Silva, em *Suão*: “Abominava a política, mas entretinha-se com os políticos, e nas assembléias, ao tomar a palavra, defendia, obviamente, o Sistema. Porém, convidaram-no para *presidente da câmara*, mas não aceitou.” (48, p. 164)

Compare com: *Bürgermeister* (al.; = burgomestre) ou com *maire* (fr.), “premier magistrat de la commune (= chefe da administração municipal).

V. *city hall*, *provost*.

Menu

“Ementa”, “lista” (Port.), “cardápio” (Bras.).

▲ Na tradução portuguesa do romance *The Chapman Report*, de Irving Wallace, aparecem as duas designações: “Repentinamente ambos tiveram consciência de que não estavam sós, o restaurante fervilhava de gente. Kathleen percorreu a *ementa* cuidadosamente, escolhendo o que lhe pareceu que ele esperaria que fosse do seu gosto.” (61, p. 404) — “Depois ligou para a senhora Symonds recomendando-lhe que incluísse na *ementa* a bola, retirando da *lista* as carnes frias.” (61, p. 533)

A par de *ementa* e *lista*, ainda ocorre em Portugal *menu*: “Rita tem o frango já limpo fora do frigorífico, a lata de ervilhas ao lado e sabe que ela viu tudo sobre a mesa da cozinha. Já impôs o *menu* do jantar, quer conversa.” (Marta de Lima, 26, p. 86)

Miss

“(Jovem) menina (Port.), “senhorita”, “senhorinha” (Bras.) / “(Título) senhora (dona), “menina” (Port.), “senhorita” (Bras.).

▲ No primeiro caso, teríamos exemplos deste tipo: “M. Mary Smith” = “A menina Maria Smith” (Port.), “A senhora Maria Smith” (Bras.). No segundo caso, como forma de tratamento: “How are you, Mrs. Martin?” = “Como está, dona (ou senhora) Martin?” (Port.). Entre nós, diríamos da mesma maneira, por se tratar de senhora casada. *Mrs.*, aí, está por *mistress* “senhora”.

Convém observar que, sem levar em conta o estado civil ou a idade da pessoa, também empregamos, por respeito ou cerimônia, *senhora*.

Quanto a *senhorita*, deve-se dizer, sem demarcar com rigor a idade, que é tratamento dado, em geral, às mulheres solteiras.

Considere este exemplo da escritora portuguesa Marta de Lima, em que aparece uma mulher solteira, mas quarentona: "Nessa tarde esquecerias a *rapariga-velha* que te entrara no gabinete." (26, p. 80)

No Brasil, o escultor baiano Oswaldy la Fuente deu a uma de suas obras, onde figuravam beatas de idade e solteiras, o nome de *moças-velhas*.

Entre *senhorita* e *senhorinha*, é preferível ficar com o primeiro, já que o último vai caindo em desuso.

Mouse

"Rato" (Port.), "camundongo" (Bras.).

▲ Usamos os dois termos: o primeiro é mais abrangente que o segundo. O *camundongo* é o *ratinho* pro excelência: tem aproximadamente 90 mm de corpo e 90 mm de cauda.

Lembre-se, aqui, o antropomorfizado Mickey Mouse, que o cinema e as histórias em quadrinhos notabilizaram.

Em Portugal, ao menos em Lisboa, chamam ao nosso *camundongo* "ratinho" ou "murganho", como já o comprovava Visconde de Taunay, em 1921 (54, p. 67), e o reafirmam José Rodrigues Miguéis, no conto "O Viajante Clandestino": "Pequeno como um *murganho*, a tremer de medo e frio na fatiota leve, à espera da sentença." (32, p. 49) e Fernanda Botelho, no romance *O Ângulo Raso*; *O ratinho*, ao lado, ergueu a cabeça em ar de desafio, e mostrou-se inteiro, numa pequenina ira de animal ferido na sua susceptibilidade." (10, p. 212).

Ao lado de *camundongo*, acrescenta-se *ratinho*.

Night-dress

"Camisa de dormir" (Port.), "camisola" (Bras.).

▲ Na tradução portuguesa do romance *The Chapman Report*, de Irving Wallace, aparece, ora *camisa de dormir*, ora *camisa de noite*: "Costumo deitar-me em *camisa de dormir*." (61, p. 333) — "Mary Ewing McManus estava sentada na cama desfeita, com as longas e finas pernas escondidas sob a *camisa de noite* de seda azul." (61, p. 43)

Compare com o espanhol *camisa de noche* ou com o francês *chemise de nuit* ou *robe à dormir*.

V. *vest*.

Omnibus

"Autocarro" (Port.), "ônibus" (Bras.).

▲ Exemplos de Urbano Tavares Rodrigues e Augusto Abelaira, respectivamente: "Numa paragem, defronte de Vitor, aglomerava-se muita gente, à espera do *autocarro*." (41, p. 100) — "O *autocarro* começava a afrouxar, aproximando-se da paragem." (5, p. 189)

V. *bus*.

One way street

"Rua de sentido único" (Port.), "rua de mão única" (Bras.).

▲ No Brasil, usamos tanto *sentido* quanto *mão*, na acepção de "direção do trânsito nas ruas e estradas".

Documentamos o uso português com exemplo extraído da tradução do romance *The Plot*, de Irving Wallace: "Agora, na sua frente, havia mais barreiras e polícias, desviando o trânsito do Palais Rose para uma *rua de sentido único*." (60, p. 313)

Compare com: *rue à sens unique* (fr.), *via da senso único* (it.), *Einbahnstrasse* (al.; = rua de direção única).

Overalls

“Fato-macaco” (Port.), “macacão” (Bras.).

▲ Alguns exemplos: “Vestem fatos-macacos sujos de óleo. No amplo bolso traseiro dum desses fatos espreita uma chave-inglesa. Os mecânicos riem com saúde.” (Altino M. do Tojal, 56, p. 38) — “Limpou rapidamente a garrafa com um pano que trazia no bolso do fato-macaco.” (61, p. 70) — “Um criado, a um canto, desabotoava o casaco branco do uniforme e viu um mexicano de fato-macaco que entrava com uma vasoura na mão.” (61, p. 455)

Com elipse do determinado: “Até que um dia, depois de olhar em roda, não andasse alguém a espiá-lo, abaixou-se, ajuntou os bagos com a mão, num montículo, e encheu com eles um bolso do macaco.” (José Rodrigues Miguéis, “Arroz do Céu”, 32, p. 70)

Overcoat

“Sobretudo” (Port.), “paletó” (Bras.).

▲ *Paletó*, para nós, traduz *coat*, não *overcoat*. É que, ao contrário do *sobretudo*, que é um casaco longo, o *paletó* é um casaco curto, cujo comprimento não vai além dos quadris.

Pedestrian

“Peão” (Port.), “pedestre” (Bras.).

▲ Exemplo de Agustina Bessa Luís: “Fuma-se um outro cigarro que se não termina, que se consome nos lábios enquanto se arranca outra vez, se pula, se medem as distâncias, se insulta o condutor vizinho, o *peão* retardatário.” (29, p.

153) Outro, extraído da tradução portuguesa de um romance de Irving Wallace: “Desafiando a lei, buzinas irritadas beravam em uníssono à retaguarda. Rapidamente Brennan pagou ao motorista e correu para o passeio, indo cair num turbilhão de *peões* apressados que se empurravam e trocavam cotoveladas à medida que procuravam alcançar o Palais Rose.” (60, p. 313)

Compare com: *piéton* (fr.), *pedone* (it.), *peón* (esp.).

Pickpocket

“Carteirista” (Port.), “batedor de carteiras” (Bras.).

▲ Também dizemos, na gíria: *punguista*.

Documentamos o uso português com Augusto Abelaira: “E os quatro, a senhora, o rapaz, o polícia, abriram caminho por entre a multidão. Um *carteirista*?” (1, p. 141)

Pincers

Espécie de tenaz ou alicate: “Turquês” (Port.), “torquês” (Bras.).

▲ Diferença semelhante a outras, como: *ortiga* (Port.), *urtiga* (Bras.); *húmido* (Port.), *úmido* (Bras.), que ainda persistem, à espera de uma solução interacadêmica.

Plumber

“Canalizador” (Port.), “bombeiro”, “encanador” (Bras.).

▲ Aparece na tradução portuguesa dos *Contos Escolhidos*, de Guy de Maupassant: “Em volta dele, as testemunhas principais. a senhora Flamèche, viúva da vítima e os chamados Luís Ladureau, operário marceneiro, e João Durdent, *canalizador*.” (31, p. 301) Ou nas

Gaivotas em Terra, de David Mourão-Ferreira: “À ilharga da “dona” Augusta, o vulto de um rapazola magro, de fato-macaco, com uma caixa de folha suspensa do ombro. — Aqui lhe trago o canalizador!” (19, p. 202)

Police-station

“Esquadra de polícia” (Port.), “delegacia de polícia” (Bras.).

▲ Exemplo de Urbano Tavares Rodrigues, em *A Porta dos Limites*: “Chegaram à esquina da Rue des Chapeliers, onde havia justamente, num pequeno largo, uma *esquadra de polícia*.” (41, p. 93)

Sem o determinante: “Dirigimo-nos a pé para a *esquadra* do bairro, eu com o coração a pulsar penosamente.” (José Rodrigues Miguéis, “O Anel de Contrabando”, 32, p. 134)

Provost

“Presidente da câmara municipal” (Port.), “prefeito” (Bras.).

▲ Exemplificamos com Mário Ventura: “Morgado é o *presidente da Câmara*, comandante do Porto e da Brigada e grande proprietário no concelho.” (58, p. 31)

V. mayor, city hall.

Railway

“Caminho de ferro” (Port.), “estrada de ferro” (Bras.).

▲ Exemplo de Armando Antunes da Silva: “Quem lhe mandara a ele trazer para casa a ambiciosa filha de um agulheiro dos caminhos de ferro, gente que não paga bilhete para viajar e conhece todo o feito do Mundo, acostumada ao movimento das vilas?” (48, p. 11)

Compare com: *chemin de fer* (fr.).

Raven

“Corvo” (Port.), “urubu” (Bras.).

▲ Disse Eça de Queirós a Bilac: “Vós, no Brasil, possuíis a arte subtil de cunhar vocábulos, que são por vezes visuais. *Urubu!* por exemplo. Isto é negro, de arrepiar. Que palavra preta!” (15, p. 125)

No quadro da literatura amazônica, avulta a obra de Ferreira de Castro — *A Selva* —, que procura ser fiel à paisagem brasileira e aos nomes de aves e animais daqui. Nela encontramos, em vez do corvo, o urubu: “À superfície reluzia, agora, a escama dos cadáveres e, no céu, os *urubus* iam riscando os seus adejos sombrios.” (14, p. 138)

As duas formas ocorrem no Brasil.

Ready-made Suit

“Fato feito” (Port.), “terno feito” (Bras.).

▲ *V. Suit.*

Record-player

“Gira-discos” (Port.), “toca-discos” (Bras.).

▲ Vergílio Ferreira, em *Alegria Breve*: “Armo o *gira-discos*, abro as janelas e saio.” (21, p. 8)

Paralelamente a “gira-discos”, Fernanda Botelho usa *pick-up*: “Retira o disco do *pick-up*, alisa-o com a escova.” (11, p. 146) — “Antónia isola-se numa poltrona perto do *gira-discos*.” (11, p. 49)

Ao lado de *toca-discos*, ocorre, entre nós, menos frequentemente: *pick-up*, que já pode ser aportuguesado e dicionarizado: *picape*.

Observe-se, de passagem, a evolução semântica, determinada por metonímia: *picape*, de “dispositivo eletromagnético que nos toca-discos transforma as vibra-

ções mecânicas da agulha em vibrações elétricas”, passa a designar o próprio *toca-discos*.

Compare com: *tourne-disques* (fr.), *tocadiscos* (esp.).

Refrigerator

“Frigorífico” (Port.), “geladeira” (Bras.).

▲ Usamos os dois termos, mas costumamos distingui-los: *frigorífico* “compartimento de temperatura mantida artificialmente baixa, para armazenamento e conservação de gêneros perecíveis”; *geladeira* “móvel termicamente isolado, que encerra uma máquina frigorífica destinada a manter o seu interior em baixa temperatura.”

Como sinônimo de *geladeira*, ocorre, entre nós, embora com menos frequência, *refrigerador*.

Documentamos o uso português: “Já pus o pacote de leite no *frigorífico*. A menina viu?” (Fernanda Botelho, 11, 146) — “Rita tem o frango já limpo fora do *frigorífico*, a lata de ervilhas ao lado e sabe que ela viu tudo sobre a mesa da cozinha.” (Marta de Lima, 26, p. 86)

Relay-race

“Corrida de estafetas” (Port.), “corrida de revezamento” (Bras.).

▲ No posfácio de *Quatro Paredes Nuas*, de Augusto Abelaira, vem este exemplo: “Não haveria entre todos eles (os contos reunidos), como nas *corridas de estafetas*, um testemunho que ia passando de mão em mão da primeira à última página, da primeira à última palavra, da linha de partida até à meta?” (1, p. 199)

Retail

“(Venda) a retalho” (Port.), “(venda) a varejo” (Bras.).

▲ Augusto Moreno, no verbete “carniceiro”: “Aquele que mata reses para as vender *a retalho*.” (35, p. 275)

Ao vendedor (*retailer*): *retalheiro* ou *retalhista* (Port.), varejista (Bras.).

Rock

Nome dado ao açúcar cristalizado: “Candi.. (Port.), “cande” (Bras.).

▲ Em Portugal e no Brasil, registram-se ambas as formas. Conviria, a exemplo do espanhol, fixar uma das grafias: *cande*, que possibilitaria, ao menos, as duas pronúncias.

Compare ainda com o próprio inglês — *candy-sugar* — e com o francês — *sucre candi*.

Sandwich

“A sanduiche” (Port.), “o sanduíche (Bras.).

▲ Exemplos que documentam o uso português: “O pai alto, seco, de rosto vermelhusco enquadrado por suíças brancas, autêntica *sanduiche*, viva, fatia de presunto cortada em forma de cabeça humana entre duas almofadinhas de pelos”. (31, p.40) — “Todos acabaram de comer *as sanduiches* que Benita lhes trouxera.” (61, p. 290) — “Mimi passa com o tabuleiro *das sanduiches*.” (Fernanda Botelho, 11, p. 51)

Preferência genérica, dentro de duas normas-padrão. Compare com *carpete* (*carpet*), masculino no Brasil, feminino em Portugal, como se vê em Urbano Tavares Rodrigues: “Mari-Paz pensava, comparava, recordava-se dos pais com saudade, li até ao enjôo, detestava *a carpete* vermelha do quarto, aquela estreiteza obrigatória e constante.” (45, p.53-4)

Santa Claus

“Pai-Natal” (Port.), “Papai-Noel” (Bras.).

▲ Exemplo de Fernanda Botelho: "Pois bem! Samuel estava de acordo, embora se afeioasse à idéia com a mesma fé com que uma criança iniciada crê no *Pai Natal*." (10, p. 72)

Compare ambas as designações com o francês *Père Noel*" (= Pai Natal) ou com o hispano-americano *Papá Noel*.

José Rodrigues Miguéis, em "O Viajante Clandestino", emprega "Santa Klaus" (32, p.38)

Scholarship holder

"Bolsheiro" (Port.), "bolsista" (Bras.).

▲ Mário-Henrique Leiria, em *Contos do Gin-Tonic*: "O babélico é assim. E é assim porque não é um turista, não é um emigrante, não é um *bolsheiro* da Gulbenkian." (25, p. 68)

Diferença morfológica entre duas normas-padrão, comparável a *ficheiro* / *fichário* (v. *card-index*), *fogueiro*/*foquista* (v. *stoker*), *financeiro*/*financista* (v. *financier*).

Compare com o francês *boursier*.

Scouting

"Escutismo" (Port.), "escoteirismo" (Bras.)

▲ Empregamos *escotismo* (*escote* por *scout* + *ismo*) e *escoteirismo* (*escoteiro* + *ismo*).

Compare-se com: *scoutisme* (fr.).

Varia o critério de aportuguesamento.

V. *boy scout*.

Seventeen

"Dezassete" (Port.), "dezessete" (Bras.)

▲ Estamos diante de duas normas-padrão, a portuguesa e a brasileira: uma

prefere a conjunção *a*, outra a conjunção *e*. Assim também em: *dezasseis* e *dezanove* a par de *dezesesseis* e *dezenove*.

Documentamos com Vergílio Ferreira: "A filha do Vedor serve à mesa. *Dezassete* anos? dezoito. Parece louca". (21, p. 99)

Sink

"Lava-louça" (Port.), "pia (de cozinha)" (Bras.)

▲ Augusto Abelaira, em *Os Desertores*: "Além do fogão, do armário e do *lava-louças* (tudo com um aspecto bastante sujo), havia ali três bancos e uma pequena mesa de passar a ferro". (5, p.69)

Em outra obra do mesmo Autor vem a variante *lava-loiça* (*Enseada Amena*, 4, p. 52).

Skating

"Patinagem" (Port.), "patinação" (Bras.).

▲ No Almanaque Bertrand de 1969: "Jogos Olímpicos de Grenoble: três vencedoras da prova de patinagem artística. Ao centro, a norte-americana Peggy Fleming, medalha de ouro". (Lisboa, Bertrand, p. 208)

Duas normas dentro do mesmo sistema: varia apenas a seleção sufixal.

Compare com: *patinage* (fr.), *patinaje* (esp.), *pattinaggio* (it.).

Skittles

Jogo com nove paus, em forma de garrafas, e uma bola de madeira ou de outro material pesado: "Jogo dos paus" (Port.), "boliche" (Bras.)

Skittle, usado no lural, como acima sononimiza com *ninepins*.

Compare com o espanhol platino *boliche*.

Sleeper

Vagão de tem provido de camas ou beliches: “Carruagem-cama” (Port.), “carro-dormitório” (Bras.).

▲ Dizemos também: *vagão-dormitório* (28, p. 246) *vagão-leito e carro-leito* (cp.: ônibus-leito).

Carruagem, carro e vagão, aí, se equivalem: “veículo ferroviário destinado ao transporte de passageiros.”

O sinônimo *sleeping car(riagem)*, embora menos sintético, é mais explícito e abrange ambas as traduções: *carro* ou *carruagem de dormir*.

Sling

“Fisga” (Port.), “estilingue” (Bras.)

▲ De *fisga* conhecemos apenas os sentidos que também são comuns a Portugal e Espanha (1. arpão para pescar; 2. fenda).

Baltasar Lopes da Silva, ao verbetar *forquilha*, em seu estudo sobre *O Dialeto Crioulo de Cabo Verde*, dá-lhe por sinônimo *fisga*: “Tem esta designação o instrumento em forma de Y, a que se prendem dois fios de matéria elástica e com que os garotos atiram pedras pequenas. Corresponde à *fisga* das crianças da Metrópole.” (49, p. 284)

Um exemplo de José Rodrigues Miguelis, em “Natal Branco”: “Trepava ao raminho mais alto dum carvalho, a gente cá de baixo, com uma corda, puxávamos a perna até ao chão, largávamo-la como uma *fisga*, e ele aí vai por ares e ventos! Ía cair da outra banda do riacho, como um gato montês, e nunca se trilhava!” (32, p. 58)

Outro de Fernanda Botelho: “Crescei e aparecei! Ide pentear macacos ou brincar de roda ou atirar *fisgas* aos pássaros — negócios de crianças que ainda sois!” (9, p.96)

Quanto a *estilingue*, concorre, entre nós, com outros sinônimos, embora menos frequentes: *bodoque, baladeira, atiradeira*...

Afonso d’E. Taunay, sem cogitar de étimo, registra-o, em 1914 (53, s.v.): “*Estilingue*, s.m. Arma de arremesso destinada a matar passarinhos.”

Tal instrumento deve ter chegado ao Brasil com o nome de *sling* e logo adaptado, aportuguesado, como *estilingue*. A princípio, talvez se dissesse — *eslingue* — com vogais de apoio; depois, graças ao cruzamento com *esticar: estilingue*. A idéia de “esticar”, temo-la, por exemplo, em *estilingue* na acepção de “carne de má qualidade”, na gíria militar (cf. Manuel Viotti, 59, s.v.).

Slum

“Bairro pobre”, “casa pobre” (Port.), “favela”, “cortiço” (Bras.).

▲ Como a idéia é de “conjunto de habitações toscamente construídas e desprovidas, geralmente, de recursos higiênicos”, pode-se suprimir “casa pobre”.

Quanto a “bairro pobre”, não diz tanto, especialmente se comparado a *favela*, quanto “bairro de lata”, como vemos em Fernanda Botelho: “Nessa noite, por exemplo, vibrei a um fio caprichosamente esticado, pois, num qualquer *bairro de lata*, algures nos arredores de Lisboa, vem ao mundo um indivíduo do sexo feminino, que será registrado com o nome de Maria da Luz.” (8, p. 132) ou, ainda, “bairro da miséria”, encontrado em Urbano Tavares Rodrigues: “Apenas a cidade da maioria, com os seus tipos e os seus tiques, os seus tons particulares, os seus pregões, e alguns traços mais significativos e actuais ou mais trágicos e

proféticos, desde a emigração económica à infância impura e humilhada, ao *bairro da miséria*, onde uma espécie de vento secreto (porventura mais voluntário, ou romântico, do que dialecticamente de acordo com as suas circunstâncias) vem como que dizer que na roleta nem sempre sai a mesma cor.” (43, p. 13)

Por influência do Português do Brasil, aparece *favela*, ao lado de *slum*, em José Rodrigues Miguéis: “Conhecia as estradas onde só há lugar para automóveis, as vias férreas que se desdobram ao infinito, eternamente convergindo para divergir de novo, as cidades cancerosas, as fábricas ciclópicas, os silos e armazéns, o negrume das favelas (. . .)” (32, p. 113) — “Lá fora a neve, a neve festiva que adorna e purifica o negrume dos *slums* da cidade, recomeça a cair...” (32, p. 64)

Slum corresponde também ao inglês *shanty-town* e a estas outras designações: *villa miseria* (Argentina), *bidonville* (França), *tugurios* (Bolívia), *campamiento* (Guatemala), *champas* (Guatemala), *cantegrill* (Uruguai), *barriada* (Peru), *courts* (Haiti), *callampa* (Chile).

Por empréstimo, os franceses também usam o nosso *favela*: *favelle*.

Smoke

“Fumo” (Port.), “fumaça” (Bras.).

▲ Em *Maravilhas do Conto Português*, há estes exemplos: “Como que saindo da névoa do “fumo” do tabaco que enche o Café, André Juliano surge do outro lado da mesa.” (Manuel da Fonseca, 23, p. 282) — “Manuel Pinto pôs-se a assoprar o tição, a cara desviada para o lado porque o *fumo* da lenha resinosa lhe fazia chorar os olhos.” (José Cardoso Pires, 40, p. 303) — “O *fumo* tinha quase desaparecido. Com o vento amainado, apenas uma lânguida nuvem se condensara sobre o telhado.” (Fernando Namora, 37, p. 294)

Fumaça, entre os portugueses, corresponde à nossa *tragada*. Veja-se este exemplo de Luís de Sttau Monteiro, onde aparecem *fumaça* e *fumo*: “A pergunta é feita a um homem baixo e magro que fuma um cigarro enrolado à mão e que tira uma *fumaça* antes de responder. Expira o *fumo* lentamente, olhando para a rua.” (34, p. 86)

Chamamos *fumo*, no Brasil, ao que em Portugal costuma chamar-se *tabaco* (*tobacco*): “Ao abraçá-la, com convencional requinte, ela aspirou, deliciada, o aroma pesado do fato dele — uma mistura subtil de *tabaco* entranhado e de fazenda nova.” (Fernanda Botelho, 10, pp. 124-5) — “O ex-aluno acendeu um fósforo, para espertar o *tabaco* do cachimbo.” (10, p. 80) — “Continuou aspirando o cachimbo, até que o *tabaco* ficasse rubro.” (10, p. 145) — “O cabelo e a barba cor de *tabaco*.” (José Rodrigues Miguéis, 32, p. 101)

Embora não desconheçamos *tabaco* nem *tabacaria*, dizemos com mais frequência: *fumo* (= *tobacco*) e *charutaria* (= *tobacconist's* (shop) ou, como nos Estados Unidos: *cigar-store*).

Smoker

“Fumador” (Port.), “fumante” (Bras.).

▲ Exemplificamos com Augusto Abelaira e José Rodrigues Miguéis, respectivamente: “Pedi-lhe fósforos porque não sei acender um cigarro quando está vento. — Sim, os *fumadores* experimentados sabem . . . Fazem uma concha com as mãos.” (1, p. 24) — “Varria milhões de pontas de cigarros, na maioria quase intactos, de *fumadores impacientes*.” (32, p. 68)

A diferença está na seleção sufixal.

Compare com: *fumador* (esp.), *fumatore* (it.), *fumeur* (fr.).

Snob

“Snobe” (Port.), “esnobe” (Bras.).

▲ Essa diferença fonética e gráfica, observada na representação da forma aportuguesada, pode ser documentada em Urbano Tavares Rodrigues: “Diz apenas lentamente, numa entonação aprendida, levemente *snobe*, mas com calor: — Tás bom? Estava tão longe de imaginar . . .” (43, p. 24)

A exemplo do português, o francês, que, normalmente, não tem »sn« em início de palavra, aceitou não só *snob* (cf.: *Snober, snobisme, snobinard, snobinarde, snobette, snobinette*) como vai aceitando, por exemplo, *snack*, por abreviação de *snack-bar*: “café-restaurant moderne ou l’on sert des plats rapidement.”

Ao contrário de portugueses e franceses, costumamos anexar um *e* ao *s* inicial (prótese).

Compare ainda: *standardizado* (Port.), *estandardizado* (Bras.).

Sock

“Peúga” (Port.), “meia (de homem)” (Bras.).

▲ Um exemplo de Agustina Bessa-Luís: “O essencial sempre lhes caíra na arca e na masseira, e, embora andassem com côdea de lixo e usassem umas *peúgas* até apodrecerem nos pés, havia neles esse juízo dos sentimentos, essa quase bizantinismo das atitudes que são próprias das gentes livres.” (29, p. 125) Outro de Fernanda Botelho: “Herdava as *peúgas* e as gravatas do meu padrinho.” (8, p. 85)

Embora com pouca frequência, também se usa em Portugal, *meia* (*man's sock*).

Spearmint

“Pastilha elástica” (Port.), “goma de mascar” (Bras.).

▲ V. *chewing-gum*.

Speedometer

Instrumento indicador da velocidade de deslocamento de um veículo: “Conta-quilômetros” (Port.), “velocímetro” (Bras.).

▲ Os portugueses usam ambos os termos, a exemplo dos espanhóis (*cuenta-kilómetros, velocímetro*), embora *conta-quilómetros* seja mais freqüente.

Começam a figurar, a partir de 1936, na quinta edição do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de FIGUEIREDO (22).

Exemplo de Augusto Abelaira: “Um olhar para o *conta-quilómetros* da motocicleta: 120/130.” (3, p. 83)

Sport

“Desporto” (Port.), “esporte” (Bras.).

▲ Embora se encontrem as duas formas entre nós, a mais freqüente é *esporte* (cf.: *esportismo, esportista, esportivo* . . .).

Sportsman

“Desportista” (Port.), “esportista” (Bras.).

▲ V. *sport*.

Spree

“Bródio”, “pândega” (Port.), “farra” (Bras.).

▲ Embora não nos sejam estranhas as traduções propostas para Portugal, usamos, de fato, com mais freqüência *farra*, que, conforme o contexto, pode ter, do ponto de vista moral, sentido positivo ou negativo, como neste exemplo da

tradução portuguesa do romance *The Plot*, de Irving Wallace: “Houve bebidas e cigarros em abundância e, pouco a pouco, os homens mais velhos e as jovens despiram-se uns aos outros, e Paddy, divertido, insistia com Medora para que se associasse à *pândega*.” (60, p. 122)

Still-born

Aquele que nasceu morto: “Nado-morto” (Port.), “natimorto” (Bras.).

▲ Sobressai a preferência lexical: *nado* / *nato*.

Em Portugal, como aqui, diz-se também: *morto de nascença*. O exemplo que encontramos em Augusto Abelaira envolve conotação: “Os outros, os homens vulgares, que ao morrer prescindiam dos serviços dele, desprezava-os, considerava-os *mortos de nascença*.” (1, p. 108)

Compare com: *mort-né* (fr.), *nascido muerto* (esp.).

Stoker

Encarregado das fornalhas das máquinas a vapor: “Fogueiro” (Port.), “foguista” (Bras.).

▲ Exemplo de José Cardoso Pires: “Aos encontrões, achou-se diante da caldeira grande, estendeu o pescoço a espreitar: na clareira que se fizera ao pé das fornalhas, o *fogueiro* e um servente amparavam um corpo enrodilhado.” (40, p. 205)

Compare com: *bolseiro* / *bolsista* (v. *scholarship*), *financeiro* / *financista* (v. *financier*).

Suit

“Fato” (Port.), “terno” (Bras.).

▲ Exemplo de Fernando Namora: “Sacudiu o *fato*, como se quisesse purificar-se do ranço do nosso ambiente burguês e os seus gestos procuraram ainda uma violência.” (36, p. 163)

V. *lounge-suit*.

Swimsuit

“Fato de banho” (Port.), “traje de banho” (Bras.).

▲ V. *bathing-costume*.

Tailor-made (suit)

Com referência a terno de roupa mandado fazer: “(Feito) por medida” (Port.), “(feito) sob medida” (Bras.).

▲ *Por medida* aparece também com relação a calçados, camisas, etc.: “As camisas feitas têm geralmente as mangas muito curtas para mim. Prefiro mandá-las fazer *por medida*.” (13, p. 72) — “Feitos (os sapatos) *por medida*, tinham saído cor de morango — nenhuma menina digna desse nome em Almendra os usaria.” (26, p. 62) — “Fazem-se cintas *por medida*.” (47, p. 75)

Compare com: (*hecho a la medida*; (*hecho*) *de encargo* (esp.), (*fait*) *sur mesure* (fr.; = na medida).

Take off

“Descolar” (Port.), “decolar” (Bras.).

▲ Exemplo Urbano Tavares Rodrigues. “Um avião *descolando*, mais um. E outro a carregar gente, de barriga aberta, na pista, uma escada rolante encostada ao seu ventre niquelado.” (42, p. 176)

Seleção prefixal semelhante a: *desflorar* / *deflorar*; *desbulhar* / *debulhar*. . .

Compare com: *décoller* (fr.) e *decollare* (it.).

Tennis-court

“Campo de tênis” (Port.), “quadra de tênis” (Bras.).

▲ No Brasil, usam-se ambas as designações, embora “quadra de tênis” seja

mais freqüente que "campo de tênis". *Campo* é mais abrangente que *quadra*: não se costuma, por exemplo, falar em quadra de futebol, mas de tênis, voleibol, basquetebol; mas se pode dizer: campo de tênis, voleibol, basquetebol.

Exemplificamos com a tradução portuguesa do romance *The Plot*, de Irving Wallace: "O mundo de Lisa era um Brueghel animado de bicicletas, *campos de tênis*, esqui aquático, luar e discos de jazz. (60, p. 178)

Thumb a ride

"Pedir uma boléia (Port.), "pedir uma carona" (Bras.).

▲ V lift.

Ticket-office

"Bilheteira" (Port.), "bilheteria" (Bras.).

▲ Exemplos de Marta de Lima e Fernanda Botelho, na devida ordem: "Atenciosos um com o outro, sorridentes — a superficial cortesia de quem não tem problemas em comum. Aproximavam-se da *bilheteira*, ele tirou a carteira do bolso." (26, p. 110) — "A rapariga, com dois bilhetes na mão, um dos quais destinado a alguém que não poderia comparecer, se afastara da *bilheteira* com uma expressão aborrecida." (10, p. 199-200)

Bilheteira, entre nós, é a mulher que vende bilhetes.

Toothpaste

"(Creme) dentífrico" (Port.), "(pasta) dentifricia" (Bras.).

▲ Ao lado do adjetivo, ocorre, ora *creme*, ora *pasta*, tanto no Brasil como em Portugal.

Segue-se exemplo extraído da tradução portuguesa do romance *The Chapman Report*, de Irving Wallace: "Já recebera convites para realizar películas para a televisão, mas recusara-se a colaborar num espetáculo corruptor sob o patrocínio de um cereal qualquer ou de uma *pasta dentifrica*." (61, p. 223)

Com mais freqüência que *creme* ou *pasta dentifricia*, usamos: *pasta* ou *creme dental*.

Train

"Comboio" (Port.), "trem" (Bras.).

▲ Os dois ocorrem no Brasil, embora *comboio* seja muito pouco usado, mesmo entre pessoas de idade ou do interior.

Exemplo de Agustina Bessa Luís: "Como o *comboio* apitou estridentemente, ela deu um gritinho, tapou com ambas as mãos os ouvidos." (29, p. 78)

Compare com: *train* (fr.), *treno* (it.), *tren* (esp.).

Trem, usado em Portugal, tem, geralmente, outros sentidos, como, por exemplo: 1) *carruagem*: "Espera. Vais apanhar frio lá fora. Vou chamar um *trem*." (31, p. 209) — "No *trem*, outras vezes no churrião, seguíamos nós, com a família, carregada de mantas; e, apesar do frio, disputávamos uns aos outros a boléia, para tomarmos as rédeas, à força de instâncias, das mãos complacentes do cocheiro." (Urbano Tavares Rodrigues, 41, p. 294). 2) *vagão*: "Lá vem o comboio! — ele encolhia-se contra a parede negra, onde escorriam águas de infiltração na estreita passagem de serviço. Até já tinha ajudado a recolher pedaços de cadáveres, de gente que se atirava para debaixo dos *trens*." (José Rodrigues Miguel, 32, p. 68)

Trem, com o sentido correspondente ao nosso *vagão*, tem por sinônimo em Portugal — *carruagem*: "Chegamos agora ao fim do corredor; estamos na cauda

da *carruagem*; e vê neste momento o começo de mais outra *carruagem*, para lá dos vidros que estão defronte de ti.” (David Mourão-Ferreira, 20, p. 84-5)

Tram

“(Carro) eléctrico” (Port.), “bonde” (Bras.).

▲ Em *Os Desertores*, de Augusto Abelaira: “Ramiro dispunha-se já a saltar para o *eléctrico* quando Jaime lhe perguntou: — E este ano?” (5, p. 135)

Ou: *carro eléctrico (tramcar)*: “Apontava-lhe os *carros eléctricos*, transportando multidões, cada vez mais aglomeradas, mais apertadas para que outras multidões entrassem.” (Fernanda Botelho, 10, p. 34)

Truck

“Camião” (Port.), “caminhão” (Bras.).

▲ V. lorry.

Underground railway

“Metro” (Port.), “metrô” (Bras.).

▲ Ocorrem, em Portugal, *metro* e *metropolitano*, como nestes exemplos. “Comboios chegam e partem, perpassam como fantasmas de comboios. Apeamos, descemos escadarias, subimos escadarias como no *metro*, há letreiros, setas indicadoras, azulejos, luzes, livros, magazines, bananas Fiffes, cervejas, chocolates, Zigaretten, muita gente a correr apressada.” (José Rodrigues Miguéis, 32, p. 181) — “Só de noite se atreve a sair a pé, sem ter de acotovelar-se com as buscadoras de autocarros, os viajantes do *metro*, os frequentadores das gares donde partem para todo o mundo aviões e comboios.” (Agustina Bessa Luís, 29, p. 153) — “Cheira a estábulo, a caserna, a enfermaria; a armazém de generos ali-

mentícios; a adega de vinho, a lagar de azeite; a igreja, a mercado, a cais de caminho de ferro, a túnel de *metropolitano*.” (David Mourão-Ferreira, 20, p. 180)

Urbano Tavares Rodrigues, em *Vida Perigosa*, usa a própria forma francesa: “As distâncias em Paris são grandes, perde-se tempo no “*métro*”. (45, p. 54)

Sinônimos. *tube* e, nos Estados Unidos, *subway*.

Vest

“Camisola” (Port.), “camiseta” ou “suéter” (Bras.).

▲ *Vest*, ao ser traduzido por *camisola*, em Portugal, pode estar revestindo duas acepções, a de *undershirt* e a de *sweater*, ou, como dizemos no Brasil: *camiseta* e *suéter*.

Como “camiseta”: “Abriu-se a porta da sala e um rapaz de *camisola* branca, em calções de ginástica, veio espreitá-lo.” (Urbano Tavares Rodrigues, 41, p. 226) — “Nos primeiros tempos, como não havia trabalho a fazer, não se comia senão salame e pão, e o professor não consentia privar-se, poucas horas que fosse, da sua *camisola* de marinheiro para ser lavada.” (Agustina Bessa Luís, 29, p. 147)

Como “suéter”: “A testa enrugada, e Ana Isa fixou-o, não lhe largou mais os olhos, avançou lentamente — muito morena, os cabelos negros, a *camisola* amarela, umas calças brancas que lhe alongavam as pernas, um lenço de seda enrolado na cintura.” (Augusto Abelaira, 1, p. 23)

A forma inglesa *sweater* aparece em Fernanda Botelho: “Cláudia, em *sweater* cor-de-rosa velho ou em blusão de camurça.” (10, p. 240)

A nossa *camisola* chamam os portugueses *camisa de dormir*, *camisa de noite* ou, quando o contexto ajuda, simplesmente *camisa*, como vemos em Marta Lima: É a casa deles, aquecida, tão boa, a cama aberta, o pijama dele a um lado, a

camisa dela a outro (Júlia farejou reconciliação, pôs a *camisa* dos laços, como lhe chama, é a sua preferida. "Foi a do casamento, não foi, minha senhora?" (26, p. 144-5)

V. *night-dress*.

Wake

Ato de velar, com outros, um defunto: "Vigília" (Port.), "velório" (Bras.).

▲ Ocorrem ambas as formas, tanto no Brasil como em Portugal. Observa-se, contudo, que *vigília* é mais abrangente, menos específico, que *velório*.

Temos encontrado, entre portugueses, *velório* e *velatório*: "Mas estávamos todos muito convencionais: era como se tivéssemos transportado o *velório*, lá de cima, da Morgue, para esta pastelaria do Rossio." (David Mourão-Ferreira, 19, p. 15) — "Mas foi nas suas aulas de uma monotonia de *velório* que ela descobriu a inutilidade dos conceitos." (Marta de Lima, 26, p. 95) — "Do fundo da alma viera a Jaime o desejo de reagir contra aquela conversa de *velatório*, um desejo de ser grosseiro, saudavelmente grosseiro." (Augusto Abelaira, 5, p. 25)

Coteje com: *velatório* ou *velório* (esp.), *veillée funèbre* (fr.), *veglia mortuaria* (it).

CONCLUSÃO

Como conclusão, ainda que perfun-tória, observamos que as diferenças mais significativas entre ambas as normas se assentam nestes itens:

1) *freqüência de uso*: *comparência/comparecimento* (v. *attendance*); *tolice/bobagem* (v. *bilge*); *mercado negro/câmbio negro* (v. *black-market*); *contabilista/contador* (v. *accountant*), etc.;

2) *semântica*: *trem* (v. *train*), *camisola* (v. *vest*), *banheiro* (v. *bath-room*), *fumo* (v. *smoke*), *fumaça* (v.

smoke), *frigorífico* (v. *refrigerator*), *ficheiro* (v. *card-index*), etc.;

3) *critérios de aportuguesamento*: *escuteiro/escoteiro* (v. *boy scout*), *golo* (pl.: *golos*) / *gol* (pl.: *gous*) (v. *goal*), *desporto* / *esporte* (v. *sport*), *metro* / *metrô* (v. *underground railway*);

4) *variantes adotadas*: *espargo/aspargo* (v. *asparagus*), *dezassete/dezessete* (v. *seventeen*), *por medida* / *sob medida* (v. *tailor-made suit*), *nado-morto/natimorto* (v. *still-born*), *camião/caminhão* (v. *lorry*), etc.

5) *morfologia*: a) *gênero*: *a/osanduiche* (v. *sandwich*); b) *número*: *imanes/imãs* (v. *magnet*); c) *classe nominal*: *chuto* / *chute* (v. *kick*); d) *prefixos*: *des-/de-*: *descolar/decolar* (v. *take off*); e) *sufixos*: *-eir(o/a)*, *cotejado* com *-ist(a)*, *-ári(o)*, *-erã(a)*, revela, embora sem exclusivismos, preferências mais ou menos marcadas: *bolseiro/bolsista* (v. *scholarship holder*), *fogueiro/foguista* (v. *stoker*), *financeiro/financista* (v. *financier*), *ficheiro/fichário* (v. *card-index*), *bilheteira/bilheteria* (v. *ticket-office*); *-ist(a)*, confrontado com *-eir(o/a)*, conforme exemplos acima, *-dor* (*desenhador/desenhista*) (v. *drawer*), *-e + -ant(e)*: *veraneante/veranista* (v. *holidaymaker*); ou, ainda, *-dor*, mais usado em Portugal, ao lado de: *-ant(e)*: *fumador/fumante* (v. *smoker*), *-ist(a)*: *desenhador/desenhista* (v. *drawer*), *-ão*: *guiador/guidão* (v. *handlebar*). Preferimos *-erã(a)* a: *-arã(a)* — *lotaria/loteria* (v. *lottery*) — e a *-eir(a)* — *bilheteira/bilheteria* (v. *ticket-office*);

6) *ortografia*: *etimologia*: *turquês/torquês* (v. *pincers*);

7) *inovações simultâneas*, devidas a criações neológicas, decalques ou empréstimos: *ementa/cardápio* (v. *menu*), *autocarro/ônibus* (v. *bus*), *hospedeira do ar/aeromoça* (v. *hostess*), *Pai-Natal/Papai-Noel* (v. *Santa Claus*), *caminho de ferro/ estrada de ferro* (v. *railway*), (carro) *eléctrico/bonde* (v.

tram), quarto de banho/banheiro (v. bath-room), corrida de estafetas/corrída de revezamento (v. relay-race), avançado-centro/centroavante (v. centre-forward), boquilha/piteira (v. cigarette holder), jogo dos paus/bolicho (v. skittles), camisola/suéter (v. vest), guiador/guidão (v. handlebar);

8) conservadorismo português, inovação brasileira: bairro pobre/favela (v. slum), engraxador/engraxate (v. boot-black), regulação/regulagem ou ajustagem (v. adjustment), pândega/farra (v. spree), rebordo do passeio/meio-fio (v. curb), marcar/discar (v. dial), algeroz

ou caleira/calha (v. gutter), murganho/camundongo (v. mouse), festim/churrasco (v. barbecue);

9) inovação portuguesa, conservadorismo brasileiro: cave/porão (v. basement), talho/açougue (v. butcher's shop), pastilha elástica/goma de mascar (v. chewing-gum), peão/pedestre (v. pedestrian), peúga/a (v. sock).

À medida que procedermos a novas pesquisas, sobretudo monográficas, e contarmos com a crítica desapaixionada de brasileiros e portugueses, conheceremos melhor as particularidades das normas luso-brasileiras.

RODRIGUES, E. The Portuguese language as spoken in Portugal and Brazil: some idiomatic usages. *Alfa*, São Paulo, 25:69-96, 1981.

ABSTRACT: In this article some differences — mainly lexical — between the Portuguese language as spoken in Portugal and Brazilian Portuguese are analysed, with basis on the Collins Portuguese-English and English-Portuguese Dictionary.

KEY-WORDS: Lusitanization; Brazilian idioms; word-frequency; lusitanian idioms; morphology; orthography; linguistic norm; semantics; vocabulary.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABELAIRA, Augusto. *Quatro paredes nuas*. Lisboa, Bertrand, 1972.
2. _____. *Bolor*. 3.ed. Lisboa, Bertrand, 1974.
3. _____. *A cidade das flores*. Lisboa, Editores Associados, s.d.
4. _____. *Enseada amena*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, 1971.
5. _____. *Os desertores*. 3.ed. Lisboa, Bertrand, 1971.
6. ANACLETO, Manuel I. *Dicionário da linguagem corrente de inglês-português*. Lisboa, Sá da Costa, 1956.
7. BOLÉO, Manuel de Paiva. O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos em português. *O Instituto*, Coimbra, 127, 1965. (Separata)
8. BOTELHO, Fernanda. *Lourenço é nome de jorgal*. Lisboa, Bertrand, 1971.
9. _____. *A gata e a fábula*. Lisboa, Bertrand, 1960.
10. _____. *O ângulo raso*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, s.d.
11. _____. *Terra sem música*. Lisboa, Bertrand, 1969.
12. CAMUS, Albert. *A queda*. Trad. de José Terra. Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d.
13. CARDOSO, Ersílio. *Guia de conversação português-inglês*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, 1971.
14. CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo, Verbo, 1972.
15. CRUZ, Marques da. *Eça de Queirós: sua psique*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
16. _____. *Português prático*. São Paulo, Rio de Janeiro, Weisflog, 1920.
17. DAUDET, Alphonse. *Daniel*. Lisboa, Portugalígia, s.d.
18. DIONÍSIO, Mário. *Não há morte nem princípio*. Lisboa, Europa-América, 1969.
19. FERREIRA, David Mourão. *Gaivotas em terra*. 5. ed. rev. Lisboa, Editores Associados, s.d.

20. ————. *Os amantes e outros contos*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, 1974.
21. FERREIRA, Vergílio. *Alegria breve*. São Paulo, Verbo, 1972.
22. FIGUEIREDO, Cândido de. *Dicionário da língua portuguesa*. 14. ed. Lisboa, Bertrand, s.d.
23. FONSECA, Manuel da. *O fogo e as cinzas*. In: *Maravilhas do conto português*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1958.
24. GOMES, Soeiro Pereira. Um caso sem importância. In: *Maravilhas do conto português*. 2ed. São Paulo, Cultrix, 1958.
25. LEIRIA, Mário-Henrique. *Contos do gin-tonic*. Lisboa, Estampa, 1973.
26. LIMA, Marta de. *Um dia são dias*. Porto, Inova, 1969.
27. LISPECTOR, Clarice. Amor. In: ————. *Laços de família*. 9.ed. Rio de Janeiro, Olympio, 1978.
28. ————. *O lustre*. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
29. LUÍS, Agustina Bessa. *O sermão do fogo*. Lisboa, Bertrand, s.d.
30. MACHADO, Bosé Pedro. Influência arábica no vocabulário português. *Revista de Portugal*, Lisboa, 1, 1958.
31. MAUPASSANT, Guy de. *Contos escolhidos*. Trad. de Maria Helena da Costa Dias. Lisboa, Portugalíia, 1968.
32. MIGUÉIS, José Rodrigues. *Gente da terceira classe*. Lisboa, Estúdios Cor, 1971.
33. MONTEIRO, Gomes & LEÃO, Costa. *A vida misteriosa das palavras*. Lisboa, Portugalíia, 1944.
34. MONTEIRO, Luís de Sttau. *Um homem não chora*. 5.ed. Lisboa, Ática, 1973.
35. MORENO, Augusto. *Dicionário complementar da língua portuguesa*. Porto, Ed. Educação Nacional, 1948:
36. NAMORA, Fernando. *Cidade solitária*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1972.
37. ————. Dias de vento. In: *Maravilhas do conto português*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1958.
38. PIRES, José Cardoso. *O hóspede de Job*. 5.ed. Lisboa, Moraes, 1975.
39. ————. *Jogos de azar*, 4.ed. Lisboa, Moraes, 1975.
40. ————. Estrada 43. In: *Maravilhas do conto português*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1958.
41. RODRIGUES, Urbano Tavares. *A porta dos limites*. 3.ed. Lisboa, Bertrand, 1969.
42. ————. *As aves da madrugada*. 3.ed. rev. Lisboa, Bertrand, 1970.
43. ————. *Despedidas de verão*. Lisboa, Bertrand, 1967.
44. ————. *Estrada de morrer*. Lisboa, Editores Associados, 1971.
45. ————. *vida perigosa*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, 1970.
46. ROSA, Faure da. *O massacre*. Lisboa, Ed. do Autor, 1972.
47. SEQUEIRA, F.J. Martins. *Rol de estrangeirismos*. Lisboa, F. Franco, s.d.
48. SILVA, Armando Antunes. *Suão*. Lisboa, Portugalíia, 1960.
49. SILVA, Baltasar Lopes da. *O dialeto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1962.
50. SILVA, J.A. Capela. *A linguagem rústica no concelho de Elvas*. Lisboa, Ed. da Revista de Portugal, 1947.
51. SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-5. 2 v.
52. SOUSA, Arlindo de. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960.
53. TAUNAY, Afonso d'E. *Léxico de lacunas. Tours, E. Arrault, 1914*.
54. ————. *Filologia e crítica*. Rio de Janeiro, 1921.
55. TESCHAUER, Carlos. *Novo vocabulário brasileiro*. Petrópolis, 1918.
56. TOJAL, Altino M. do. *Os putos*. Lisboa, Preto, 1973.
57. VASCONCELOS, José Leite de. Jogo das chapas. *Revista Lusitana*, Lisboa, 22, 1919.
58. VENTURA, Mário. *O despojo dos insensatos*. Lisboa, Editores Associados, s.d.
59. VIOTTI, Manuel. *Dicionário da gíria brasileira*. São Paulo, Ed. Universitária, 1945.
60. WALLACE, Irving. *A conjura*. Trad. de Sampaio Marinho. Lisboa, Clássica, 1971, v.l.
61. ————. *O reatório Chapman*. Trad. de Eduardo Alberto de Gouveia Aguiar. Porto, Inova, 1969.

SOUSA CAMPOS, O. A. de — *O gerúndio no português*. Rio de Janeiro, Presença/INL-MEC, 1980. 126p.

Num momento em que os estudos históricos da língua portuguesa não estão, lamentavelmente, a mecerer a devida atenção dos lingüistas e gramáticos patrióticos, e as pesquisas acadêmicas os têm ignorado totalmente, na ingênua convicção de que são desnecessários para o conhecimento da língua no seu estado atual, eis que surge *O Gerúndio no Português*, cujo ponto de partida é uma abordagem histórica-comparativa.

O.A.S. Campos, professora de Filologia Romântica da UNESP, Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação de Araraquara, tem-se dedicado aos estudos de lingüística histórica, sempre com a preocupação de justificar certas tendências do português contemporâneo. Talvez tenha sido essa preocupação que a tenha levado a decidir-se por um trabalho de tal natureza.

A obra se destaca não só pelo assunto, que ainda não merecera um estudo de grande fôlego, mas também pela abordagem verdadeiramente diacrônica.

A A. não se restringe, como fazem alguns estudos históricos, a mostrar a passagem do gerúndio do latim ao português. Procura estudar o seu emprego nas principais línguas românicas, chegando à conclusão de que a extensão do emprego daquela forma verbal não se deveu apenas à perda do participio presente latino, mas sobretudo ao desenvolvimento de formas latentes já no latim. Em seguida, mos-

tra, através de uma exemplário bastante significativo, a evolução do gerúndio através das várias fases da língua portuguesa — Período Arcaico (século XII-XVI); Período Moderno (séculos XVI-XX) e Período Contemporâneo (século XX).

Em cada um desses períodos estudados, assim como o faz na análise do latim e das línguas românicas, a A. procura estudar as formas gerundiais sob os aspectos morfosintático e semântico, levando em conta também os problemas do tempo e do aspecto verbais.

O trabalho se situa, segundo as próprias palavras da A., dentro de um plano histórico-comparativo. Todavia o seu ponto alto, em termos de contribuição para os estudos atuais da estrutura da língua portuguesa, reside no levantamento e análise que se fazem dos períodos Moderno e Contemporâneo. Principalmente deste último período, quando se trabalha com um "corpus" que abrange os mais variados gêneros de língua escrita, como o teatral, o romanesco, o epistolar. incluem-se ainda textos de jornais e revistas e de literatura infantil.

Para os estudos do português do Brasil, em particular, contribui o fato de que foram selecionados textos pertencentes a autores das várias regiões do país.

No que se refere à metodologia, o trabalho, de natureza essencialmente estruturalista, não se afasta muito dos mo-

* Professor Assistente-Doutor do Departamento de Lingüística do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara, UNESP.

delos tradicionais de descrição histórica dos fenômenos lingüísticos. Distingue-o o fato de se estender no tempo, não se fixando num determinado período como base de comparação. Esse fato, se por um lado, não permite um aprofundamento maior dos estudos, por outro lado traz a vantagem de dar uma visão panorâmica do assunto e de permitir algumas conclusões gerais, importantes para o conhecimento da evolução do gerúndio do latim à época atual.

Das conclusões a que a obra nos leva e que, segundo nos parece, se revestem de maior importância, podem ser citadas:

a) nas línguas românicas (inclusive o português) não houve, propriamente, muitas criações novas no emprego do ge-

rúndio, seja do ponto de vista morfossintático, seja do ponto de vista semântico. O que houve foi um desenvolvimento de formas já embrionárias no latim clássico e vulgar;

b) o gerúndio, nas suas principais funções, se constitui num traço comum das várias fases evolutivas do português;

c) o emprego das formas gerúndiais atinge, no período contemporâneo do português, a sua plenitude, isto é, a sua franca manifestação em todas as formas e valores semânticos.

Em suma, *O Gerúndio no Português* passa a ser obra de consulta obrigatória a quem se proponha estudar o assunto, seja sincrônica, seja diacronicamente.

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE*

SILVA, C. — *Gramática transformacional: uma visão global*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. 287p.

Constitui esta obra uma valiosíssima contribuição aos estudos lingüísticos no nosso país. Trata-se, com efeito, de um balanço crítico dos aspectos negativos e positivos da teoria transformacional. Este balanço era uma necessidade urgente no nosso meio universitário.

É de todos conhecida a falta de crítica com que se encarou e, desafortunadamente, se continua encarando a “invasão” gerativista não só no Brasil mas em muitos lugares do mundo. Professores e alunos, por igual, aceitaram e aceitam, muitas vezes sem discussão, quanto traz o selo da pretensa revolução chomskyana. Ao mesmo tempo, afirma-se categoricamente que tal ou qual escola “já era”, sem se preocupar com verificar a “Causa mortis” e com emitir o devido comprovante da defunção. No meio a esse entreguismo e conformismo, inaceitáveis para um espírito crítico, não se encontrava, porém, um só livro nacional que fizesse justiça e tivesse a coragem de dizer objetivamente o que precisava, com urgência, ser dito, a saber, que:

“as constantes e drásticas revisões do modelo transformacional parecem indicar que ainda não foi possível estabelecer princípios capazes de assegurar à teoria um mínimo de estabilidade e certeza”. (p. 272)

Afirmações como esta são tanto mais aproveitáveis quanto ditas com menor ênfase. O Professor Carly Silva consegue, com um tom que nada tem de polêmico, aquilo que um autor mais contestador, porém menos eficiente, nunca conseguiria de seus leitores: uma atitude de cautela muito objetiva perante o chamado modelo transformacional. Ao longo do livro todo há uma advertência “subjacente”, mas muito clara: “quem quiser entender que entenda”. É só ficar com os olhos e a inteligência abertos para concluir, por exemplo, da citação que acabamos de reproduzir, que uma teoria que não oferece nem “um mínimo de estabilidade e certeza” não merece nem um mínimo de credibilidade.

Desse modo, sem entrar em atritos com ninguém, sem criticar abertamente ninguém, sem posicionar-se explicitamente contra ninguém, o Autor consegue desmascarar o esoterismo de um culto dogmático, polêmico, presunçoso e arbitrário. Quem saiba e queira “ler” concluirá, sem dificuldade, que um modelo seis vezes formulado e reformulado ao longo desses últimos 23 anos, e sempre em constante reformulação até dos seus princípios mais essenciais, não pode ser um modelo lingüístico aproveitável.

* Professor Assistente-Doutor do Departamento de Lingüística e Língua Portuguesa do Instituto de Letras, História e Psicologia — Campus de Assis, UNESP.

Quando esse leitor perceba que as únicas contribuições que podem ser honestamente alegadas em favor do transformacionismo são totalmente alheias aos princípios teóricos que fundamentam a revolução chomskyana, não hesitará em perguntar-se se não estará já na hora de acordar desse sonho e alienação gerativista, desse cômodo apriorismo inatista.

Não se pode não louvar a habilidade com que o professor Carly Silva vai criticando modelo após modelo utilizando-se para isso de palavras textuais dos próprios seguidores do gerativismo. Que transformacionista convicto poderá continuar encastelado na sua autossuficiência (inata?) quando descubra que são de famosos correligionários afirmações tão contundentes como estas:

“sem sombra de dúvida, não existe teoria lingüística de espécie alguma”... “o que tem sido chamado de teoria da gramática transformacional parece ter uma relação muito tênue com a realidade lingüística” (Postal)... (p. 51) “não havendo, por outro lado, uma única regra da sintaxe chomskyana que se possa honestamente considerar como comprovada”. (Lakoff). (p. 21)

O leitor que não estiver cego concluirá da leitura deste notável estudo que não é mais possível seguirmos como borregos a iniciativa arbitrária de quem, não sabemos por quê exatamente, conseguiu arvorar-se senhor e dono da lingüística, de uma lingüística, porém, que não é a das línguas naturais e reais, mas de uma suposta (e não demonstrada) linguagem inata e matematicamente estruturada, como são “inatas” (isto é, previamente estruturadas) e matemáticas as estruturas e dispositivos com que opera um cérebro eletrônico. Chomsky e seguidores, com efeito, tratam o “falante ideal” como se fosse um robô, um computador eletrônico:

“As regras da gramática operam de maneira mecânica; podemos concebê-las como instruções que poderiam ser dadas a um robô, incapaz de formular qualquer juízo ou usar qualquer forma de imaginação em sua aplicação”. (Chomsky citado pelo Autor, p. 4)

Esta lingüística “biônica” não pode continuar estendendo seu imperialismo no nosso ambiente, máxime quando sua influência já não é tão marcante nem nos Estados Unidos onde nasceu, nem na Europa que benevolamente a acolheu. Num país necessitado, como o nosso, de gramáticas e textos essencialmente pedagógicos, não tem sentido que se continuem a publicar aplicações da Teoria Padrão, ou pior ainda da Teoria Clássica! Nossos alunos universitários não sabem às vezes escrever corretamente na sua própria língua: será justo que nós dediquemos os nossos esforços a fazer exatamente aquilo que Robin Lakoff censura aludindo a obras que pretendem aplicar o gerativismo ao ensino?

“simplesmente ensinam outra língua ao mesmo tempo que ensinam aquela que o aluno está procurando aprender. Ambas são mal ensinadas: a gramática transformacional, porque é ultra-simplificada e mal entendida; a língua natural, porque se perde no emaranhado das formalizações”. (p. 32)

Nem a teoria em si mesma, nem em seus princípios, nem em suas aplicações tem como fugir da certa análise que o Professor Silva nos oferece nesta visão global do transformacionismo.

“Sem extremismos nem exageros, com a medida e ponderação de um autêntico homem de ciência, mostra ao leigo e também ao especialista (por que não?) o estado em que se encontra hoje aquela

que pretende orgulhosamente, mas sem fundamento, ser o modelo por excelência no estudo da linguagem humana.

Esse estado é o da instabilidade e incerteza. A essa conclusão chegamos acompanhando o Autor espontaneamente e sem forçar os dados:

“Tendo em vista que os diferentes modelos transformacionais até hoje conhecidos são bastante incompletos e não possuem, sequer, um mínimo de estabilidade e certeza, impõe-se a conclusão de que não é

possível, no momento, uma descrição razoavelmente ampla e segura de qualquer língua natural em bases transformacionais”. (p. 273)

Oxalá, que este precioso livro chegue ao endereço certo e produza os salutares efeitos a que está chamado em virtude do tratamento dado a um conteúdo dogmaticamente explorado por muitos e olímpicamente ignorado por alguns poucos. Este livro, repetimos, vem oportunamente preencher uma lacuna no nosso meio universitário, a da crítica objetiva e séria no campo da lingüística.

ÍNDICE DE ASSUNTO

V. 25

Aristóteles
teoria lingüística, p.57

Cana-de-açúcar
vocabulário
Paraíba, p. 5

Corpus Tibullianum
pluralidade de autores
estatística lexical
distribuição de Waring, p.31

Filinto Elíseo
Criação lingüística, p.15

Foco narrativo, p. 49

José Lins do Rego
vocabulário
cana-de-açúcar
Paraíba, p. 5

Língua portuguesa
Brasil
Portugal
diferenças, p. 69

Linguagem
ideologia
norma
teoria, p. 19

Narrador
aspectos lingüísticos, p. 49

SUBJECT INDEX

V. 25

- Aristoteles
 - linguistic theory, p. 57
- Corpus Tibullianum*
 - authors plurality
 - lexical statistic
 - Waring's distribution, p. 31
- Filinto Elísio
 - linguistic creation, p. 15
- Focus of narration, p. 49
- José Lins do Rego
 - vocabulary
 - sugar cane
 - Paraíba, p. 5
- Language
 - ideology
 - norm
 - theory, p. 19
- Narrator
 - linguistic aspects, p. 49
- Portuguese language
 - Brazil
 - Portugal
 - idiomatic usages, p. 69
- Sugar cane
 - vocabulary
 - Paraíba, p. 5

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX
V. 25

ALVES, I.M.....	p. 5	CINTRA, I.A.....	p. 49
BECHARA, E.	p. 15	NEVES, M.H. de M.	p. 57
CAMACHO, R.G.	p. 19	RODRIGUES, E.	p. 69
CARRATORE, E. Del	p. 31	WADA, C.Y.....	p. 31

INDICE DE RESENHAS
REVIEWS INDEX
v 25

Autores e resenhadores
Authors and reviewers

HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio, res.	p. 99
IGNÁCIO, Sebastião Expedito, res.....	p. 97

Livros resenhados
Reviewed books

Gramática transformacional: uma revisão global	p. 99
O gerúndio no português	p. 97

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA, publicação da UNESP, tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Os trabalhos deverão ser encaminhados em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverá obedecer a seguinte seqüência: Título, sub-título (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto — Os autores referenciados serão indicados pelo número da referência. Acrescente-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parênteses também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) serão designados no texto como “figuras” (fig.) e numeradas seqüencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6.5 cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterico.

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resumos: Constará de resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos — Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÉNARD, N. — Richesse lexicale et mots rares. *Le Français moderne*, Paris, 46(1): 33-43, 1978.

Livros: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*. 2.ed. Lisboa, Bertrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. et alii — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.